

Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária



PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
Mogi das Cruzes - SP

Coordenação e consultoria técnica







PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

Caio César Machado da Cunha
Prefeito

Priscila Yamagami Kähler
Vice prefeito

CMDCA

Mesa Diretora (2022-2024)

Antonio Ferreira da Silva Junior
Presidente

Dara Almeida de Souza
1º Secretário

Andrea Carvalho Almeida Andrade
2º Secretário

Denise Fernanda Evangelista
1º Tesoureiro

Nábila Borine Calçada Cantareira
2º Tesoureiro

Violeta Athie
Secretária executiva do CMDCA

COMISSÃO INTERSETORIAL

Adelene Carvalho Choairy
Adriana de Souza Melo Franciulli
Carolina Xavier de Souza
Célia Tolentino de Campos Mykonios
Daniela Ferreira da Silva
Daniela Magalhães Assis
Isabella Caneschi Fraga Ramos
Juliana Falchete do Prado
Karina Sandes de Paula Campos
Marcos Carvalho de Souza
Marcus Vinícius Leite do Prado
Marina Costa Machado Colombo
Marisa de Sá Iamamoto
Milena Grieco Lavrini Carvalho
Nátali de Souza Nascimento
Patrícia Maria da Silva

CONSULTORIA TÉCNICA

Carina Ferreira Guedes
Fernanda Ghiringhello Sato
Natália Felix de Carvalho Noguchi
Núcleo Entretempos

Gabriela Medeiros Rodrigues Aguiar
Odilon Castro
Apoio técnico em campo (diagnóstico)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Rodrigo Souza Silva

**Coordenação e
consultoria técnica**



**PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES**



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - C.M.D.C.A.**
Mogi das Cruzes - SP



**núcleo
entretempos**

Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária



Sumário

Ficha técnica	04
Lista de siglas	08
Participaram e colaboraram neste processo	14
Apresentação	18
1. O direito à convivência familiar e comunitária	22
1.1. Introdução	24
1.2. Marcos legais	28
1.3. Marcos conceituais	36
2. Diagnóstico da rede de proteção à infância	46
2.1. Metodologia	48
2.2. Acesso ao relatório diagnóstico completo	52
2.3. Retrato da rede de proteção à infância em Mogi das Cruzes	54
2.4. Áudio história	70

3. Plano de Ação	72
3.1. Metodologia do plano	74
3.2. Diretrizes	82
3.3. Objetivos	90
3.4. Monitoramento e avaliação	92
3.5. Propostas	98
Assistência Social	99
Acolhimento	110
Saúde	121
Educação	130
Cultura, Esportes e Lazer	138
Habitação	142
Planejamento Urbano e Meio Ambiente	143
Conselho Tutelar	144
Jurídico	146
Monitoramento	150

Lista de Siglas

AACD	Associação de Assistência à Criança Deficiente
AEPETI	Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAM	Centro de Atendimento Multidisciplinar da Defensoria Pública do Estado de São Paulo
CAPS	Centros de Atenção Psicossocial
CAPS AD	Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Droga
CAPSi	Centro de Atenção Psicossocial Infantil
CC	Coordenadoria de Comunicação
CCIS	Coordenadoria de Cidadania e Inclusão Social
CER	Centro Especializado em Reabilitação
CEU	Centro de Ensino Unificado
CMPI	Coordenadoria Municipal de Primeira Infância
CGC	Comitê de Gestão Colegiada
CMC	Conselho Municipal de Cultura
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CME	Conselho Municipal de Educação
CMPD	Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência
CMS	Conselho Municipal de Saúde

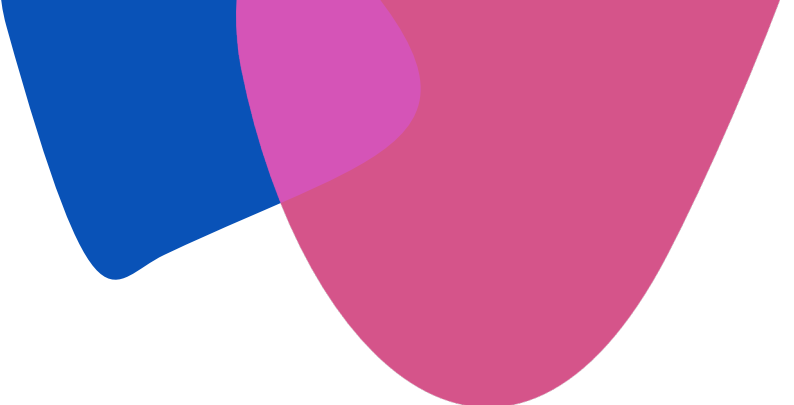
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COMAD	Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas
COMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
COMMULHER	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
COPED	Coordenadoria da Pessoa com Deficiência
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CT	Conselho Tutelar
DPESP	Defensoria Pública do Estado de São Paulo
DPSB	Diretoria de Proteção Social Básica
DPSE	Diretoria de Proteção Social Especial
DRE	Diretoria Regional de Ensino
DRS	Diretoria Regional de Saúde
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EGG	Escola de Governo e Gestão
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ETEC	Escola Técnica Estadual
FMAS	Fundo Municipal da Assistência Social
FMDCA	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
GIL	Grupo Intersetorial Local
GT	Grupo de Trabalho
GTSUAS	Gestão do Trabalho do SUAS
IRSAS	Informatização da Rede de Serviços de Assistência Social

LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MPSP	Ministério Público de São Paulo
NAT	Núcleo de Assessoria Técnica Psicossocial do Ministério Público
NUMEP	Núcleo Municipal de Educação Permanente
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PAA	Procedimento Administrativo de Acompanhamento
PAF	Programa de Apadrinhamento Afetivo
PCD	Pessoa com Deficiência
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIA	Plano Individual de Acolhimento
PMCFC	Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária
PMIA	Plano Municipal para a Infância e a Adolescência
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNCFC	Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária
PMPI	Plano Municipal pela Primeira Infância
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
PTS	Projeto Terapêutico Singular
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
SAICA	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

SEASCA	Serviço Especializado de Abordagem Social às Crianças e Adolescentes em Situação de Rua
SED	Secretaria da Educação do Estado de São Paulo
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLAG	Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica
SESSP	Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo
SFA	Serviço de Família Acolhedora
SGDCA	Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
SMSE-MA	Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto
SMDES	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Social
SMHSRF	Secretaria Municipal de Habitação Social e Regularização Fundiária
SIPIA- WEB	Portal Eletrônico do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
SIS	Sistema Integrado de Saúde
SMAPA	Secretaria de Meio Ambiente e Proteção Animal
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SMDES	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social
SME	Secretaria Municipal da Educação
SMF	Secretaria Municipal de Finanças
SMEL	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
SMIU	Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana
SCMMC	Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes
SMMU	Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana
SMPU	Secretaria Municipal de Planejamento Urbano
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SUAS	Sistema Único da Assistência Social

SUS	Sistema Único de Saúde
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
UAPS II	Unidade de Atenção aos Programas de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UMC	Univesidade de Mogi das Cruzes
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
USF	Unidade de Saúde da Família
VIJ	Vara da Infância e da Juventude





Participaram e colaboraram neste processo

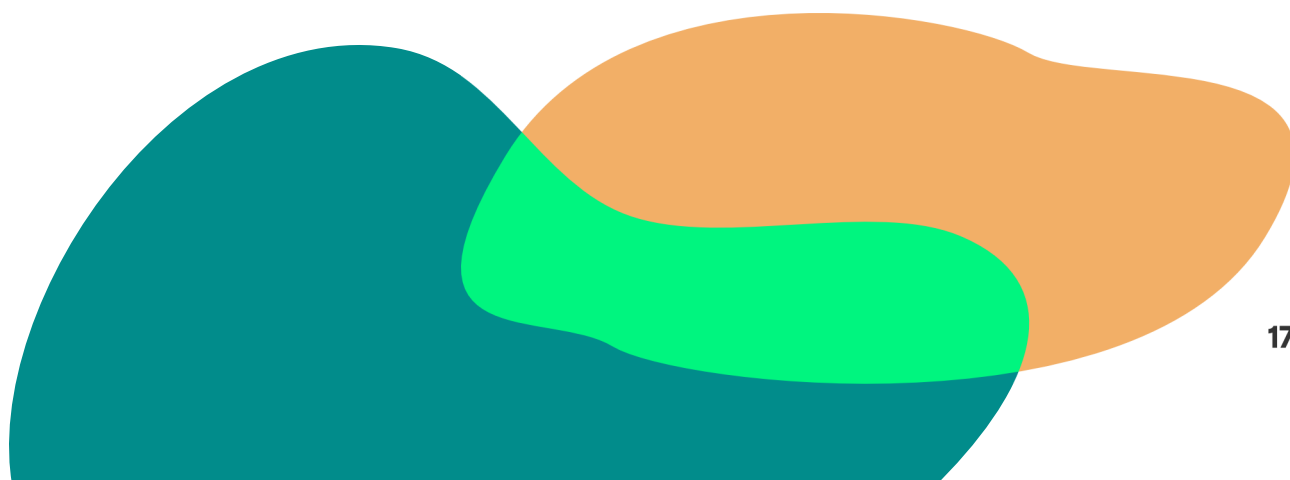
Adelene Carvalho Choairy • Adriana de Lourdes da Silva Vaccari • Adriana de Oliveira Barbosa • Adriana de Souza Melo Franciulli • Adriana do Vale Reis Silva • Adriana Ferreira dos Santos • Adnanes M. F • Adrielly Jesus da Silva • Agnaldo Israel Pedro • Alessandra Ramos Araújo • Alexandre Antunes Pires • Aline Cardoso Pereira • Aline Nimeth • Aline Santos da Silva • Allana Medeiros Lamas de Carvalho • Alzilda Pereira de Souza • Amanda Cardoso Vasconcelos de Oliveira Pacheco • Ammy Lee Vitoria Gomes da Silva • Antonio Ferreira da Silva Jr • Ana Angelica Rodrigues Marques • Ana Beatriz de Moraes • Ana Beatriz de Oliveira Lima • Ana Caroline Gomes Apolinário • Ana Claudia de Paula • Ana Maria Brígido Lintz • Ana Paula Barbosa Cursino dos Santos • Ana Paula Barbosa Santos • Ana Paula de Menezes • Ana Paula de Oliveira Carmo • Ana Paula dos Santos Wenceslau • Ana Paula Escobar Belo Moreira • Ana Paula Moreira Alves • Ana Paula Silva Rosa • Anari Fernanda Sena • Ana Seresmar Fernandes • Ana Valentic Bragion • Anair Braga de Oliveira • Anari Fernanda Sena • Anelisa Moraes Maia • Andrea Carvalho Almeida Andrade • Andreia Gomes Vital Godoi • André Luiz Vieira da Costa • Andre Ricardo da Silva • Andresa Claudia Alves Freire • Andressa Luz Maia Mendes das Neves • Andreza Cardoso Bastos • Angela Batista da Silva • Angelica Erba Ignacio Dionizio • Aparecida de Oliveira • Arianne de Paula dos Santos • **Barbara** Alves de Souza • Beatriz Firmino dos Santos • Beatriz Freire Lemos • Brian Felix Rocha Freitas • Bruna Cristini Menezes de Campos • Bruna Leticia Rodrigues Gomes • Bruna Teixeira Ghitelar • Bruno Camargo Ferreira • Brusa daniela • **Caio** Eduardo Gonçalves Lunardi • Caio Henrique Bellini de Mello • Calvin Batista Campos • Camila Miranda Costa • Camilla Cristina Gonçalves Lunardi • Camilla Santos Paschini Borges Lourenço • Carla de Cassia Costa de Barros • Carlos Roberto Alves Benevides • Carlos Rogério Peressim • Carolina de Moraes Rocha • Carolina Xavier de Souza • Caroline de Oliveira Costa • Caroline Lopes Carreira • Caroline Lopes Carreira • Celeste Xavier Gomes • Célia Regina Lourenço de Siqueira Ferreira • Celia Tolentino de Campos Mykonios • Cicero Dias da Silva • Cindy Scarlat de Farias Sales • Cláudia de Cássia Rosa • Cláudia Valéria Olímpio da Silva • Claudio de Souza Camargo • Cleia dos Santos Cirilo • Cristiane Aparecida Pacheco Uemura • Cristiane Nunes Fernandes • Cristiane Paloma de Azevedo Pereira • Cristina Maria

Silveira • **Daiana** Franco Nakajina • Daiana Mendes Costa • Daiane Aparecida Tozin • Daiane de Souza Ribeiro • Daniela Alves da Silva • Daniela Bergonzini de Oliveira • Daniela Cristina Siqueira Santos • Daniela Ferreira da Silva • Daniela Magalhães Assis • Daniela Regina Pinto • Daniele Aparecida de Moraes • Danielle Giovanini Rodrigues Santos • Dara Almeida de Souza • Dayane Bruna Chimenez • Debora Rodrigues de Almeida Marques • Dinora Nobre Franco Menicheli • Dorismar de Lima Bernardinelli • Douglas Barbosa de Melo • Dulce Alves Taveira Koller • **Eda** Aparecida de Moura Menezes • Édiler Peter Castilho • Edna Aparecida de Moura • Edson Fernandes Júnior • Elaine A. S. Souza • Elaine Cristina da Silva Santos • Elaine Santana de Moraes Vidal • Eliana Lebisch Cortez • Eliane Aparecida Vitor Gouveia dos Santos • Eliane Puddo • Eliane Santos Loyola • Elisabeth da Conceicao Maia • Elisangela Cristina Mendes • Elisio Fagundes Santos • Eliza da Costa Maria Silva • Elizete Euzebio Campos • Ellen Caroline Rodrigues • Emilena Fernanda dos Santos • Endil Keiti Oliveira • Enilton do Nascimento • Erica Cristina Orrico • Erick Cardoso Rodrigues da Silva • Erika Cristina de Castro • Erika Zicardi Yabiku • Erik Victor Hugo Oliveira • Eugenio Luciano Lezier • **Fabiana** Oliveira Slepicka Rocha • Fabiana Sellito de Freitas • Farlenia Serafim Rebouça Lidio • Fabio Alves Santos • Fabio E. Reis de Maraes • Fernanda Nunes Morteiro Cruz • Fernanda Santos de Freitas • Fernanda Soares de Castro • Fernando Javier • Flávia Maria Dias de Almeida Fagundes • Flavia Nascimento Sena • **Gabriel** Veiga de Matos • Gabriela Carmo Silva • Gabriela de Jesus Terra • Gabriela Tavares Barbosa • Gabriela Tiemi Kumano • Gaby Alves Teixeira • Geiza Rafaela de Oliveira • Gioia Perini • Giovanna Lauana da Silva Brito • Gustavo Fabricio da Silva • Gustavo Guimarães da Silva • Gustavo Henrique dos Santos Gonzaga • **Heitor** Rodrigo de Melo • Heloisa Bispo de Oliveira Vasconcelos • Henry L. Nunes • **Iara** da Silva Freitas • Igor Alexsander Fernandes Moreira • Igor Veríssimo dos Reis • Ingrid Rufino Ferreira • Iramildo das Neves dos Santos • Íris Sousa da Silva • Isabella Barbara Fernandes • Isabella Caneshi Fraga Ramos • Isabelle Alves Bandeira Santos • Ismael de Souza Vieira • **Jaime** Nakamura • Jaine Marcela Santos de Souza • Jamily Vitória de Oliveira Rodrigues • Janaina Pereira Lopes • Jane Pereira dos Santos Silva • Janete Dias • Jeniffer Aparecida da Silva Vieira • Jenniffer danielle Silva Duarte • Jéssica Justina dos Santos • Jéssica Kranz Barcelos • Jessica Tieko Uchida da Cunha • Joana D´arc Oliveira Barbosa de Almeida • Joelma E. A. de Jesus • Joyce M. Oliveira • Jocimara Barbosa Silva • Joffre Teixeira Barbosa Vilar • José Achilles donizetti de Melo Filho • Juliana Barbosa Pereira Ivanov • Juliana Falcheta do Prado • Juliane Lima Rosario • Junalva Lima de Mattos Costa • Jussara Xavier da Hora Paulo • **Kalebe** Moraes do Patrocinio Santos • Karina Gomes Inocencio • Karina Sandes de Paula Campos • Karina Sobral Melo • Karina Stolemberger da Silva • Katia dos Santos • Karoline Batista Teixeira • Karolyn Victoria Rodrigues de Moraes • Kathellin Kauane da Silva Jacinto • Keli Cristina Soares Eleotério • Kelen C.S. Chacon • Kely Shirlei Lima • **Lais** de Almeida Santos • Larissa Silva Azevedo • Lauyne Rafaela Oliveira de Souza • Lays Silva Couto • Leandra Pires Ribeiro • Lenina Ayub de Medeiros • Leticia Cristina Pereira • Letícia da Silva Serafim • Leticia de Souza Lucas • Lidiane Leda da Paz Bianguli de Faria • Ligia Barbosa dos Santos Silva • Livia Barros • Livia de Jesus Pereira de Souza • Luana Correa Guimarães • Lucas Henrique dos Santos • Luciana de Fátima

Marques Campos • Luciana Ribeiro Panegenini • Luciana Silverio • Lucia Pizarro • Ludmila Ribeiro Santos • Luiz Alberto Gomes Correa • Luiz Carlos de Melo Junior • Luiz Gustavo de Almeida Prado • **Maiara** Mendes Lisboa • Maiara Pereira Garcia • Maira Macedo • Manoel Ferreira Porto Neto • Marcella C. W. Migliacci • Marcelo de Oliveira Moreira • Marcelo Kenji Yamashita • Marcelo Silverio • Marcia Salomão • Marcio Hideo Kawano • Marcos Carvalho de Souza • Marcus Vinicius Leite do Prado • Margaret Cristina Salviano • Margaret dos Anjos Araujo • Maria Aparecida Gomes • Maria Carolina Fernandes Veiga • Maria Cecilia Poncio Gasparoto • Maria Cristina Paulino de Brito • Maria de Fatima Paulino • Maria de Lourdes Martins • Maria Eunice de Oliveira Silva Andrade • Maria Jose Baldez Amaral • Maria Moreira da Silva • Mariana F. de Camargo • Mariana Hurami Nakamura • Mariana Medeiros Araújo • Mariana Reginaldo Sá Osugui • Marielle Yukie Udo • Marilu Beranger • Marina Alvarenga • Marina Costa Machado Colombo • Marina Coutinho de Carvalho Pereira • Marines dos Santos Ribeiro • Marisa dos Santos • Marlene Costa dos Santos • Marli Ribeiro • Martin Vega Fillon • Matheus Bispo Moreira • Matheus Moreira Bispo • Maurício Luís Alves • Mayara Ribeiro Genari • Maira Quilisi Malvoni • Michele Aparecida Paiva • Michele Freitas Cruz dos Santos • Michelle Lopes Gomes • Michelle Regina de Souza • Miguel Bernardes Junior • Milena Gomes das Neves • Milena Grieco Lavrini Carvalho • Minéia Espindola da Silva de Lima • Mirian Soares Rocha • Monica Marques dos Santos • Monique Magalhães da Silva Siqueira • **Nadia** Cristina Martins Camargo • Nadim daoud El Tabcharani • Natalia de Sousa Esbegue • Nátali de Souza Nascimento • Nathalia T. Aoyama • Nathalia Cristina Lucas Elias • Nathalia de Brito Mucci • Nathalia Freitas Viana da Silva • Nathalia Paz Barreto de Souza • Nathalya Coronado E Silva • Nayra Cristina Batista Modesti • Nelson José de Lima Pinto • Neuza Aparecida de Oliveira • Nivaldo Aparecido de Siqueira • Noemy de Andrade Ochowski • **Olga** Aparecida dos Santos • Osni damasio da Silva • **Pablo** Augusto Bolanho • Patricia Angelica Felipe da Silva • Patricia Borges Marcena da Silva • Patricia Costa Machado • Patricia de Oliveira Santos • Patrícia Esdras Iria da Silva Tavares • Patricia Maria da Silva • Patrícia Shimabukuro • Paula Karina da Silva Amorim • Paulo Augusto Patrocinio Junior • Paulo Roberto Betzler • Paulo Rogerio Lopes • Pedro Guilherme Sartori • Pedro Henrique Estillac Bragion • Pietra Mariana da Costa • Priscila Gesuit de M.Matos • Priscila Pereira • **Rachel** Dias Neme • Rafaela Ardoino Roberto dos Anjos • Rafaela Thainá Sancheta dos Santos • Rafael Ramos Fragoso • Raquel da Costa Maria • Raquel Dias da Silva • Raquel Rodrigues • Raquel Vale Pereira Pinto Palmeira • Regiane Aparecida Santana • Regiane Campos da Silva • Regiane Prudente Kato Neris • Reinaldo Iori Neto • Reginaldo Bittencourt • Renata Quiziri Souza • Roberta Pessoa Chuahy Lucci • Roberta Prado Pereira • Roberto Batista Kawano • Rodolfo José Serpa • Rodrigo Coser Santana • Rodrigo de Oliveira do Carmo • Rodrigo Hideki Honda • Rodrigo Hideki Nakamura • Ronaldo Caetano • Rosana de Moura Lima • Rosangela Alonso • Rosangela dos Santos Prado • Rosângela Vergara • Rosani Aparecida Balbi • Rosario Madero • Rosenilda Maria da Silva • Rosenita da Conceição Monteiro Dutra • Rita de Cássia M. Jardim • Rhosa Cristina B. Fernandes • Rosilene da Silva Blaskevicz • Rosimeire Augusta Ribeiro de Lima Barbosa • Rosinete Paiva da Silva • Rubia Natalia Ribeiro Cavalcanti Marcondes • **Sabrina** da Silva

Severiano • Safira dos Santos Rocha Guedes • Samanta da Silva • Samara Gean Ferreira da Silva • Samira Leinko Matsuda Raphael • Samuel Carvalho de Alencar • Samuel Ferreira Silva • Sandra Ribeiro Lima • Sandra dos Santos • Sarah Ysa de Ramos • Sara Lucas de Medeiros • Sayane Pereira de Oliveira • Selma Maria dos Santos • Sheila Adriane Gonçalves • Sidney Antonio Salles • Silmara Ferreira de Souza Oliveira • Silmara Piccolo de Sousa • Silvia Aparecida dos Santos • Silvia Regina do Rocha • Solange Cristina de Souza Camargo • Suzana Yosuko Kitagawa • Stephani Campos Nunes Vitor • Sthefani Pires dos Santos • Sueli Aparecida Domingues • Suellen dos Santos Baroni • Suzinei Lana Miranda da Silva • **Tailise** dos Santos Mota • Tais Rodrigues Dib • Thais G.O E Silva • Thais Silva Souza • Tamires de Lima Ticeu • Tania Ferreira Lima • Tathiane de Oliveira Santos • Tatiana Francisca Teles • Tatiana Gomes de Souza • Tatiane Lopes de Oliveira • Tatiane Martins Gomes • Tayciane Mota dos Santos Cardoso • Tayná dos Reis Penteado da Cunha Melo • Telma Aparecida Andrade de Almeida • Tereza de Miranda Prado • Thainy Martins dos Passos • Thais Aparecida Ferreira • Thais Godoi Volpiano E Silva • Thais Silva Souza • Thalita Alves da Silva • Thalles Henrique Aparecido Beranger de Oliveira • Thiago Cardoso de Souza • **Valeria** Carmo Queiroz Alves • Valeria Lujan Tropa • Valesca Garcia Lesta • Vanessa Aparecida Alves Correa • Vanessa da Silva Mesquita Santos • Vanessa da Silva Nogueira • Vania da Costa da Silva Almeida • Vanila Helena Fernandes da Silva • Virginia de Fatima Rodrigues Craig • Vitoria da Silva Simões • Vitoria Dias Cardoso da Silva • Vitória Eliana de Souza • Victória Soares Vidal • Vivian Cristine Garcez • **Willian** Brito Lisboa de Oliveira • **Yuri** Torres Fonseca

Agradecimento especial a cada criança, adolescente, familiar e responsável que participou da construção do Plano, seja em entrevistas, grupos ou nas oficinas. Sua participação foi fundamental para que o Plano pudesse refletir suas demandas e expectativas.



Apresentação

The background of the slide is a solid dark teal color. Overlaid on this are several large, semi-transparent, organic shapes in various shades of green and blue. A large, bright green shape is on the left side. A medium blue shape is in the center, overlapping the green one. A darker blue shape is on the right. At the bottom, there are more green and blue shapes, including a dark green one on the left and a dark blue one on the right. The overall effect is a modern, abstract design.





A legislação brasileira preconiza que toda criança e adolescente tem o direito a uma família, cujos vínculos devem ser protegidos pelo Estado e pela sociedade.

Diante da complexidade que envolve o tema do universo familiar, remanesce o entendimento de que é necessário um grande esforço de integração das ações que envolvem as políticas públicas para que o direito à convivência familiar e comunitária se efetive de fato.

O Plano Municipal de Convivência Familiar e Comunitária (PMCFC) é um documento político e técnico que orienta decisões, investimentos e ações de promoção dos direitos de crianças e adolescentes em nossa cidade.

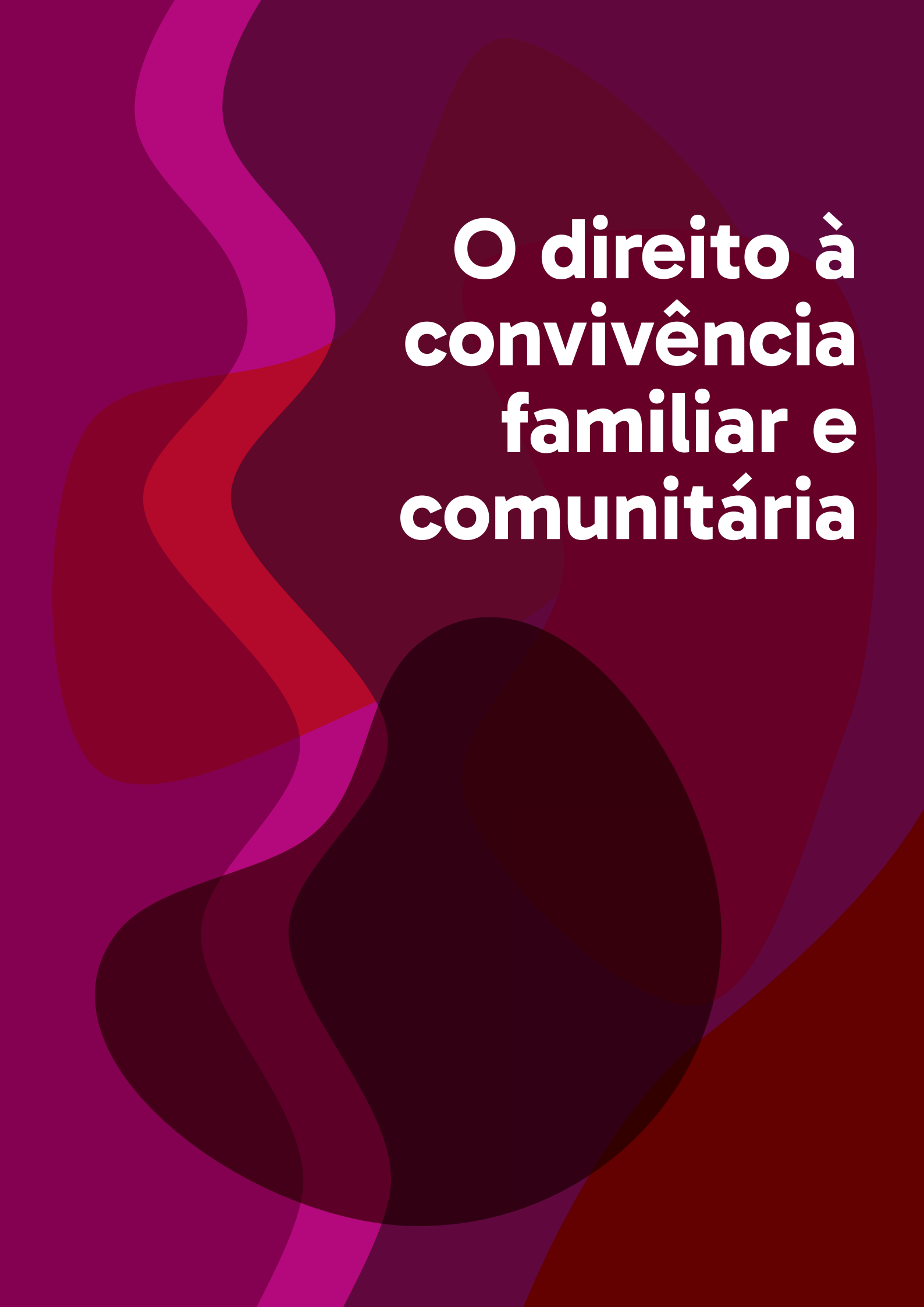
Sua construção está pautada na promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. Revela uma clara decisão de estabelecer como prioridade essa temática, na perspectiva da formulação e implementação de políticas públicas a serem desenvolvidas de forma integrada e articulada nas áreas da assistência social, saúde, educação, esporte e cultura, precipuamente, nos territórios da vulnerabilidade.

O Plano Municipal de Convivência Familiar e Comunitária (PMCFC) adotou para a sua elaboração um processo amplo de consulta e escuta, à luz da diretriz estabelecida no art. 227 de Constituição Federal, que preconiza a participação como método de aproximação com as organizações representativas, para a formulação das políticas e no controle das ações em todos os seus níveis.

Na sua construção, o CMDCA contou com a assessoria técnica do Núcleo Entretempos que iniciou a sua jornada no final do ano de 2023 desenvolvendo as etapas preconizadas na Resolução no 01, de 22 de fevereiro de 2021-CMDCA.

Assim, o Plano Municipal de Convivência Familiar e Comunitária (PMCFC) surge como resultado de um processo participativo de elaboração conjunta, envolvendo representantes de todos os poderes e esferas de governo municipal e da sociedade civil organizada, os quais compuseram a Comissão Intersetorial que elaborou os subsídios apresentados ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Mesa Diretora do CMDCA
Gestão 2022/2024



O direito à convivência familiar e comunitária

Introdução

The background of the slide is a solid dark purple. Overlaid on this are several large, overlapping, organic shapes in various shades of purple, pink, and red. These shapes are semi-transparent, creating a layered effect. The colors range from a deep magenta to a bright, almost white pink. The overall composition is abstract and modern.



Promover, proteger e defender o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes é uma tarefa que, apesar de ter raízes antigas, é extremamente atual e contemporânea. Vivemos em uma sociedade pautada nas segregações e cancelamentos, mas na qual, paradoxalmente, também impera a lógica neoliberal, em que é cada um por si e a autonomia se confunde com o individualismo. Em ambos os casos, há uma dificuldade imensa de conviver e atravessar conflitos complexos, sem cair em uma lógica binária do certo ou errado, eu x outro.

Este Plano é, assim, geral e específico: específico pois tem em sua herança e fundamentação as crianças e adolescentes que na história brasileira foram sistematicamente afastadas de suas famílias e privadas do convívio em sociedade, vivendo anos, e muitas vezes vidas inteiras, em instituições com muitas portas de entrada, mas poucas de saída. Por mais que já tenhamos caminhado na construção de marcos legais e práticas de desconstrução dessa lógica segregacionista, ainda se fazem necessários muitos esforços articulados para garantir que nenhuma criança tenha seu direito à convivência violado.

Porém, este Plano não é apenas pensado para as crianças e adolescentes acolhidos e nem apenas para prevenir o acolhimento. Justamente porque a convivência só adquire seu pleno sentido na relação entre diferentes - pois o espelho no máximo oferece um miragem enganosa -, se alguém é privado da convivência, todos o são. Não é apenas uma tarefa de todos, mas também para todos: uma sociedade em que crianças e adolescentes não têm direito à convivência, tampouco é possível presumir que os adultos a tenham.

Seria ilusão, ou muita nostalgia, supor uma convivência totalmente harmoniosa e bucólica. Conflitos só existem na convivência e é difícil conceber um convívio sem conflitos. A convivência transcende a esfera das relações pessoais e ganha alçada política quando as diferenças são vividas como desigualdades, fruto das relações de dominações históricas de nosso país. Nesse aspecto, a proteção do direito à convivência é tarefa das políticas públicas e, no caso da Assistência Social, é uma seguridade a ser garantida.

No trabalho de execução de políticas e práticas de promoção à convivência faz necessário conviver: entre usuários, entre trabalhadores e usuários e também entre trabalhadores. O exercício da convivência no trabalho em rede permite sair da culpabilização de um ou outro serviço ou instituição, ou da fragmentação do usuário na rede de atendimento. Convivência é, acima de tudo, aprendida na experiência.

Dessa maneira, o processo de elaboração deste Plano privilegiou espaços coletivos de encontros e trocas, tanto na etapa diagnóstica, quanto na formulação de propostas aos desafios apresentados. Na etapa diagnóstica, foram realizadas visitas aos serviços, oficinas temáticas, entrevistas, grupos de escuta, além da pesquisas de dados qualitativos. Ao todo, foram escutados cerca de 150 pessoas, entre trabalhadores, usuários e familiares.

Na segunda etapa, momento de formulação das propostas aqui apresentadas, não foi diferente: nas oficinas de elaboração de propostas, grupos heterogêneos se uniram para se debruçar na difícil arte de formular propostas que apresentassem um projeto, um sonho, mas que também fossem tangíveis. Após essa primeira formulação, as propostas foram redigidas, segundo um crivo que considerou sua adequação aos marcos legais atuais e sua coerência com os princípios elaborados no Plano. Em um segundo momento, as propostas retornaram para adequações e validações, tanto dos representantes técnicos de cada área, das diferentes Secretarias e também da comissão intersetorial. Para garantir sua representatividade e o direito à participação social, as propostas, assim como todo o Plano, seguiram para consulta pública.

Desejamos, assim, que este Plano e suas propostas representem o desejo do Poder Público e seus trabalhadores, assim como da sociedade, incluindo os usuários dos serviços de seus familiares, e possam coletivamente, serem efetivadas. Agradecemos imensamente a participação e envolvimento dos trabalhadores e usuários que, com muito trabalho, envolvimento e bom humor se disponibilizaram a estar juntos nos diferentes momentos propostos, já exercitando a, por horas difícil, mas também prazerosa, arte de conviver.

Carina Ferreira Guedes
Fernanda Ghiringhello Sato
Natália Felix de Carvalho Noguchi

Núcleo Entretempos



**Marcos
Legais**

1961

Lei nº 4.024/61 - Lei de Diretrizes e Bases da Educacional Nacional (Ldben)

Art. 88. A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação dos excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções.

Revisão em 1971 - Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

Revisão em 1996 - Reforça que a oferta da educação especial deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino, ou seja, não é a única possibilidade de oferta, caracterizando-a como prioritária, mas não exclusiva.

1988

Constituição Federal

Art. 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 226: “família é a base da sociedade”

- determina a equiparação de filhos havidos ou não da relação do casamento ou por adoção;
- assegura a crianças e adolescentes o exercício de seus direitos fundamentais, entre eles o direito à convivência familiar e comunitária;
- estabelece que ao Estado compete assegurar a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir violências no âmbito de suas relações;
- determina que os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores e que os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

Declarações sobre os Direitos da Criança (1924/1959)

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)

Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948)

Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966, ratificados em 1992)

Pacto de São José da Costa Rica (1969)

Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993).

Estatuto da pessoa idosa (Lei nº 10.741, de 1 de Outubro de 2003).

Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. (ratificado pelo Brasil em 2004)

Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Referente à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Pornografia Infantil. (ratificado pelo Brasil em 2004)

Implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005.

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF, 2013.

Marco legal da Primeira infância (Lei 13.257, de 2016).

Legenda

- Assistência Social
- Direitos das Crianças e dos Adolescentes
- Direitos da Pessoa com Deficiência
- Educação
- Saúde

1990

Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA

(Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990)

Art. 19: “Toda criança ou adolescente tem direito de ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária”

- excepcionalidade e provisoriedade da medida protetiva de acolhimento;
- preservação dos vínculos familiares e integração em família substituta quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem.

1990

Convenção sobre os Direitos da Criança

(Ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990)

Assegura as duas prerrogativas maiores que a sociedade e o Estado devem conferir à criança e ao adolescente, para operacionalizar a proteção dos seus Direitos Humanos: cuidados e responsabilidades.

- Papel superior e preponderante no embasamento da criação ou reforma de toda e qualquer norma reguladora, no campo da família e no embasamento de processos de reforma administrativa, de implantação e implementação de políticas, programas, serviços e ações públicas;
- É importante que sejam observados os seguintes princípios:
 - Não discriminação;
 - Interesse superior da criança;
 - Direitos à sobrevivência e ao desenvolvimento;
 - Respeito à opinião da criança.

2001

Lei 10.216/2001

Redireciona o modelo assistencial de saúde mental e faz da internação o último recurso e restrita a um prazo máximo.

Tem como fundamento o tratamento mais humanizado dos pacientes acometidos por doenças mentais, com o fechamento gradual de manicômios e hospícios existentes no País.

Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

2001

Decreto Legislativo nº 198

Aprova o texto da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, realizada no período de 6 a 8 de junho de 1999, na cidade de Guatemala.

2002

Portaria GM/MS n.º 336

Ministério da Saúde regulamenta a ação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

2002

Portaria GM/MS n.º 1060

Ministério da Saúde institui a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência.

2004

Portaria GM/MS n.º 1608

Institui o Fórum Nacional de Saúde Mental Infanto-juvenil.

Em 2005, o Fórum publica "Diretrizes para o Processo de Desinstitucionalização de Crianças e Adolescentes em Território Nacional" e o Ministério da Saúde publica o documento "Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil".

Em 2006, ressalta a necessidade da construção de um sistema de informação qualificada sobre atenção em saúde mental à criança e ao adolescente.

2004

Política nacional de Assistência Social (PNAS)

Serviços de proteção social especial de alta complexidade: garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário.

Inclusão do Serviço de acolhimento em família acolhedora como medida protetiva, na Proteção Social de Alta Complexidade.

2006

Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à convivência familiar e comunitária

Prioriza a formulação e implementação de políticas públicas que assegurem o direito à convivência das crianças e adolescentes, de forma integrada e articulada com os demais programas do governo.

Pretende ser um marco na ruptura da cultura da institucionalização de crianças e adolescentes e no fortalecimento do paradigma de proteção integral e da preservação de vínculos familiares e comunitários preconizados pelo ECA.

Estudos realizados em 2004 constataram que nenhum país do mundo tem um programa de saúde mental para crianças e adolescentes claramente definido; somente, ainda, em trinta e quatro países foram encontrados programas que poderiam ter algum impacto benéfico sobre este grupo populacional. (OMS 2005).

2006

Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva

Constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

2009

Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes

Regulamenta, no território nacional, a organização e oferta de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, no âmbito da política de Assistência Social.

Apresentam diretrizes de funcionamento dos serviços de acolhimento, inclusive o serviço de família acolhedora;

Ressaltam que as condições de atendimento no serviço de acolhimento devem propiciar experiências reparadoras à criança e ao adolescente e a retomada do convívio familiar;

Reforçam que, caso seja necessário o afastamento de criança e adolescente do convívio familiar, os serviços de acolhimento possam exercer a função de proteção e cuidado, de forma excepcional e provisória.

2009

Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre emprego e condições adequadas de cuidados alternativos com crianças

(Ratificada em 2009 e atualizada em 2019)

“Os Governos devem assegurar que suas políticas ajudem a família a arcar com suas responsabilidades para com as crianças e que promovam o direito da criança a manter relações com ambos os pais.”

“Em toda decisão sobre cuidados alternativos, deve-se levar em conta a conveniência, em princípio, de manter a criança o mais perto possível de sua residência habitual, a fim de facilitar o contato com a família e sua eventual reintegração a ela, bem como minimizar a ruptura de sua vida educacional, cultural e social.”

Fortalecimento e ampliação de apoio às famílias em situações de vulnerabilidade, como parte dos esforços para evitar a separação da criança de seus pais.

Quando for necessária a separação da criança de sua família, especialmente aquela menor de três anos de idade, o cuidado provisório deve ser realizado por outra família.

2009

Lei 12.010/2009 - Lei da Convivência Familiar

(alteração do artigo 34 do ECA)

Art. 34: “1o. A inclusão da criança ou adolescentes em programa de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta Lei”

Art. 25: “entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes”. Parágrafo único. Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade afetiva”

Ampliação do conceito de família.

2015

Lei nº 13.146

Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

2017

Resolução No 32, 14 de Dezembro de 2017

Estabelece as Diretrizes para o Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

2021

Recomendação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) n.082/2021

Concentração de esforços na atuação do Ministério Público na garantia de direitos “à convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes, especialmente em ações que promovam a ampliação dos Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora.”

2024

Atualização do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitário (PNCFC) entregue ao CONANDA para Consulta pública (Set/2024)

Formação da Coalizão pelo Acolhimento em Família acolhedora - 07/2020

Grupo de gestores, pesquisadores e lideranças nacionais, atores governamentais e não-governamentais unidos para promover a ampliação do acolhimento familiar no Brasil.



Documentos e Planos de Mogi das Cruzes que se articulam com o Plano Municipal de Convivência Familiar e Comunitária:

- Plano Municipal para Infância e Adolescência
2019 a 2029
- Plano Municipal pela Primeira Infância
2002 a 2032
- Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo
2017 a 2027
- Guia sobre proteger crianças e adolescentes da
violência (lançado em 2024)



**AÇÕES DE
PREVENÇÃO
À VIOLAÇÃO
DE DIREITOS**



**PROMOÇÃO
E GARANTIA
DE DIREITOS**



**ESCUTA E
PARTICIPAÇÃO
DO PÚBLICO**



**FOMENTO ÀS
ESTRATÉGIAS
DE REDE
INTERSETORIAL E
TERRITORIALIZADA**



Marcos Conceituais

CONTRANARCISO

Paulo Leminski

Em mim eu vejo o outro
E outro
E outro
Enfim dezenas
Trens passando
Vagões cheios de gente
Centenas
O outro que há em mim
É você, você
E você
assim como
eu estou em você
eu estou nele
em nós
e só quando
estamos em nós
estamos em paz
mesmo que estejamos a sós

O marco conceitual deste Plano Municipal se baseia nas análises e conceitos adotados pelo Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) e no conceito de convivência e seus desdobramentos nas diferentes políticas públicas para a defesa, proteção e promoção do direito à convivência familiar e comunitária.

O PNCFC desenvolve problemáticas importantes que afetam a convivência familiar e comunitária: as ameaças e violações dos direitos de crianças e adolescentes no contexto familiar, as violações de direitos das famílias pelo Estado, os fundamentos que justificam o afastamento de uma criança ou adolescente de sua família, além de detalhar as modalidades de acolhimento institucional, famílias acolhedoras e adoção.

Nas últimas décadas, houve uma mudança de paradigma das políticas públicas em relação à compreensão sobre as famílias em situação de vulnerabilidade social: de incapazes ou disfuncionais para o reconhecimento de que suas maneiras de organizar e agir muitas vezes representam estratégias eficazes para enfrentar os desafios que lhes são apresentados. Consequentemente, também se modificou o reconhecimento do papel do Estado em relação a elas: da culpabilização da família por não ter condições materiais de cuidar de seus filhos até

a oferta de condições básicas que possibilitem a manifestação de suas competências, ou seja, do paradigma do assistencialismo ao reconhecimento dos direitos do cidadão¹.

O grande desafio apontado por autores que se dedicam a estudar o histórico da institucionalização de crianças e sua relação com práticas atuais refere-se à disparidade entre as legislações vigentes e as ações estabelecidas nas instituições ou seja, entre as políticas públicas e suas práticas sociais correspondentes². Se as legislações vigentes sobre os direitos das crianças e adolescentes apontam para um novo paradigma em relação às concepções anteriores, é importante, entretanto, não subestimar a capacidade da construção de práticas que aglutinem diferentes fundamentos éticos.

Para que essa mudança se efetive, exige-se um forte comprometimento com uma forma de atuação diferente na área social. É necessário implementar ações contínuas e responsáveis, uma vez que isso implica uma transformação em uma cultura profundamente enraizada no senso comum da sociedade. Uma mudança cultural acontece quando novos valores se afirmam, tornam-se predominantes e são absorvidos tanto pela sociedade quanto pelo Estado. Diante da persistência de um paradigma antigo, é fundamental realizar ações comprometidas e articular programas que apoiem as famílias, permitindo que elas desempenhem seu papel. Atualmente, é essencial proporcionar às famílias as condições necessárias para que possam exercer sua função de cuidado e proteção.

A convivência como matéria de trabalho das diferentes políticas públicas

Do latim *convivere*, conviver significa viver junto, habitar um mesmo espaço, coexistir. A convivência é um tema da vida cotidiana, compartilhado pela política de Saúde, Educação, Esporte e Cultura. Na política de Assistência Social, ganha centralidade quando é afirmada como uma das seguranças a serem afiançadas, o que a torna método de trabalho e objeto de intervenção.

Sérgio Amarante, em sua obra sobre saúde e cidadania, destaca que as políticas de saúde devem ser vistas não apenas como ações de assistência, mas como um campo de direitos que envolve a garantia de equidade e a promoção da convivência social³. Essa perspectiva ressalta a importância de integrar saúde e políticas sociais, promovendo um ambiente que favoreça a inclusão e o bem-estar da população.

1 Guedes, C.F. Acolhimento institucional na assistência à infância: reflexões a partir da experiência de um abrigo [dissertação]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia; 2013 [citado 2024-09-17]. doi:10.11606/D.47.2013.tde-20082013-160003.

2 Rizzini I. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. São Paulo: Cortez; 2011.

3 Amarante P. Saúde mental e cidadania: uma perspectiva histórica. São Paulo: Editora Hucitec; 2002

Nas políticas públicas de saúde, o maior marco nessa direção é a constituição da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), decorrente da luta antimanicomial. Este é um movimento que visa questionar e dismantelar o modelo de atendimento à saúde mental fundamentado em instituições manicomiais, promovendo a valorização da vida e a convivência social de pessoas com transtornos mentais⁴. A luta antimanicomial salienta a importância da convivência, reconhecendo que a inclusão e o suporte comunitário são cruciais para a recuperação e o bem-estar dos indivíduos. Ao promover um ambiente que respeita os direitos e a dignidade das pessoas, busca construir redes de apoio que integram esses indivíduos na sociedade, desafiando o estigma e a exclusão historicamente associados aos transtornos mentais. Dessa forma, a convivência se torna um elemento central na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos têm acesso a cuidados de saúde mental que consideram suas particularidades e fomentam a autonomia.

No Brasil, essa luta vai além da desinstitucionalização, almejando também a inclusão e a convivência efetiva na sociedade. Scarcelli⁵ afirma que o avanço da luta antimanicomial se traduz na construção de uma rede de atenção psicossocial que visa a desconstrução do modelo manicomial e a promoção da autonomia. Nesse mesmo contexto, Ramalho⁶ destaca que a luta antimanicomial propõe uma reestruturação das relações sociais e o fortalecimento de vínculos comunitários como forma de garantir a dignidade e os direitos das pessoas em sofrimento mental.

Na Educação, aprender a conviver é um dos quatro pilares⁷ a serem desenvolvidos ao longo da vida, junto a aprender a ser, a fazer e a conhecer. Envolve o desenvolvimento de habilidades interpessoais, a capacidade de viver com outros, compreender e respeitar a diversidade e aprender a lidar com conflitos. A escola é, por excelência, um lugar de encontro, espaço de socialização e expansão para além dos laços familiares e comunitários mais próximos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil⁸: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. A convivência aparece como forma de estar com outros, abrir-se à diferença:

4 Destaca-se aqui como mesmo com avanços e mudanças de políticas públicas, como a ocorrida na saúde mental a partir do movimento da Luta Antimanicomial e a constituição de uma rede substitutiva de atenção psicossocial, muitas vezes os discursos e práticas permanecem, reproduzindo a lógica manicomial. Mais sobre isso em: Valentim, Ana Carolina Martins de Souza Felipe. Outros muros, o manicômio ainda: narrativas de uma rede à sombra das conquistas antimanicomiais [thesis]. São Paulo: , Instituto de Psicologia; 2023 [cited 2024-09-19]. doi:10.11606/T.47.2023.tde-12092023-152113.

5 Scarcelli C. A construção da rede de atenção psicossocial: desafios e perspectivas. São Paulo: [s.n.]; 2008.

6 Ramalho S. Saúde mental e direitos humanos: a luta antimanicomial na construção de redes de apoio. São Paulo: Editora Hucitec; 2012.

7 Delors J, Al., et al. Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO; 1998.

8 Entenda os 6 direitos de aprendizagem propostos pela BNCC [internet]. Nova Escola. [citado 2024 Sep 19]. Disponível em: <https://novaescola.org.br/bncc/conteudo/56/entenda-os-6-direitos-de-aprendizagem-propostos-pela-bncc>

"Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas". (BNCC, p. 38⁹)

A convivência nas políticas de esporte se manifesta em diversas dimensões ao dar acesso a diferentes atividades esportivas e de lazer, gerando oportunidades para o estabelecimento de laços de amizade e solidariedade, fundamentais para a coesão social. Além disso, incentivam a participação ativa da comunidade na organização e execução de eventos, criando um espaço onde as pessoas podem se envolver, colaborar e desenvolver um senso de pertencimento. Iniciativas como o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) destacam a importância de atividades lúdicas e inclusivas, que envolvam todos os grupos da sociedade, inclusive pessoas com deficiência e grupos intergeracionais.

Políticas de cultura compreendem um conjunto de ações do Estado e da sociedade civil que buscam organizar e fortalecer as estruturas culturais, promovendo a cultura como um meio de cidadania e rede de relações. Elas asseguram os direitos culturais, valorizam manifestações diversas e contribuem para a formação de cidadãos. A cultura, enquanto herança social e elemento constitutivo da identidade de um povo, atua como um poderoso agente de socialização, influenciando comportamentos, ações e expectativas e facilitando as interações entre os indivíduos, tanto dentro de suas próprias comunidades quanto com culturas diversas. Assim, as políticas culturais são fundamentais para promover a convivência social, fortalecer a identidade coletiva e gerar um ambiente onde o respeito às diferenças e a troca de experiências possam florescer, enriquecendo a vida comunitária e contribuindo para o desenvolvimento integral do indivíduo.

Muito embora a convivência seja mote nas diferentes políticas, como apresentado acima resumidamente, na Assistência Social ela ocupa uma posição diferenciada: a convivência é uma das seguranças a serem garantidas, junto à segurança de acolhida e de sobrevivência. É, portanto, objeto de intervenção e está associada ao reconhecimento de que as relações sociais, por um lado, produzem desigualdades e subordinação e, por outro, podem ser fonte de reconhecimento, valorização e desenvolvimento humano. Quanto mais amplas, diversas e fortalecidas são as relações de uma pessoa, mais protegida ela está.

A segurança de convívio supõe a não aceitação de situações de reclusão, de perda das relações. A dimensão relacional deve ser assegurada ao longo da vida e a partir da oferta de serviços específicos que visam à convivência e a socialização. À medida que a convivência é tomada como matéria de trabalho e objeto de intervenção, há uma busca por identificar, reconhecer e nomear situações de desproteção relacional e social. A Concepção de

9 Texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) [internet]. Ministério da Educação; 2017. [citado 2024 Sep 19]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79611-anexo-texto-bncc-aprovado-em-15-12-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192

Convivência e Fortalecimento de Vínculos¹⁰ descreve as vulnerabilidades relacionais referindo-se a dificuldades no âmbito das relações que colocam os sujeitos como demandantes de proteção. São elas:

Vulnerabilidades relacionais



Tendo como norte a superação dessas vulnerabilidades, há sugestões de estratégias como escuta, valorização da diferença, experiência de diálogo na resolução de conflitos e divergências, escolher e decidir coletivamente, entre outras. Foram elaborados também seis indicadores que devem orientar o planejamento e as decisões cotidianas dos serviços no que tange à segurança de convivência, indicadores estes que guardam como características a parcialidade (e abertura a compor com outros trabalhos) e a necessidade de articulação. Eles apresentam uma descrição dos vínculos que precisam ser mapeados e fortalecidos, a saber:

- relações de parentesco, por serem fonte de afeto e apoio
- relações com amigos, fonte de afeto, valorização e prazer de viver junto

¹⁰ Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social. Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos – Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.

- relações de parceria e realizações produtivas
- relações de cidadania, fonte de aprendizado, de diálogo e conquistas
- relações com os profissionais da política de assistência social, fonte de referência de continuidade e amoralidade no enfrentamento das situações de vulnerabilidade.
- relações com os territórios de pertença

É a soma destes indicadores que resulta em maior proteção, sendo que

estar protegido significa ter forças próprias ou de terceiros, que impeçam que alguma agressão/precarização/privação venha a ocorrer, deteriorando uma dada condição. (SPOSATI, 2007, p. 42).



A convivência emerge como um elemento essencial nas diversas políticas públicas, atuando como um facilitador da inclusão social e do fortalecimento de vínculos comunitários. Seja na saúde, educação, esporte ou cultura, a promoção de relações sociais saudáveis e respeitadas é fundamental para garantir dignidade e bem-estar, especialmente para indivíduos em situações de vulnerabilidade. A abordagem integrada dessas políticas contribui para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, onde todos têm a oportunidade de se conectar, aprender e crescer coletivamente. Assim, ao oferecer serviços e estratégias articuladas que ampliam e fortalecem vínculos e redes, o direito à convivência poderá ser garantido e mais protegidas as pessoas estarão.

Praças públicas e a coragem cotidiana de conviver: alguns desafios atuais

A convivência, mote desse Plano e matéria de trabalho nas políticas públicas para superação destes desafios históricos, deve ser considerada em suas dimensões política, ética e estética¹¹. Política, na medida em que na convivência se produzem relações de poder, que inclui conflitos, mas que é na própria convivência que eles são reconhecidos e que se propõe a enfrentá-los. Ética na medida que a direção da superação dos conflitos tem em seu horizonte uma perspectiva de justiça social, protegendo as pessoas e garantindo outros patamares de igualdade e equidade a partir das diferenças. Estética e afetiva, na medida que é na convivência que uma pessoa se constitui como sujeito: é no encontro com o outro - nas relações, na diversidade, na cultura - que é possível expandir e possibilitar novas formas de ser, inventar novos jeitos de ser sujeito e formas de subjetivação.

Sua efetivação na prática, inclui alguns desafios. O primeiro reside em rever um conceito idealizado de família, que se projeta sobre um modelo a ser seguido, e da convivência como um modo de se relacionar e viver que inclui a afetividade, porém sem conflitos entre as pessoas ou das pessoas com sua comunidade.

O segundo está relacionado à criação de serviços cada vez mais especializados para considerar públicos minoritários e suas especificidades. Embora o reconhecimento desses públicos seja essencial na superação das desigualdades históricas, as especializações são paradoxais e acabam por se tornar muitas vezes uma armadilha para a convivência: ao determinar lugares, atendimento, serviços específicos aos públicos, muitas vezes busca-se a homogeneização a partir de algum traço, condição ou característica e aposta-se no trabalho entre iguais ou na inclusão dos que supostamente estão fora e que precisam se adequar ao paradigma dos que supostamente estão dentro¹². Pensar no desafio e na potência da convivência a partir das di-

11 Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Bloco 2. Escola do Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo; [data de publicação desconhecida]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5afiGnaykP4>. Acesso em: 19 set. 2024.

12 Mais sobre isso em: Sato FG, Martins RCR, Guedes CF, Rosa MD. O dispositivo grupal em psicanálise: questões para uma clínica política do nosso tempo [Internet]. Revista Psicologia Política. 2017 ; 17(40): 484-499. [citado 2024 set. 16] Available from: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000300006&lng=pt&nrm=iso

ferenças - como por exemplo em propostas intergeracionais - acaba relegada a um segundo plano ou parecem ser autorizados e experienciados em momentos de exceção, fora da vida normal e da ordem cotidiana, como por exemplo, no carnaval¹³.

O terceiro, decorrente dos dois primeiros desafios, é a tendência em apostar em intervenções informativas e normativas, que apontam como os indivíduos devem responder, se comportar, sofrer, agir para corresponder ou caminhar em direção a esses ideais. As pessoas e histórias que fazem resistência a essas rotas têm sido compreendidas historicamente como símbolos de transtornos, transgressões, desvios, agressões, imoralidades ou restos¹⁴. Embora no discurso essas questões tenham sido superadas, muitas vezes na prática, persistem, se revelando em abordagens tímidas, propostas burocratizadas, na qual questões históricas e coletivas têm sido reduzidas a como individualmente os usuários das políticas públicas correspondem ou não ao que se espera deles, sem, no entanto, reconhecer e lhes outorgar um lugar de saber sua própria vida, sua comunidade e sua relação com o sofrimento, perpetuando os mecanismos que sustentam a desigualdade social.

Outra consequência desses pontos levantados é localizar as questões de convivência e vulnerabilidade social como referentes somente aos públicos considerados minoritários. Isso exige aqueles que se localizam incluídos na ordem social e a salvo de algumas tantas violências e violações de pensarem como estão inseridos e são afetados pelo mesmo processo, de reconhecer sua parte na produção e manutenção e agravamento das desigualdades sociais históricas e de reconhecerem os efeitos que os próprios privilégios e fragilidades tem na forma como se identificam, se constituem como sujeito e se relacionam no fórum íntimo e coletivo.

No enfrentamento dessas questões, é importante reconhecer o desafio de criar, de fato, oportunidades de inclusão social e de promoção da vida para pessoas que incluam as contradições e complexidades ao promover a construção da cidadania, estabelecendo estratégias de convivência e desconstruindo o imaginário que cerca a vulnerabilidade e os muitos estereótipos nas quais é personificada: a mulher, o negro, o menor, o louco, o deficiente, o idoso, entre outros. Nessa mirada, é importante lembrar que, embora o movimento da Luta Antimanicomial tenha suas raízes no campo da saúde, transcende essa área, pois os discursos que o sustentam, bem como a lógica de classificação, institucionalização e segregação, continuam a se manifestar nas práticas de atendimento de diversas políticas públicas e na vida cotidiana. Essa abrangência evidencia a necessidade de uma transformação que não apenas reformule o atendimento em saúde mental, mas que também permeie outras esferas sociais, como educação, assistência social e direitos humanos, contribuindo para a desconstrução de preconceitos e a promoção de um convívio mais justo, solidário e protetivo.

13 Ramalho, Simone Aparecida. Uma alegria subversiva: o que se aprende em uma escola de samba? [tese]. São Paulo: , Instituto de Psicologia; 2010 [citado 2024-09-18]. doi:10.11606/T.47.2010.tde-30072010-145438.

14 Mais sobre isso em: Blikstein, Flávia. Destinos De Crianças: Estudo Sobre As Internações De Crianças E Adolescentes Em Hospital Público Psiquiátrico. 2012 e Blikstein, Flávia. Políticas públicas em saúde mental infantojuvenil e filantropia: estudo sobre as instituições de acolhimento para pessoas com deficiência que atendem crianças e adolescentes no estado de São Paulo [tese]. São Paulo: , Faculdade de Saúde Pública; 2019 [citado 2024-09-19]. doi:10.11606/T.6.2019.tde-06082020-123941

Como Ramalho¹⁵ aponta, não se trata de criar espaços protegidos e idealizados onde os conflitos e contradições estarão superados ou inexistentes, mas sim de criar espaços onde os dilemas e questões possam coexistir e inspirar invenções, relações e experimentações que possibilitem outros reconhecimentos, nos quais a diferença possa circular para além de ser signo de desigualdade. Segundo a autora:

... voltar para a praça pública (...) é escolher também combate cotidianos, é enfrentar de fato a convivência com a diferença, o que, talvez, em alguns momentos, também nos dê a vontade de "voltar para casa", para o abrigo da institucionalização, apontando a feiura do mundo. Mas podemos encontrar por lá, na praça pública, também pequenas alegrias (...) que talvez nos ensinem que tais dilemas já podem coabitar o mundo. (...) Talvez também ganhemos ânimo nesses pequenos combates, menos glamorosos, sem dúvida, mas genuinamente revolucionários, e também possamos, nós mesmos, ganhar pequenas alegrias. (Ramalho, p. 148)

É a coragem de atravessar os pequenos combates cotidianos e, por isso, revolucionários, que implica ir além da ideia de responsabilidade individual pelo colapso ou por sua solução, mas reconhecer que conflitos, opressões e silenciamentos são produzidos nas relações. Superar questões históricas que insistem em se atualizar e questões que ameaçam o futuro, como as emergências climáticas que urgem, só pode se dar no coletivo e no enfrentamento dos conflitos, um a um. Falar em coletivo não exime nenhuma pessoa de ter que se posicionar e fazer mudanças difíceis frente às violências: é uma dimensão que precisa ser sustentada também por cada um, reafirmando a responsabilidade de cada sujeito com o outro e com o que possibilita a vida em sociedade.

15 Ramalho, Simone Aparecida. Uma alegria subversiva: o que se aprende em uma escola de samba? [tese]. São Paulo: , Instituto de Psicologia; 2010 [citado 2024-09-18]. doi:10.11606/T.47.2010.tde-30072010-145438.



Diagnóstico da rede de proteção à infância

Metodologia

O diagnóstico se constituiu como Pesquisa-intervenção: uma forma de pesquisa participativa que mobiliza as relações presentes no campo de estudo de forma horizontal, ampliando as possibilidades de trabalho compartilhado na produção de respostas às questões que busca investigar.

A Comissão Intersectorial acompanhou e deliberou sobre as ações do Plano, operando também como articuladora e mobilizadora no processo.

Metodologia mista



Cerca de
150 pessoas
participaram
do processo.

Pesquisa Quantitativa



Plataforma VISUAS e dados da vigilância socioassistencial.



Questionário sobre perfil dos serviços de acolhimento e dos atendidos e ações desenvolvidas.



Questionários de aprofundamento sobre motivos de acolhimento e saúde mental.

Pesquisa Qualitativa



Visita aos Serviços de Acolhimento e República Jovem.



4 Oficinas temáticas: saúde mental, educação, esporte/cultura/lazer e trabalho com famílias.



Oficina com Conselheiros Tutelares e educadores dos serviços de Acolhimento.



8 Entrevistas com atores do SGDCA.



Escuta das crianças, adolescentes e familiares (oficinas e entrevistas).

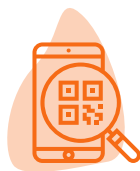
Ênfase nos dados qualitativos, apoiando-se nos dados quantitativos para confirmar e refutar hipóteses, embasar as escutas realizadas e levantar discussões.

- Construção de uma áudio história a partir da escuta de crianças e adolescentes em situação de acolhimento e da escuta com jovens que foram atendidos pela República jovem e familiares de público acolhido.
- Compartilhamento e divulgação do relatório sobre o diagnóstico para atores envolvidos no processo e rede estendida.
- Devolutiva do diagnóstico para crianças e adolescentes acolhidos nos SAICA e educadores sociais.
- Realização de Seminário para apresentação dos resultados do diagnóstico e discussão em grupos de trabalho (temáticas: trabalho com famílias, adolescentes, mulheres e saúde mental).

A seguir está a síntese com os principais destaques do diagnóstico organizados a partir dos seguintes eixos: rede socioassistencial de Mogi das Cruzes; Perfil dos serviços de acolhimento, das crianças e adolescentes acolhidos e dos trabalhadores; motivos de acolhimento; PIA; trabalho e com famílias; Saídas do acolhimento, maioridade e projetos de vida e, por fim, Sofrimento psíquico e saúde mental.



Acesso ao relatório diagnóstico completo



**O relatório
diagnóstico
completo pode
ser acessado pelo
link ao lado e
também pelo
QR Code**



 encurtador.com.br/My4p1



Retrato da rede de proteção em Mogi das Cruzes

Perfil do acolhimento em Mogi das Cruzes



Em 2023, estiveram acolhidas **entre 98 e 135** crianças e adolescentes por mês.

A principal medida é de acolhimento institucional.

A medida de acolhimento exerce caráter protetivo: “**QUANDO CHEGUEI NO SAICA PUDE COMER UM PRATO GIGANTE DE COMIDA, E PODIA AINDA REPETIR**”.

Porém, a **CONVIVÊNCIA E O AMBIENTE INSTITUCIONAL SÃO RELATADOS MAIS COMO DESPROTETIVOS DO QUE PROTETIVOS**.

110
vagas em acolhimento institucional

15
vagas em acolhimento familiar

15
vagas Programa Guarda Subsidiada

12
vagas para República Jovem

Casa de passagem para mulheres e família

Serviço de acolhimento institucional sigiloso para mulheres em situação de violência doméstica com risco iminente de morte.



A MAIORIA DAS INSTITUIÇÕES SÃO CONVENIADAS.



Apenas **1/3 DOS SERVIÇOS** tem Projeto Político Pedagógico atualizado.



APENAS 1 SERVIÇO possui condições completas de **ACESSIBILIDADE**.



A **DISTÂNCIA MÉDIA** do acolhimento para a residência da criança é **ENTRE 5 E 10KM**.



5 MIL REAIS custo mensal por criança em acolhimento institucional.



R\$ 1.412,00 (um salário mínimo) é o valor do benefício do Programa Guarda Subsidiada.

Acolhimento Familiar

Desde 2019:



42
crianças e adolescentes acolhidas



243
famílias inscritas



37
habilitadas



35
já acolheram crianças/adolescentes



VOLUNTÁRIOS EM SUA MAIORIA EXERCEM AÇÕES PONTUAIS.

Faz-se necessário promover e divulgar novos modelos de participação da sociedade civil.

Perfil dos trabalhadores



As mulheres são a grande maioria em todos os níveis de atuação.

Coordenadores



MULHERES



Maioria entre **40 E 58 ANOS**



São a **PRINCIPAL REFERÊNCIA** para trabalhadores, familiares e crianças.



Atuação da coordenação possui **FORTE IMPACTO NO CLIMA INSTITUCIONAL**.

Equipes técnicas



São **MAIS JOVENS** que as coordenadoras



Muitas têm no serviço de acolhimento sua **PRIMEIRA ATUAÇÃO DE TRABALHO** na Assistência Social.



Movimento de construção e **ALINHAMENTO DO PAPEL TÉCNICO** e de fortalecimento das especificidades do trabalho da psicologia e do serviço social.



Em sua atuação, priorizam **ENCAMINHAMENTOS, RELATÓRIOS E MANEJOS DE SITUAÇÕES EMERGENCIAIS**.



ESPAÇOS DE ESCUTA para crianças e adolescentes, individuais e grupais ainda **NÃO TÊM UM ESPAÇO SISTEMATIZADO** e estabelecido na rotina do acolhimento.

Educadores



Grande parte do **REPERTÓRIO UTILIZADO PELOS EDUCADORES É PESSOAL**: valores, referências, preferências, opiniões e projetos de vida: “Aí eu pensei: eu já tenho 5 na minha casa, eu consigo.”



Realizam o trabalho maior de **REFERÊNCIA E ACOMPANHAMENTO COTIDIANO** com as crianças e adolescentes: “Eu escuto a história de quem é mais velho pra pensar como a minha vida pode ser.”



Há **PROXIMIDADE SIGNIFICATIVA DE PERFIL** entre eles e o público atendido: “Agora eu tô como educadora, mas já fui acolhida aqui.”



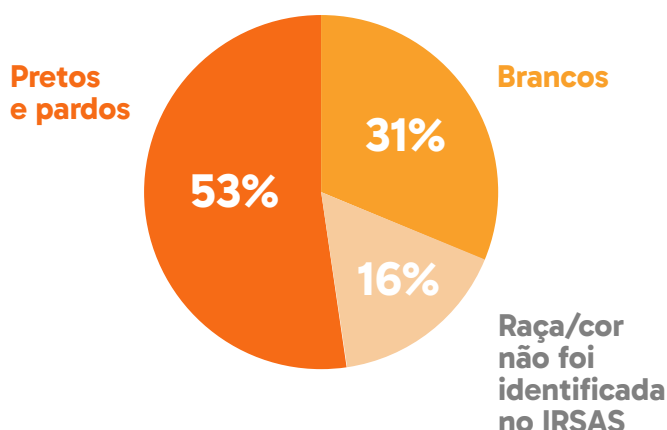
Sentem-se **SOZINHOS E IMPOTENTES** para lidar com as situações desafiadoras do acolhimento e gostariam de saber mais sobre as histórias e PIAs.



São os profissionais com **MAIOR ROTATIVIDADE** no serviço de acolhimento: “É difícil permanecer educador”.

Perfil das crianças e adolescentes acolhidos em 2023

Acolhidos por raça

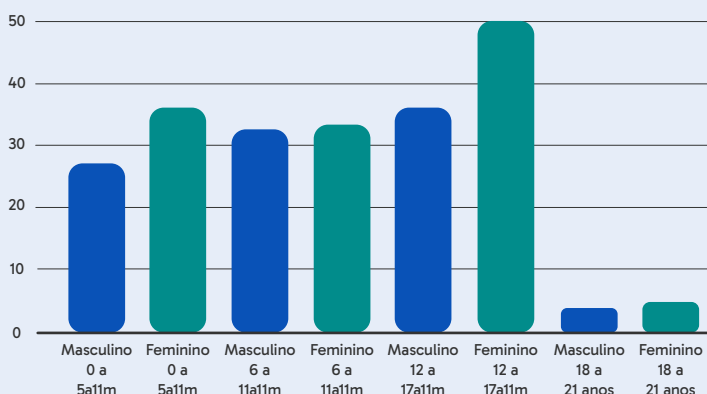


53,5%

são **ACOLHIDOS EM GRUPOS DE IRMÃOS**. Há grupos de até 7 irmãos acolhidos.

HÁ DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE PROJETOS DE SAÍDA do acolhimento sem que haja o **DESMEMBRAMENTO DE IRMÃOS**.

Acolhidos por idade e gênero



56%

são do **GÊNERO FEMININO**. É **NECESSÁRIO COMPREENDER ESSA PREVALÊNCIA**.



Em **73,7%** dos casos, a medida de acolhimento tem **MENOS DE 1 ANO**, o que aponta para a **EFETIVIDADE** da brevidade da medida de acolhimento.



Há **9 CRIANÇAS/ ADOLESCENTES** acolhidos há **MAIS DE 3 ANOS**. Desses 9, 4 estão há mais de 5 anos acolhidos.



Há **GRANDES GRUPOS DE IRMÃOS** acolhidos, o que exige estratégias para **PRESERVAÇÃO DOS VÍNCULOS FAMILIARES**.

Motivos de acolhimento

“Acolher a criança para depois buscar os atendimentos necessários na rede. Uma inversão da proteção. Judicializa para depois buscar as garantias”.

Os três principais motivos de acolhimento são **negligência, abandono e violência**

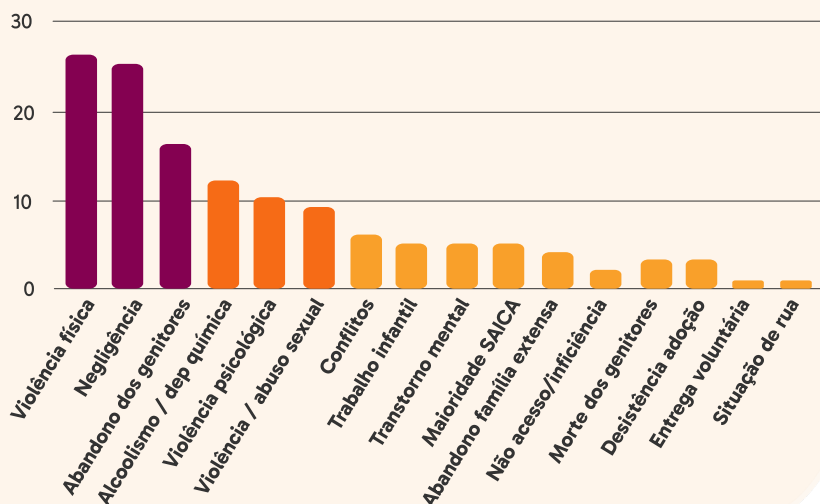
(dados do IRSAS, 2023).

Motivos que aparecem após estudo técnico: **VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA, ALCOOLISMO E DEPENDÊNCIA QUÍMICA DOS GENITORES.**



Há acolhimentos feitos de forma emergencial, na tentativa de garantir direitos.

Motivos identificados pós estudo social



A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER tangencia muitas das situações apontadas como motivo e permanência da criança e adolescente em acolhimento.



59% dos acolhidos em 2023 são **MENINAS ENTRE 12 E 17 ANOS**. Pode indicar situações ligadas à **SEXUALIDADE E/OU CONFLITOS FAMILIARES**.



Ao focar o olhar nos **BEBÊS** de 0 a 1 ano e 11 meses, o maior motivo de acolhimento segue sendo **NEGLIGÊNCIA**. Pode indicar também a necessidade de ampliação de escuta e apoio às gestantes e às suas vulnerabilidades.



HÁ UMA MÉDIA CONSIDERAVELMENTE ALTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS JUNTO ÀS MÃES no serviço de Acolhimento Institucional Sigiloso para Mulheres em Situação de Violência Doméstica com Risco Iminente de Morte e na Casa de Passagem Mulheres e Família.



DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E/OU DIAGNÓSTICO DE SAÚDE MENTAL são fatores que podem dificultar o cuidado dentro da família e na rede de serviços e, em alguns casos, **AGRAVAR CONFLITOS JÁ EXISTENTES**, levando ao acolhimento.



Destaca-se a quantidade de **DESISTÊNCIAS NO PROCESSO DE ADOÇÃO**. Pode indicar a necessidade de ponderar entre celeridade e processo de elaboração em cada caso de destituição familiar.



Ações de fortalecimento das famílias feitas de forma preventiva podem reduzir as situações de acolhimento.

Rede socioassistencial de Mogi das Cruzes



Como o trabalho da rede é percebido?

Como **AUTONOMIA, PROTEÇÃO, ESSENCIAL E ACOLHIMENTO...**
mas também como **DIFERENTE, DIVERGÊNCIAS E EQUÍVOCOS.**



Concentração de serviços na área central da cidade

7 CRAS

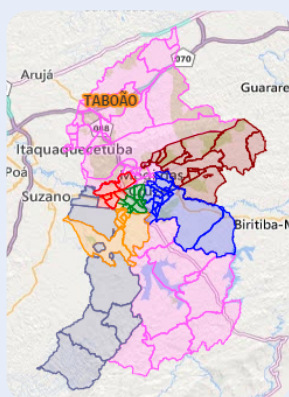
16 SCFV

2 CREAS

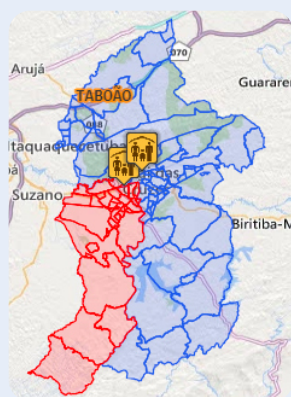
(dados de junho de 2024)

Há filas de espera para atendimentos. Há a necessidade de ampliação do número de equipamentos no município.

CRAS



CREAS



SCFV



Grande parte dos acolhimentos é feito de forma **emergencial**.



Serviços de prevenção ou que estão dedicados ao **FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS** familiares e comunitários ainda ficam em segundo plano.



Há a necessidade de **AMPLIAÇÃO DA OFERTA** e aprimoramento da qualidade dos serviços tendo como foco a convivência.



As articulações em rede ainda demandam a **CONSTRUÇÃO DE OBJETIVOS COMUNS E APRIMORAMENTOS.**

A atuação do Conselho Tutelar é vista como controversa e pouco articulada à rede.

Fluxos, ações compartilhadas e reuniões de discussão conjunta são valorizados por todos mas precisam ser frequentes.

Trabalho com famílias

Destituição familiar / proibição de visitas



Os profissionais declararam que

58%

das crianças e adolescentes em situação de acolhimentos estariam com destituição do poder familiar ou proibição de visitas.

“Você tem que correr com a família para que não haja destituição. Não dá chance para a família biológica atuar, dá a impressão de que a adoção é o melhor caminho”.

“ou é SAICA ou é família”.



O contato com a família para uma reaproximação deveria ser a **primeira saída**.



A destituição imediata muitas vezes é considerada uma **AÇÃO PRECIPITADA**.



Entendem que a **RAPIDEZ NO PROCESSO DE DESTITUIÇÃO FAMILIAR** pode ser uma das causas do elevado número de recolhimentos devido à desistência de adoção, visto que nem sempre corresponde ao tempo necessário para a elaboração das relações familiares e a construção de um projeto com a criança e/ou adolescente.



A “**PRESSA**” culpabiliza as famílias e **INVIABILIZA A ATUAÇÃO DAS EQUIPES** no fortalecimento de vínculos familiares. Crianças e adolescentes “se encaminham” e evadem dos SAICAs para retornar à convivência familiar ou visitar a família, em situações de destituição ou restrição de visitas.



A **PERMANÊNCIA NO SAICA PARECE SE OPOR** e não compor com a família e a vida anterior ao acolhimento.



VISITAS DE E PARA FAMILIARES E AMIGOS e outras estratégias de comunicação e fortalecimento de vínculos com as redes afetivas das crianças e adolescentes **SÃO INCIPIENTES**.

Como dosar a celeridade do processo de acolhimento e o investimento no acompanhamento com a família?

Participação das famílias



A vinculação dos familiares com os serviços da rede e os SAICAs nem sempre é percebida como protetiva e como espaço de escuta.

“A denúncia fala por si própria, importa mais do que a fala da mãe”.



Há **POUCAS FAMÍLIAS** presentes no cotidiano dos SAICAs.



Os SAICAs estão **CONCENTRADOS NA REGIÃO CENTRAL**, geograficamente distantes das residências de origem das crianças e adolescentes.

“Eu não entendia porque eu teria que ir lá, o que ia me acrescentar. No começo eu ia, mas eu ia meio com o pé atrás. Agora, já tenho muita confiança, não tenho questões a esconder.”



Há falta de consenso e direcionamento conjunto no trabalho em rede.



O trabalho realizado com as famílias ainda se limita a **ENCAMINHAMENTOS À REDE SOCIOASSISTENCIAL** e possui **POUCA INTEGRAÇÃO** com outras políticas.



Há em alguns casos, **AUSÊNCIA DE COMPREENSÃO** sobre os motivos de acolhimento, o PIA e o trabalho a ser realizado para que a criança possa voltar para casa.



Há uma demanda latente para construção de ações de prevenção e acompanhamento às mulheres que sofrem violência doméstica.

“As mães são vítimas de violência doméstica, e aí qual trabalho pro retorno familiar?”

“A gente só fala das mães, né? Ninguém se pergunta por que o pai não vem.”

“De que maneira a rede pode se adequar aos arranjos que as famílias criam?”



A ideia de família está fortemente ligada à família consanguínea, sendo a mãe tomada como principal responsável.

Planos individuais de acolhimento



O Plano Individual de Atendimento (PIA) é visto como um **INSTRUMENTO BUROCRÁTICO QUE NÃO TEM REPRESENTADO UM PROJETO DE INTERVENÇÃO CONSTRUÍDO EM CONJUNTO** com a criança e/ou adolescente, sua família e a rede e em diálogo com a Vara da Infância e Juventude.



OS SAICAS SENTEM-SE SOZINHOS NA ELABORAÇÃO DO PIA. Há pouca interlocução com a VIJ e pouco envolvimento da rede intersetorial nesse processo.



CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO E SEUS FAMILIARES NÃO SE SENTEM ESCUTADOS, não reconhecem como momento participativo ou ainda desconhecem o que está sendo proposto pelo PIA.



Educadores e educadores de referência tem **POUCO ACESSO ÀS HISTÓRIAS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES** e querem participar mais da construção dos PIAs e discussões de caso.

“A gente se vê frequentemente tendo que convencer a equipe a atender os acolhidos que são encaminhados para lá, visto que a demanda é muito alta.”

“Às vezes fica todo mundo aflito, parece que ninguém quer escutar nossa história.”

“Por que não fiquei com meus irmãos? ninguém me explicou. É ruim porque nós não vamos mais ser família.”

“Ninguém do SAICA escuta realmente as crianças, ficam nas demandas burocráticas e relatórios.”

“A psicóloga fala o tempo todo 'ele tem uma questão' e eu só fico me perguntando que questão afinal ele tem.”

“Eles (as crianças e os adolescentes) sabem tudo da gente (educadores) e não sabemos nada deles. Como pode ser isso?”

A falta de um horizonte comum compartilhado enfraquece qualquer intervenção, a responsabilização compartilhada pelo PIA e compromete a sustentabilidade e o investimento de todos os envolvidos.

SAICA e convivência



O caráter protetivo do SAICA é perceptível para as crianças, adolescentes e famílias. No entanto, as ações de convivência aparecem de forma tímida e coadjuvante no processo: **"TINHA QUE FICAR LÁ E ESPERAR O TEMPO PASSAR"**.

“ Ele passou a fugir e a brigar com os outros, coisa que não fazia.”

“ Já que não tinha o que fazer, eu ia pra rua bagunçar.”



Crianças, adolescentes e educadores falam da importância de **PENSAR NO ACOLHIMENTO NA ENTRADA NO SAICA PARA TODOS SE PREPARAREM PARA RECEBER QUEM CHEGA**. Atualmente, não há propostas com esse objetivo.



Propostas nos SAICAs pautadas na **MANUTENÇÃO DA ROTINA OU RESOLUÇÃO DE CRISES E EMERGÊNCIAS**.

A educação tem sido um parceiro distante no trabalho em rede. Há muitos relatos de preconceito, estigmatização e conflitos nas escolas, principalmente nas da rede estadual.



DIFICULTAM O ENVOLVIMENTO
com o ambiente escolar



ENFRAQUECEM LAÇOS de convivência



Podem gerar **EVASÕES**



Geram **DESPROTEÇÃO** e sofrimento

“Anota aí: precisa ter atividade no SAICA no fim de semana”.

As crianças e adolescentes que estão acolhidos querem ser **ESCUTADOS** e sentem falta de:

cozinhar
poder escolher
autonomia
ter contato com as pessoas que gostam
animais de estimação
explorar
objetos e comidas “de casa”
conviver com familiares, amigos e pessoas queridas, dentro e fora do SAICA
apoio para sonhar futuros
participar de celebrações e encontros familiares
escuta
circular pela cidade
Rede de apoio
descobrir seus talentos
participação
sair sozinho
assembleias
brincar
entender o PIA
curtir as férias
Novas experiências
atividades
rodas de conversa
celular

Crianças e adolescente sentem o ambiente do SAICA com muitos conflitos de convivência e com poucas propostas para superar

Saídas do acolhimento, maioria e projetos de vida

“ Todo mundo fez um pouco, mas podia ter feito um pouco mais”.



Apesar da **MAIOR PARTE DAS SAÍDAS DE ACOLHIMENTO SER PARA FAMÍLIA DE ORIGEM** ou família extensa, **HÁ POUCAS AÇÕES** no cotidiano do serviço, para além das visitas aos finais de semana, **VISANDO O FORTALECIMENTO DESSES VÍNCULOS** e a superação das vulnerabilidades relacionais existentes.



Crianças e adolescentes falam em **SAUDADE E RUPTURA COM FAMILIARES, AMIGOS E TERRITÓRIO** e a percepção de contrastes, principalmente nas condições materiais dos SAICAs.

Saídas dos SAICAs em 2023



32,2 %
voltou para a família de origem.



22,6 %
foram encaminhadas para família extensa.



28,8%
foram para famílias substitutas.



3,4%
saíram por completar maioria

50%

dos jovens que saíram foram para a República Jovem.

Há relatos de jovens cuja chegada à República Jovem ocorreu de forma informal e por iniciativa própria após deixarem o SAICA, sem ter sido um plano discutido durante o acolhimento.



Os projetos de saída por maioria têm privilegiado ações de **ESCOLARIZAÇÃO E OBTENÇÃO DE RENDA**, mas os jovens também querem viver sonhos, empregos que integrem um **PROJETO DE VIDA** que inclua **REFERÊNCIAS AFETIVAS** e pertencimento.



SUSTENTAR PROJETOS PRÓPRIOS FICA COMO MÉRITO DE ALGUNS JOVENS, que conseguem fazer das possibilidades ofertadas, um projeto de vida singular, um vislumbre de sonho de futuro, mesmo que solitário.

“ Eu quero mais do que isso (que estão propondo) pra mim.”

“ Os educadores falam pra gente que sempre veem ex acolhidos que ficaram em situação de rua e falam pra gente tomar cuidado pra não sair do SAICA com uma mão na frente e outra atrás.”

O **TEMPO DE PERMANÊNCIA** dos adolescentes no SAICA aparece como um fator que tem influenciado na construção de projetos de vida e no investimento no futuro dos mesmos.



Para quem está acolhido **HÁ MAIS DE 3 ANOS**, há um desinvestimento na construção de alternativas para o fortalecimento das relações familiares e comunitárias.



Há **UM SENTIMENTO DE SOLIDÃO E DESCONFIANÇA**. Para os jovens, é um aprendizado decorrente da vida familiar e do tempo de acolhimento, como se as experiências seguidamente confirmassem o caráter complexo, desprotetivo e frágil das relações: **SÓ É POSSÍVEL CONTAR CONSIGO MESMO**.



Há necessidade de **LEVANTAR DADOS PARA CONHECER A TRAJETÓRIA** dos jovens que saem por maioria e compreender os efeitos do processo de acolhimento avaliando o trabalho realizado.

“ Olha eu sou sozinho né, vai ser difícil sair daqui, não ter ninguém, mas vou ter que contar comigo.”

“ Amigos? não dá pra confiar assim, melhor ter colegas.”

“ Como vai ter conflito, prefiro não casar, família é muito difícil.”



Há **AUSÊNCIA DE AÇÕES CONSISTENTES** e confusão por parte da rede socioassistencial no acompanhamento dos egressos do SAICA e da República Jovem e sobre quem deveria realizá-lo.

Sofrimento psíquico e saúde mental



SAÚDE MENTAL

Principal demanda que surgiu das escutas qualitativas.

“Precisa pagar de louco pra ser ouvido”

Aparece como...



Um grande contingente de crianças e adolescentes acolhidos com **TRANSTORNOS PSÍQUICOS**.



Um **AUMENTO DE SURTOS**, quadros de saúde mental e pedidos por mais vagas de internação (inclusive prolongadas).



Serviços de **EMERGÊNCIA PSQUIÁTRICA** acionados para 37,5% das crianças e adolescentes com questões de saúde mental. **"A noite e no fim de semana é 190 ou 192"**.



Grande **DEMANDA POR ATENDIMENTOS** psicológicos individuais, atendimentos psiquiátricos e priorização de terapêuticas medicamentosas.



Lógica **MANICOMIAL** de cuidado. **"Precisamos de umas férias, ele não pode ficar internado alguns meses?"**

Mas também revela...



A **SOLIDÃO E O SOFRIMENTO** das crianças e adolescentes, que se sentem desamparados e pouco escutados.



A **GRAVIDADE SENDO UMA VIA DE BUSCA POR CUIDADO** na qual conflitos e comportamentos disruptivos viraram um caminho para ser escutados.



O desgaste e a solidão dos profissionais dos SAICAs e a **FALTA DE APOIO E REPERTÓRIO** para compreender, escutar e lidar com situações de sofrimento e crise.



UM QUADRO DE RH REDUZIDO, profissionais desgastados e a sobrecarga da rede de serviços com uma **LISTA DE ESPERA** para atendimento psicológico de mais de 1600 crianças e adolescentes na atenção primária à saúde e cerca de 700 casos na fila do CAPSi.



A necessidade de uma lógica coletiva de cuidado: compreender a saúde mental também como expressão do sofrimento psicossocial advindo de vulnerabilidades relacionais coletivas. **"SAÚDE MENTAL É DE TODO MUNDO, NÃO É DE UM SERVIÇO, É UMA RESPONSABILIDADE COLETIVA."**



1/3 DOS ACOLHIDOS POSSUI DIAGNÓSTICO PSIQUIÁTRICO.

Grande maioria realiza atendimento no CAPSi.



50%

das **MENINAS ADOLESCENTES** foram identificadas pelas equipes como tendo alguma questão de saúde mental.



93,8%

dos atendidos por questões de saúde mental tomam algum tipo de **MEDICAÇÃO PSIQUIÁTRICA**.



PRINCIPAIS DIAGNÓSTICOS:

20,5 %

Deficiência intelectual leve.

17,9%

Deficiência intelectual moderada.

15,4%

Transtorno de ansiedade.

“Todas as crianças acolhidas tem 'perfil de medicação.’”

“Os adolescentes e crianças sofrem no SAICA: muito tempo acolhidos, situações de conflito, exposição à situação de violência/sofrimento, abandono, falta de perspectiva, saída de outros SAICAS, falta de limites.”

“A gente vê que muitas crianças acabam desenvolvendo quadros de saúde mental por causa do tempo no SAICA. Um está mal e os outros imitam.”



HÁ UM ESGOTAMENTO DOS TRABALHADORES DO SAICA.

Frente poucas propostas de escuta e a convivência surgem conflitos e agressões, que potencializam a sensação de solidão, tristeza e ansiedade.

O agravamento e em alguns casos a causa da situação de sofrimento psíquico são atribuídos à institucionalização e a fragilidade das propostas de convivência nos SAICAs.



Na fila de espera para atendimento em psicologia na Atenção Primária à Saúde, há um total de

4255 PESSOAS AGUARDANDO.

Deste total,

1690 SÃO CRIANÇAS E ADOLESCENTES.



CAPSi não opera com sistema de porta aberta, e atualmente está com uma demanda de

700 CASOS AGUARDANDO ACOLHIMENTO.

Entre 2022 e 2023 foram internados
1 CRIANÇA E 9 ADOLESCENTES:

2

passaram por
Internações
únicas
(até 15 dias).

5

passaram por
mais de 1
internação
(até 15 dias).

3

por internações
prolongadas
(de 15 dias a 4
meses).

Na área de Urgência e Emergência, há como recurso disponível para atendimento imediato o SAMU e três Unidades de Pronto Atendimento (UPAs).



HÁ FALTA DE EQUIPAMENTOS E ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS PARA ATENDER A DEMANDA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL e

seus familiares e ações preventivas e articuladas entre saúde, assistência social e educação que possam prevenir violações e acolhimentos.

“ Grande parte dos pedidos de internação é de adolescentes com deficiência intelectual e comportamento mais agressivo. Essa também foi a causa de acolhimento. Estamos trocando uma internação pela outra?”

“ A cultura manicomial ganhou força. Às vezes o SAICA também é usado nesse sentido.”



62,6%

das crianças e adolescentes acolhidos com questões de saúde mental têm enfrentado muitos **DESAFIOS PARA INGRESSAR, PERMANECER E TER UMA BOA EXPERIÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR.**

EDUCAÇÃO tem sido um **PARCEIRO FRÁGIL** na promoção, prevenção e atuação no sofrimento psíquico de crianças e adolescentes.



É preciso o cuidado de **NÃO PATOLOGIZAR E RECONHECER O SOFRIMENTO** causado pelas vulnerabilidades relacionais como objeto de trabalho também da Assistência social. O desafio que aparece é como articular o cuidado do sofrimento psicossocial e saúde mental, sem sobrepor essas duas dimensões, sem individualizar o que é também coletivo e sem patologizar o que é do âmbito da desigualdade social e seus desdobramentos.

“ Da impressão de que profissionais da assistência não acham que lidar com sofrimento é função deles, fica como se fosse da saúde mental.”

A crescente demanda e pedidos de atendimento, internação e atenção emergencial endereçados a RAPS está relacionada à confluência de:
INSUFICIENTES OFERTAS DE ESPAÇOS DE ESCUTA PARA ALÉM DO ATENDIMENTO MEDICAMENTOSO E POUCAS PROPOSTAS PREVENTIVAS E SOCIOEDUCATIVAS NA REDE.

Há necessidade de valorizar práticas de saúde mental e de cuidado ao sofrimento que apontem para sua promoção e prevenção e que apostem na convivência como prerrogativa de trabalho.

Áudio história

A voz do público



Esta áudio história foi construída durante o diagnóstico, a partir de duas oficinas: uma com educadores sociais que trabalham nos SAICAs e outra com adolescentes que estão em situação de acolhimento.

Nas oficinas, eles foram convidados a construir uma história emblemática de um processo de acolhimento descrevendo três momentos: a situação anterior, durante e após a saída do serviço. As duas histórias tinham pontos de vista diferentes, mas muitas similaridades entre si. As narrativas foram mescladas e enriquecidas com a escuta feita ao longo do processo de elaboração do diagnóstico do plano, gerando como resultado essa áudio história feito de múltiplas vozes que querem ser escutadas.



**Ouçá nossa
história**



 encurtador.com.br/Nm1HG

Roteiro

Carina Ferreira Guedes
Fernanda Ghiringhello Sato
Natália Felix de Carvalho Noguchi
Núcleo Entretempos

Narração

Julia Ghiringhello Gannam Martins
Natália Felix de Carvalho Noguchi

Participação

Ana Carolina Martins de Souza Valentim
Caetano Martins de Souza Valentim
Felipe Cabral Novaes
Francisco Martins de Souza Valentim
Julia Marinho Sakamoto

Pós produção

Kleber Araujo
Tímpano Áudiodesign



Plano de ação

Metodologia do plano



O Diagnóstico da Rede de Proteção à Infância de Mogi das Cruzes possibilitou sistematizar dados, informações e principais pontos de atenção para o aprimoramento do trabalho relacionado à garantia do direito à convivência familiar e comunitária. A partir das devolutivas realizadas tanto no seminário quanto em conversas e oficinas específicas com diferentes atores da rede, foram realizadas as seguintes ações para a construção do plano, visando garantir seu caráter participativo¹⁶:

1. Preparação para escrita



Criação de um modelo para construção das propostas, validado junto a comissão intersetorial.



Organização dos dados coletados no diagnóstico em problemas e indicadores e divisão por pastas responsáveis, públicos ou temas, para a construção de propostas.



Realização de seminário de provocações e inspirações para as propostas do Plano Municipal de Convivência Familiar e Comunitária.



Construção das diretrizes do Plano em reunião com Comissão Intersectorial.

¹⁶ Durante o processo de elaboração e validação de propostas, houve maior presença de profissionais do SUAS e SMS, além da colaboração da Defensoria Pública, CAM, MP e NAT. Embora tenham sido feitos diversos movimentos de articulação com atores de outras pastas, houve pouca presença e participação de profissionais da Educação, Habitação, Cultura, Esportes e Lazer e Segurança, Vara da Infância e Juventude e Conselho Tutelar.

2. Oficinas de construção de propostas



4 Oficinas de construção de propostas a partir dos **TEMAS DE TRABALHO DO SEMINÁRIO** (Trabalho com famílias, Adolescentes, Mulheres e Saúde mental).

Participantes foram convidados por lista de transmissão no whatsapp, email e a partir da mobilização do CMDCA e da Comissão Intersectorial.



Oficina de construção de propostas com **CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO**, com proposição de atividade preparatória realizada nos SAICAs pelos educadores e equipe técnica.



Oficina de construção de propostas com **TRABALHADORES DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO** (SAICAs, SFA, República Jovem e Guarda Subsidiada).



Oficina de construção de propostas com todos os **SERVIÇOS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL BÁSICA E ESPECIAL** (DPSB, DPSE, CRAS, CREAS, Vigilância Socioassistencial, Centro POP, SEAS, PETI e SCFV).



Oficina de construção de propostas com **SISTEMA DE JUSTIÇA**: MP e NAT, Defensoria e CAM, VIJ e Juiz.



Reunião com **UNIVERSIDADE MOGI DAS CRUZES** (UMC) para discutir propostas e parcerias possíveis.



CRIAÇÃO DE INSTRUMENTOS ESPECÍFICOS PARA ENVIO DE PROPOSTAS a partir de emails e formulários para aprofundamento e articulação com Conselhos Tutelares, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Medidas socioeducativas em meio aberto.

3. Validação das propostas



REUNIÃO COM REPRESENTANTES DA GESTÃO¹⁷ para apresentação do processo de construção do plano e acordar envio de propostas para revisão, sugestões, validações ou glosas.



ENVIO DAS PROPOSTAS POR E-MAIL PARA REPRESENTANTES da gestão e dos conselhos para leitura das propostas, envio de sugestões, validações ou glosas¹⁸.



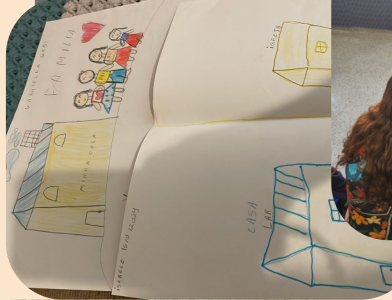
VALIDAÇÃO NA COMISSÃO INTERSETORIAL da redação final das propostas, objetivos gerais e diretrizes incluindo sugestões propostas pela gestão e conselhos.

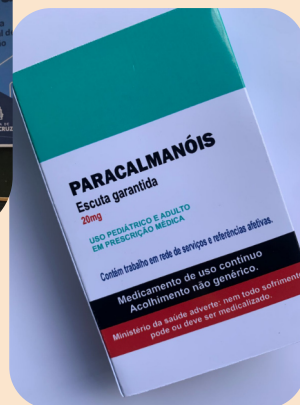


CONSULTA PÚBLICA.

¹⁷ Presenças na reunião: SEMAS, SMS, SEPLAG, CMDCA, Secretaria de Assuntos Jurídicos, SME, SMU, SMA-PA.

¹⁸ Envio de propostas para Conselho da Saúde, Coordenadoria da primeira infância, Conselho Tutelar, Educação estadual; Secretarias de Assuntos jurídicos, Mobilidade urbana, Meio ambiente, Cultura, Esporte, Agricultura, Finanças, Habitação, PGM, Gestão pública, Desenvolvimento econômico, Inovação, Infraestrutura urbana. Envio de contribuições por: COMAS, CMAPD, Conselho Tutelar, SME, Secretaria de saúde, CAM e Defensoria, NAT e Promotoria, Conselhos tutelares, SEPLAG.





Diretrizes





O Plano Municipal segue as diretrizes gerais propostas pelo Plano Nacional, validando sua interpretação e operacionalização nas ações desenvolvidas e consolidadas em Mogi das Cruzes. As diretrizes nacionais fundamentam-se na mudança de paradigma do atendimento à criança e adolescente, especialmente na garantia do seu direito à convivência familiar e comunitária e estão resumidas a seguir¹⁹:

Centralidade da família nas políticas públicas

- A família é definida por laços de consanguinidade, aliança, afinidade, afetividade ou solidariedade, cujos vínculos envolvem obrigações mútuas, organizadas em torno de relações geracionais e de gênero” (CONANDA, 2006, p. 64).
- Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004): direito ao reconhecimento e respeito de diferentes configurações familiares no desempenho das funções de proteção e socialização de crianças e adolescentes.
- Reconhecer a família como a mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade traz como consequência direta afirmar que o direito das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária está intrinsecamente ligado à inclusão social de suas famílias.
- É essencial que o Estado e a sociedade ofereçam suporte social para que essas cumpram suas responsabilidades. Esse suporte visa superar as vulnerabilidades e riscos enfrentados por cada família, fortalecendo os recursos socioculturais, materiais, simbólicos e afetivos que contribuem para o fortalecimento desses laços.

Primazia da responsabilidade do Estado no fomento de políticas integradas de apoio à família

- É dever do Estado oferecer serviços adequados e suficientes para prevenir e superar violações de direitos, fortalecendo os laços familiares e comunitários.
- Em casos de ruptura dos vínculos originais, também se busca facilitar a formação de novos laços familiares e comunitários.

¹⁹ A versão na íntegra pode ser consultada em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.pdf

- É crucial garantir um apoio adequado às famílias que enfrentam vulnerabilidades específicas, como pessoas com deficiência, necessidades de saúde específicas, com rede de apoio limitada, desempregadas, em situação de pobreza extrema ou vivendo em contextos violentos, entre outras situações.
- O suporte às famílias deve ser realizado por meio de uma articulação eficaz da rede de atendimento das diversas políticas públicas.

Reconhecimento das competências da família na sua organização interna e na superação de suas dificuldades

- É fundamental potencializar as competências da família para o enfrentamento de situações de suas vulnerabilidades.
- É preciso escutar e respeitar as famílias, seus valores e crenças, criando com elas soluções que possam ser adequadas ao contexto, coerentes com os direitos dos seus membros e consistentes com as políticas sociais.
- É preciso reconhecer que a família apresenta capacidade de criar soluções para seus problemas, em sua relação com a sociedade e em sua rede de relações internas e de rever e reconstruir seus vínculos ameaçados, a partir do apoio recebido das políticas sociais.

Respeito à diversidade étnico-cultural, à identidade e orientação sexuais, à equidade de gênero e às particularidades das condições físicas, sensoriais e mentais

- O apoio às famílias deve se pautar pelo respeito à diversidade dos arranjos familiares, às diferenças étnico-raciais e socioculturais bem como à equidade de gênero, de acordo com a Constituição Federal.
- Todas as ações devem observar o princípio da não-discriminação e levar em conta as perspectivas de orientação sexual e de gênero.
- A defesa dos direitos de cidadania deve ter cunho universalista.
- O Estado deve dedicar atenção especial e assegurar que crianças e adolescentes de comunidades e povos tradicionais, como as comunidades remanescentes de quilombos e os povos indígenas, recebam apoio e atendimento culturalmente fundamentados, e que os profissionais e operadores do direito tenham o devido preparo para lidar com as suas peculiaridades.
- Deve ser dada atenção especial às crianças e aos adolescentes com necessidades específicas, como aqueles com deficiência, transtorno mental e/ou outros agravos, vivendo e convivendo com o HIV/AIDS/AIDS, dentre outras situações.

Fortalecimento da autonomia da criança, do adolescente e do jovem adulto na elaboração do seu projeto de vida

- Crianças e adolescentes são sujeitos de direitos. É necessário reconhecer suas habilidades, competências, interesses e necessidades específicas, ouvindo-os e incentivando-os - inclusive por meio de espaços de participação nas políticas públicas – à busca compartilhada de soluções para as questões que lhes são próprias.
- Nos programas de Acolhimento Institucional, devem ser proporcionados espaços para a participação coletiva de crianças e adolescentes na busca conjunta de alternativas de melhoria do atendimento, contribuindo, assim, para que sejam sujeitos ativos nesse processo.
- É necessário dar atenção especial aos adolescentes nos programas de Acolhimento Institucional, sobretudo àqueles cujas possibilidades de reintegração à família de origem foram esgotadas e têm reduzidas possibilidades de colocação em família substituta, face às dificuldades de se encontrar famílias para os mesmos. O atendimento, nestes casos, deve perseverar no apoio ao fortalecimento dos vínculos comunitários, na qualificação profissional e na construção do projeto de vida, bem como estar fundamentado em metodologia participativa que favoreça o exercício de seu protagonismo.

Garantia dos princípios de excepcionalidade e provisoriedade dos Programas de Famílias Acolhedoras e de Acolhimento Institucional de crianças e de adolescentes

- Toda medida de proteção que indique o afastamento da criança e do adolescente de seu contexto familiar, podendo ocasionar suspensão temporária ou ruptura dos vínculos atuais, deve ser uma medida excepcional.
- O afastamento da família de origem deve acontecer somente quando a situação de risco e de desproteção afeta a integridade do desenvolvimento da criança e do adolescente.
- A decisão sobre a separação é de grande responsabilidade e deve estar baseada em uma recomendação técnica, a partir de um estudo diagnóstico, caso a caso, realizado por equipe interdisciplinar em estreita articulação com a Justiça da Infância e da Juventude e o Ministério Público.
- Quando necessário o afastamento, todos os esforços devem ser realizados no sentido de reintegrar a criança ou adolescente ao convívio da família de origem, garantindo, assim, a provisoriedade de tal afastamento. A decisão pela destituição do poder familiar, só deve ocorrer após um investimento eficiente na busca de recursos na família de origem, nuclear ou extensa, com acompanhamento profissional sistemático e aprofundado de cada caso, que considere o tempo de afastamento, a idade da criança e do adolescente e a qualidade das relações.

- Os atendimentos necessários devem ser oferecidos o mais próximo possível da residência, em caráter ambulatorial, ou até mesmo no próprio domicílio, contribuindo, assim, para a preservação e fortalecimento dos vínculos familiares.

Reordenamento dos programas de Acolhimento Institucional

- O reordenamento institucional se constitui em um novo paradigma na política social que deve ser incorporado por toda a rede de atendimento do país. Este novo paradigma elege a família como a unidade básica da ação social e não mais concebe a criança e o adolescente isolados de seu contexto familiar e comunitário.
- No processo de reordenamento dos serviços de acolhimento institucional, em estreita articulação com a rede de serviços, é prioridade o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a prevenção à ruptura de vínculos.

Adoção centrada no interesse da criança e do adolescente

- A adoção deve ser centrada no interesse da criança e do adolescente. Essa nova cultura para a adoção visa estimular, sobretudo, as adoções de crianças e adolescentes que, por circunstâncias diversas, têm sido preteridos pelos adotantes, especialmente os grupos de irmãos, as crianças maiores e adolescentes, aqueles com deficiência ou com necessidades específicas de saúde, os afrodescendentes ou pertencentes a minorias étnicas, como forma de assegurar-lhes o direito à convivência familiar e comunitária.

Controle social das políticas públicas

- O controle do Estado deve ser exercido pela sociedade na busca de garantir os direitos fundamentais e os princípios democráticos.
- Os Conselhos Setoriais de políticas públicas e dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas respectivas Conferências são espaços privilegiados para esta participação, além de outros também importantes, como a mídia e os conselhos profissionais.
- As Conferências avaliam a situação das políticas públicas e da garantia de direitos, definem diretrizes e avaliam os seus avanços.
- Os Conselhos têm, dentre outras, a responsabilidade de formular, deliberar e fiscalizar a política de atendimento e normatizar, disciplinar, acompanhar e avaliar os serviços prestados pelos órgãos e entidades encarregados de sua execução.
- Avanços na organização e fortalecimento da participação da população são necessários, buscando a integração das políticas sociais nos níveis federal, estadual e municipal.

Em consonância com as diretrizes nacionais, e também considerando os apontamentos realizados pelo estudo diagnóstico, a Comissão Intersectorial definiu, ainda, algumas diretrizes locais para o Plano Municipal de Mogi das Cruzes, a saber:

Preponderância da convivência como matéria de trabalho das políticas públicas

É dever do Estado construir estratégias de trabalho articuladas às diferentes políticas públicas que busquem mitigar os efeitos excludentes das situações decorrentes das desigualdades sociais, proporcionando, nos diferentes acessos a serviços (de educação, saúde, lazer, cultura etc), modos de convivência que propiciem o exercício da cidadania e fortalecimento de vínculos. Considerando que o sujeito só se constrói na relação com os outros e o meio social, a necessidade de incluir a convivência como matéria de trabalho é prevista nas diferentes políticas públicas, cabendo à Política de Assistência Social a garantia desta seguridade.

O Sistema Único de Assistência Social opera garantindo as seguranças de convívio, acolhida e sobrevivência, prevenindo e evitando riscos sociais decorrentes tanto da pobreza e privação, quanto da fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social. Ou seja, há uma dimensão relacional da proteção social e, conseqüentemente, do trabalho a ser executado pela política de Assistência Social. O documento “Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos”²⁰ constrói delimitações teórico-conceituais para a noção de convívio, estabelecendo qualificações de níveis e efeitos da convivência na fragilização ou fortalecimento de vínculos.

A convivência como premissa conceitual e matéria de trabalho também se encontram presentes na Política Nacional de Promoção à Saúde (PNPS)²¹ que afirma o conceito ampliado de saúde como uma produção social de determinação múltipla e complexa e que, portanto, só se constrói na relação entre sujeito e coletivo. Encontra-se, também, na Política Nacional de Educação, por meio da política de Educação Integral e dos princípios de convivência democrática e de educação inclusiva, entre outras diretrizes.

O horizonte é a não institucionalização

O horizonte das ações voltadas à prevenção, promoção e proteção da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes deve ser a não institucionalização. Este horizonte corresponde, em um primeiro plano, ao respeito aos princípios de brevidade e

20 Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social. Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos – Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.

21 Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010.

excepcionalidade da medida de acolhimento, afastando-se da lógica institucionalizante que marca o histórico da assistência à infância no Brasil e priorizando ações que possam garantir a permanência e/ou retorno ao convívio familiar. Compreende também a mudança de paradigma de acolhimento, de ambientes institucionais, isolados do contexto familiar e comunitário, para ambientes organizados a partir de uma lógica familiar e inseridos na comunidade. Nessa perspectiva, o acolhimento familiar é uma prioridade e deve sempre ser a primeira opção.

A diretriz de não-institucionalização também compreende outras esferas do atendimento às crianças e adolescentes, em especial em saúde mental: devem ser respeitados os princípios de brevidade e excepcionalidade no cuidado ao sofrimento psíquico, sendo utilizada a internação somente após esgotadas as alternativas ambulatoriais.

Participação efetiva da sociedade civil em colaboração às políticas públicas

O artigo 227 da Constituição Federal afirma que a sociedade, assim como a família e o Estado, tem o dever de assegurar, com absoluta prioridade, os direitos das crianças e adolescentes.

Historicamente, entretanto, a participação da sociedade civil nas ações voltadas à assistência à infância foram pautadas pelo assistencialismo, em ações pontuais, ineficientes e desarticuladas das políticas públicas. Há, portanto, a necessidade de romper com essa lógica caritativa, promovendo e garantindo uma participação da sociedade civil que contribua com a formulação e execução das políticas públicas, de forma integrada e articulada aos programas oferecidos pelo Estado.

Destaca-se, no contexto desse Plano, a participação da sociedade civil nos programas de apadrinhamento afetivo e acolhimento familiar, que exigem, para sua execução, que a sociedade civil assuma sua responsabilidade na promoção e proteção da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes. Afirma-se também a importância da construção de relações de colaboração com as instituições de ensino superior e centros de pesquisa, ampliando as parcerias e benefícios mútuos no âmbito da pesquisa, do ensino e da extensão universitária.

Fortalecimento de ações comunitárias e preventivas, incluindo ações intersetoriais

O fortalecimento das ações preventivas e comunitárias assume papel crucial na promoção e proteção da convivência familiar e comunitária de todas crianças e adolescentes, devendo ser exercida pelas diferentes políticas.

Em contraposição à lógica emergencial, em que as famílias apenas conseguem o acesso a serviços depois de vivenciarem situações de fragilização dos vínculos ou violações de seus direitos, as ações preventivas promovem, além do fortalecimento de vínculos entre

indivíduos da comunidade, o fortalecimento de vínculos entre os indivíduos, a comunidade e os serviços públicos, construindo uma experiência cidadã de respeito e reconhecimento. Essa relação pode, não apenas proteger as famílias de vivenciarem algumas situações de risco, como propiciar que, caso elas vivenciem, possam ser melhor atendidas e acompanhadas, evitando o agravamento da situação.

Fortalecer ações de prevenção nos diferentes territórios implica, necessariamente, a intersetorialidade entre as políticas, rompendo a lógica em que recai à política de Assistência Social o atendimento às populações vulnerabilizadas. Ações de esporte, cultura, lazer, educativas e de promoção à saúde, ofertadas de forma sistemática e articuladamente, são fundamentais para proteger, promover e defender a convivência familiar e comunitária das famílias.

Objetivos Gerais



1

Garantir o direito à convivência familiar e comunitária por meio da articulação entre as diversas políticas públicas, programas, projetos, serviços e ações, ampliando a articulação em rede local intersetorial.

2

Garantir atendimento adequado às crianças, adolescentes, seus familiares e responsáveis, considerando os recursos e potencialidades da família natural, da família extensa e da rede social de apoio.

3

Priorizar o resgate ou fortalecimento de vínculos entre crianças e adolescentes e suas famílias de origem, considerando esta de forma ampliada.

4

Priorizar, fortalecer e fomentar a implementação de Serviços de Acolhimento em Famílias Acolhedoras e Guarda Subsidiada, assegurando parâmetros técnicos de qualidade no atendimento.

5

Estimular a implementação de ações promotoras de participação e autonomia a adolescentes e/ou jovens em situação de acolhimento ou egressos.

6

Ampliar e qualificar a participação da sociedade civil, aprimorando processos relacionados à adoção, apadrinhamento afetivo e acolhimento familiar.

7

Assegurar estratégias e ações que favoreçam os mecanismos de participação e controle social relativos à implementação deste plano.

8

Ampliar e diversificar ações de promoção à convivência familiar e comunitária nos territórios, fortalecendo estratégias preventivas e de fortalecimento de vínculos.

9

Fortalecer a interface entre as políticas de Assistência Social, Saúde e Educação, especialmente nas questões ligadas à proteção e a saúde mental infanto-juvenil, priorizando ações preventivas e multidisciplinares.

10

Garantir acessibilidade nos serviços e espaços da cidade.

The background features a vibrant red field with several large, overlapping organic shapes. A dark blue shape is positioned in the upper right, a teal shape in the lower center, and a bright green shape overlapping the teal one. The text is white and bold, set against the red background.

Implementação, Monitoramento e Avaliação

O presente plano tem como desafio assegurar de maneira efetiva o direito das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, especialmente para aqueles em situações de vulnerabilidade. Dessa forma, sua plena implementação é essencial para promover uma mudança real na perspectiva e nas ações relativas a essa temática.



As ações deste Plano foram organizadas em cinco prazos, sendo:

IMEDIATO

Ações de curto prazo que demandam uma **AÇÃO IMEDIATA**.

CURTO PRAZO

Até o final de **2025**.

MÉDIO PRAZO

Até o final de **2027**.

LONGO PRAZO

Até o final de **2030**.

CONTÍNUO

Ações a serem realizadas de forma permanente durante a **VIGÊNCIA DESTA PLANO**.

O monitoramento envolve a coleta de dados e a análise sistemática e periódica das metas e indicadores previamente estabelecidos no PMCFE e tem como objetivo medir e garantir que as ações propostas sejam operacionalizadas, além de avaliar se as ações estão, de fato, alcançando os resultados esperados ao longo do tempo.

Para que esse direito se torne uma realidade, será necessário:

1

Cumprimento integral deste Plano nas três esferas de governo.

2

Constituição formal de Comissão Intersetorial para acompanhamento da implementação, monitoramento e avaliação da execução do Plano.

3

Plano Municipal implementado e avaliado a partir de princípios alinhados ao Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e aos outros planos municipais vigentes envolvendo a temática.

4

Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente assumindo o presente Plano como prioridade, a partir de 2025, viabilizando recursos nos orçamentos, de um modo geral e, em particular, nos Fundos da Infância e Adolescência, para a sua implementação.

5

Participação e integração entre os Conselhos de Direitos da Criança e Setoriais no município.

6

Corresponsabilidade entre os entes federativos no financiamento para implementação dos objetivos e ações propostos no presente Plano.

O PNCFC indica que as responsabilidades na implementação dos planos municipais são compartilhadas entre as três esferas de governo - União, Estados e Municípios - como indicadas a seguir.



ESFERA FEDERAL

- Articular com as comissões estaduais e municipais para monitorar o progresso dos planos.
- Produzir e compartilhar informações sobre a implementação e cofinanciar ações necessárias.
- Apresentar anualmente um Relatório de Implementação do PNCFC com dados orçamentários.



ESFERA ESTADUAL

- Manter um diálogo contínuo com a Comissão Nacional e os municípios para garantir a execução do Plano.
- Apoiar os municípios na produção e compartilhamento de informações sobre sua implementação.
- Enviar relatórios de monitoramento e avaliações à Comissão Nacional.
- Cofinanciar as ações necessárias para a implementação dos Planos Estaduais e Municipais.



ESFERA MUNICIPAL

- Constituir comissão de acompanhamento e manter um diálogo constante com as Comissões Nacional e Estadual, gestão e conselhos municipais, produzido e socializando informações consolidadas sobre a implementação do Plano.
- Encaminhar relatórios de monitoramento e avaliações à Comissão Nacional em períodos previamente acordados, além de cofinanciar as ações necessárias para executar o Plano Municipal.

A implementação, monitoramento e avaliação do PMCFC em Mogi das Cruzes será realizada com base em 2 estratégias: o fortalecimento das instâncias que irão acompanhar esse processo (CMDCA e Comissão Intersectorial) e a criação de espaços de compartilhamento e participação social envolvendo os trabalhadores e a sociedade civil, objetivando a promoção de transparência, controle social e representatividade nesse processo.

Entende-se que manter a formação original dos grupos que participaram da formulação desta primeira versão do PMCFC é importante para garantir a implementação e assegurar a continuidade de sua execução independente de mudanças que possam haver na gestão. Para assegurar articulação com a gestão e a garantia de recursos financeiros, a Comissão Intersectorial será oficializada via decreto municipal tão logo o Plano seja publicado. Abaixo estão sistematizadas as principais responsabilidades do CMDCA e da Comissão Intersectorial na implementação, monitoramento e avaliação deste Plano.



CMDCA

É responsável por elaborar projeto de lei municipal que garanta a implementação do Plano, viabilizar recursos financeiros e orçamentários para realização do PMCFC e o garantir o cumprimento integral deste Plano Municipal, em articulação com a Comissão Intersectorial.



COMISSÃO INTERSETORIAL

É responsável por monitorar ações, articular com os atores envolvidos, fornecer informações para decisões, socializar dados, avaliar a execução do Plano, mensurar resultados e realizar revisões, em diálogo com as Comissões Nacional e Estadual, o CMDCA e os conselhos municipais.

Desde a Constituição Federal de 1988, a participação social e a descentralização política e administrativa foram estabelecidas como diretrizes. Segundo Ferreira e Torres²², o modelo se fundamenta na ideia de que maior participação da sociedade civil nas decisões de políticas públicas leva a ações mais alinhadas aos interesses coletivos, ajudando a superar a centralização, meritocracia e práticas clientelistas no exercício do poder governamental no Brasil. Entende-se que promover e viabilizar o exercício de participação é essencial para a imple-

22 Ferreira, S. & Torres, A. Participação como foco de aprendizagem na educação permanente no Sistema Único de Assistência Social. SERV.SOC. REV., Londrina, V.20, n.1, P. 215 - 232, JUL/DEZ 2017.

mentação com qualidade desse Plano, assegurando o reconhecimento das múltiplas vozes existentes em Mogi.

Participação pode se dar de muitas maneiras e pode ser desenvolvida de forma gradual, se tornando mais efetiva, como demonstra o gráfico abaixo:

Gradientes de participação



Elaborado a partir do texto “Participação como foco de aprendizagem na educação permanente no Sistema único de Assistência Social” - Abigail Torres e Stela Ferreira

Estar presente está relacionado a comparecer, frequentar (a reunião, o serviço, o encontro onde haverá decisões). Manifestar opinião é aqui entendido como um momento de expressão espontânea e voluntária em situações cotidianas, indicando proatividade em relação à gradação anterior. O terceiro gradiente, ser consultado, se refere a uma situação de diálogo, de interlocução e interesse na opinião de outrem. Já indica a utilização de estratégias para a escuta e de valorização da expressão. O gradiente seguinte, estar informado, explicita que é necessário criar condições para que se tenha acesso às informações.

O quinto gradiente é estar mobilizado e expressa uma das consequências do gradiente anterior: ao conhecer informações e perceber-se considerado nas decisões, há uma mobilização, um interesse por interferir nas decisões de interesse comum. Estar mobilizado se refere a sentir-se capaz de dialogar com outras pessoas. Por fim, o sexto e último gradiente é influenciar decisões, demonstrando autonomia e protagonismo. O importante ao olhar para os gradientes de participação é notar que há diversos modos de participar e que a construção e utilização de estratégias é fundamental.

Embora seja uma diretriz, o exercício da participação dos trabalhadores e da sociedade civil ainda é um desafio, especialmente quando se refere à representatividade de públicos considerados minoritários: crianças (incluindo primeira infância), adolescentes, jovens, idosos, pessoas com deficiência, entre outros. Para enfrentar este desafio, o Plano prevê algumas propostas. Uma delas é a realização de um seminário de avaliação do PMCFC, que visa publicar as ações realizadas até o momento, avaliar a implementação e, se necessário, adequar as propostas. Também estão previstas ações de articulação de rede e de escuta de crianças, adolescentes e familiares durante o processo de avaliação do Plano. Além disso, serão estabelecidas comunicações acessíveis para garantir que crianças, adolescentes e famílias possam acompanhar e ser ouvidos na implementação e avaliação do Plano.

Por fim, o Plano busca fomentar que as demandas levantadas durante sua implementação sejam apresentadas nas Conferências, Conselhos Municipais e outros espaços de participação e controle social.

Propostas



Assistência Social



Objetivo

Articulação e integração entre as políticas públicas de atenção às crianças, aos adolescentes e às famílias, considerando e respeitando as especificidades e diferentes características dos territórios e garantindo, primordialmente, o direito à convivência familiar e comunitária

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Mobilização, articulação e participação	Crear Grupos Intersetoriais Locais (GILs) com base nos territórios dos CRAS, envolvendo profissionais da rede de proteção local ou municipal, garantindo um trabalho de forma integrada e coordenada, com foco na avaliação diagnóstica das situações de perigo ou de violência contra crianças e adolescentes, a sugestão e planejamento de medidas de promoção e proteção que devem ser adotadas como solução ou prevenção destas situações e o acompanhamento da operacionalização dos acordos e planos	Grupos Intersetoriais Locais (GILs) criados	CRAS, CREAS, CT, Casas de Cultura, escolas, SCFV, UBS e outros serviços do território	CGC e SEMAS
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Ampliar e fortalecer as reuniões intersectoriais (Grupos Intersetoriais Locais), com a efetiva participação dos agentes responsáveis pelos serviços e programas existentes no território nas diferentes secretarias, objetivando o fortalecimento de ações para a garantia da convivência familiar e comunitária	Reuniões dos Grupos Intersetoriais Locais ampliadas e fortalecidas	CRAS, CREAS, CT, Casas de Cultura, escolas, SCFV, UBS e outros serviços do território	CRAS e SEMAS
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Crear um fluxo de estudo diagnóstico, incluindo reuniões intersectoriais, para construção de plano de atendimento visando evitar e avaliar a necessidade da medida protetiva de acolhimento	Fluxo de estudo diagnóstico estabelecido, planos de atendimento elaborados e reuniões de estudo diagnóstico realizadas periodicamente entre a rede	CRAS, CREAS, CT, SAICAS, SFA, PGS, VIJ e outros equipamentos da rede de atendimento conforme o caso	SEMAS
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Integrar equipes do CREAS e SEASCA para atendimento imediato visando a superação da violação de direito em trabalho infantil	Equipes CREAS e SEASCA articuladas no atendimento a crianças em situação de trabalho infantil	CREAS e SEASCA	SEASCA
Médio prazo (3 anos)	Marcos regulatórios e normativos	Crear Secretaria ou Coordenadoria de Direitos Humanos e Diversidade	Secretaria ou Coordenadoria de Direitos Humanos e Diversidade criada	Secretaria de Governo	Secretaria de Governo

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Contínuo	Mobilização, articulação e participação	Construir o planejamento anual do território de forma articulada, envolvendo diferentes serviços e políticas públicas, fortalecendo a atuação e representatividade dos Grupos Intersetoriais Locais	Planejamento anual do território construído de forma articulada e inter-setorial	CRAS, CREAS, CT, Casas de Cultura, escolas, SCFV, UBS e outros serviços do território	CRAS e SEMAS
Contínuo	Mobilização, articulação e participação	Estimular a integração dos Conselhos Municipais para elaboração de estratégias de integração da rede de atendimento às famílias, conforme as peculiaridades locais, com prioridade para as famílias em situação de vulnerabilidade, com vínculos fragilizados ou rompidos	Conselhos Municipais integrados na elaboração de estratégias conjuntas	CMDCA, COMAS, CME, CMS, COMAD e CMAPD	CMDCA



Objetivo

Aprofundamento do conhecimento em relação à situação familiar das crianças e adolescentes em seu contexto sociocultural e econômico, identificando os fatores que favorecem ou ameaçam a convivência familiar e comunitária

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Médio prazo (3 anos)	Análise da situação e sistemas de informação	Realizar diagnóstico sobre situações de risco e violações de direitos que levam crianças e adolescentes à situação de rua	Diagnóstico sobre crianças em situação de rua realizado	AEPETI, abordagem de rua, Centro POP, CREAS, CT, escolas, UBSS, rede socioassistencial e Vigilância Socioassistencial.	DGSUAS
Médio prazo (3 anos)	Análise da situação e sistemas de informação	Realizar diagnóstico sobre trabalho infantil no município	Diagnóstico sobre trabalho infantil realizado	AEPETI, abordagem de rua, CREAS, CREAS, CT, escolas, serviços de saúde e rede socioassistencial	CMDCA
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Criar protocolo municipal que regulamente ou organize no âmbito do município de Mogi das Cruzes a escuta especializada de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência	Protocolo municipal criado e em implementação	CGC e CMDCA	CGC e CMDCA
Contínuo	Análise da situação e sistemas de informação	Manter atualizados junto às instâncias municipal e estadual os dados quantitativos e qualitativos disponíveis sobre crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade social	Dados atualizados	Rede socioassistencial e Vigilância Socioassistencial e rede socioassistencial	DGSUAS
Contínuo	Análise da situação e sistemas de informação	Realizar ações de educação permanente visando qualificar o registro nos sistemas oficiais (Cad Único/SIMC/IRSAS) pelos responsáveis pelo atendimento/acompanhamento das famílias nos serviços da rede socioassistencial	Ações de educação permanente realizadas; registros qualificados	Serviços da rede socioassistencial, Supervisão dos serviços e Vigilância Socioassistencial	DGSUAS



Objetivo

Aprimoramento da comunicação entre os sistemas de informações sobre crianças, adolescentes e famílias e seus territórios

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Análise da situação e sistemas de informação	Identificar lacunas na oferta de dados dos sistemas de informação e as dificuldades de interface entre os sistemas (Cad Único/SISMC/IRSAS), identificando a demanda e propondo dados a serem incorporados	Lacunas e dificuldades identificadas e resolvidas	Serviços da rede socioassistencial, Supervisão dos serviços e Vigilância Socioassistencial	DGSUAS e Gestão da Saúde
Médio prazo (3 anos)	Análise da situação e sistemas de informação	Implantar sistema unificado de comunicação entre Assistência Social, Educação e Saúde que inclua o fluxo de referência/contrarreferência para proteção de crianças e adolescentes	Sistema de comunicação implantado	SEMAS, SME, SMS e Vigilância Socioassistencial	SMGP
Contínuo	Análise da situação e sistemas de informação	Sistematizar, analisar e publicar dados e análises para a rede a cada 12 meses ou sempre que houver demandas específicas	Dados sistematizados, analisados e publicados periodicamente	Serviços da rede socioassistencial, Supervisão dos serviços e Vigilância Socioassistencial	DGSUAS



Objetivo

Educação permanente e fortalecimento das equipes da rede de garantia de direitos das crianças e adolescentes na sua atuação, tendo como foco a convivência familiar e comunitária

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Contratar consultoria externa para realização de supervisões em rede	Consultoria externa contratada e supervisões em rede mensais realizadas	Rede socioassistencial	CMDCA e SEMAS
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Elaborar estratégia de Educação Permanente em rede para os profissionais que atuam na rede de garantia de direitos das crianças e adolescentes sobre o Passo a Passo em caso de violência contra crianças e adolescentes e o Guia sobre como proteger crianças e adolescentes da Violência	Estratégias de Educação Permanente em Rede implementadas	CGC, CMDCA e SEMAS	CGC, CMDCA e SEMAS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Sistematizar e disseminar metodologias e instrumentais (material técnico e educativo) de trabalho com famílias e comunidade	Metodologias sistematizadas e disseminadas	Rede socioassistencial	CMDCA e SEMAS
Contínuo	Atendimento	Elaborar estratégia de educação permanente para os profissionais que atuam na rede de garantia de direitos das crianças e adolescentes, visando à potencialização de suas práticas e à promoção do direito à convivência familiar e comunitária	Estratégias de educação permanente elaboradas e em realização	Rede de garantia de direitos de crianças e adolescentes	CMDCA e SEMAS



Objetivo

Mobilização da sociedade civil para ações relacionadas ao direito à convivência familiar e comunitária

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Contínuo	Mobilização, articulação e participação	Realizar campanhas educativas sobre direitos das crianças e adolescentes, com foco na garantia dos direitos e proteção, através de diversos meios de comunicação (cartazes, televisão, redes sociais, etc), bem como realização de eventos atrelados a datas comemorativas e eventos do município	Campanhas realizadas	CC, CMDCA, rede socioassistencial e SEMAS	CC, CMDCA e SEMAS
	Mobilização, articulação e participação	Mobilizar a sociedade civil por meio de campanhas em diferentes meio de comunicação para a prevenção da violação de direitos de crianças e adolescentes e do tráfico de crianças e adolescentes	Sociedade civil mobilizada e campanhas realizadas	CC, CMDCA, rede socoasistencial e SEMAS	CC, CMDCA e SEMAS
	Mobilização, articulação e participação	Mobilizar a sociedade civil por meio de campanhas em diferentes meio de comunicação para o apoio e engajamento nos programas Apadrinhamento Afetivo e Família Acolhedora	Sociedade civil mobilizada e campanhas realizadas; aumento do número de famílias inscritas nos programas de Apadrinhamento Afetivo e Família Acolhedora	CC, CMDCA, equipe dos programas de Apadrinhamento Afetivo e Família Acolhedora e SEMAS	CC, CMDCA e SEMAS
	Mobilização, articulação e participação	Mobilizar a sociedade civil por meio de campanhas em diferentes meios de comunicação para a adoção de crianças e adolescentes, com ênfase nas adoções tardias, afrodescendentes ou pertencentes a minorias étnicas, com deficiências, necessidades específicas de saúde, grupo de irmãos e outros	Sociedade civil mobilizadas e campanhas realizadas; aumento do número de famílias inscritas no cadastro de adoção optantes por adotar crianças maiores e adolescentes, afrodescendentes ou pertencentes a minorias étnicas, com deficiências, necessidades específicas de saúde, grupo de irmãos e outros	CC, CMDCA, SEMAS e VIJ	CC, CMDCA e VIJ
	Mobilização, articulação e participação	Sensibilizar a população sobre os riscos do trabalho infantil e seus prejuízos	População sensibilizada sobre os riscos e prejuízos do trabalho infantil	AEPETI, CC, CMDCA, Rede socioassistencial e SEMAS	CC, CMDCA e SEMAS
	Mobilização, articulação e participação	Participar, promover, realizar e apoiar campanhas de enfrentamento da violência doméstica contra mulheres, desmitificando estereótipos e representações de gênero, além de mitos e preconceitos em relação à violência contra a mulher	Campanhas de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres realizadas	CREAS, SEMAS, CC, CMDCA	CC, CMDCA e SEMAS
	Mobilização, articulação e participação				



Objetivo

Garantia de acesso de crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade aos serviços da Assistência Social

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Realizar periodicamente atendimento psicossocial das famílias referenciadas aos CREAS nos territórios de maior vulnerabilidade	Atendimento psicossocial do CREAS realizado nos territórios periodicamente	CRAS e CREAS	CREAS
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Contratar equipe para o desenvolvimento dos atendimentos e atividades no CriaMundo, buscando garantir a escuta especializada e o atendimento dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes	Equipe do CriaMundo contratada	SEMAS, SMS e SME	SEMAS, SMS e SME
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Garantir o acompanhamento de famílias com gestantes e crianças até seis anos pelos CRAS, proporcionando acesso a vagas de trabalho e a programas de transferência de renda	Famílias com gestantes e/ou crianças até seis anos com atendimento garantido no CRAS, com acesso a vagas de trabalho e programas de transferência de renda	CRAS e SEMAS	SEMAS
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Construir, em audiência concentrada, um plano de trabalho para definir acompanhamento do Serviço de Acolhimento para crianças e adolescentes desacolhidos e seus familiares nos seis meses após o desacolhimento, envolvendo o SGDCA e incluindo ações de inserção e vinculação da família na rede de atendimento	Plano intersetorial de acompanhamento a curto prazo construído em audiência concentrada	CRAS, CREAS, Serviços de Acolhimento, Supervisão dos serviços, Vigilância Socioassistencial, VIJ e outros equipamentos da rede de atendimento conforme o caso	SEMAS
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Construir, em audiência concentrada, um plano intersetorial de acompanhamento do CRAS e/ou CREAS para além dos 6 meses previstos pelo SAICA para os casos de desacolhimento a famílias extensas e definindo as referências da rede nesse processo	Plano intersetorial de acompanhamento a médio prazo construído em audiência concentrada	CRAS, CREAS, Serviços de Acolhimento, Supervisão dos serviços, Vigilância Socioassistencial, Vigilância Socioassistencial, VIJ e outros equipamentos da rede de atendimento conforme o caso	CRAS e CREAS
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Garantir o acompanhamento no CRAS para as famílias de crianças e adolescentes encaminhadas pelos serviços de acolhimento e após reintegração familiar – Meta: 80%	Acompanhamento no CRAS garantido	CRAS, Serviços de Acolhimento, Supervisão dos serviços, Vigilância Socioassistencial e VIJ	CRAS

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Garantir o acompanhamento pelo CREAS para crianças e adolescentes em situação de acolhimento e após reintegração familiar, encaminhadas pelos serviços de acolhimento, que vivenciaram situações de violências – Meta 100%	Acompanhamento no CREAS garantido	CREAS, Serviços de Acolhimento, Supervisão dos serviços, Vigilância Socioassistencial e VIJ	CREAS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Ampliar as equipes dos CRAS, para garantir atendimento, acompanhamento e ações de articulação da rede de proteção social básica	Equipes dos CRAS ampliadas; população atendida	CRAS, SEASMCA, SEMAS	SEMAS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Ampliar equipe para o desenvolvimento dos atendimentos e atividades no CriaMundo, incluindo atendimentos de saúde (medicina e psicologia), buscando garantir a escuta especializada e o atendimento dos casos de violência sexual, física e psicológica contra crianças e adolescentes, incluindo situações de negligências graves	Equipe do CriaMundo ampliada	SEMAS, SMS e SME	SEMAS, SMS e SME



Objetivo

Fortalecimento das ações nos SCFV com foco na convivência familiar e comunitária

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Análise da situação e sistemas de informação	Realizar estudo demanda x vaga em SCFV por território	Estudo realizado	CRAS, CREAS, SCFV, SEMAS e Supervisão dos serviços	SEMAS
Curto prazo (1 ano)	Análise da situação e sistemas de informação	Realizar um Plano de Ampliação de vagas por território, de acordo com o estudo realizado	Plano de Ampliação realizado	SCFV, Supervisão dos serviços e DPSB	CRAS e SEMAS
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Contratar consultoria externa para realizar ações de educação permanente para as equipes de SCFV com foco no conceito de convivência e em estratégias específicas para fortalecimento de vínculos e combate às desproteções relacionais	Ações de educação permanente realizadas	CMDCA, SCFV, Supervisão dos serviços e DPSB	CMDCA e SEMAS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Ampliar o horário de atendimento dos SCFV e outros projetos sociais destinados a adolescentes em bairros vulneráveis	Horário de atendimento ampliado nos SCFV	SCFV, Supervisão dos serviços e DPSB	SCFV e SEMAS

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Médio prazo (3 anos)	Marcos regulatórios e normativos	Elaborar e regulamentar por meio de Resolução do COMAS as Orientações Técnicas sobre os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 a 17 anos	Orientações técnicas do SCFV regulamentadas por meio de resolução	CMDCA, SCFV, Supervisão dos serviços e DPSB	CRAS, CMDCA e SEMAS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Contratar educador social folguista por SCFV	Educadores folguistas contratados	SCFV e DPSB	SEMAS
Longo prazo (5 anos)	Atendimento	Avaliar as ações realizadas nos SCFV e seu impacto nas relações das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, em consonância com ações avaliativas previstas no PMIA	Avaliação dos SCFV realizada	DPSB, CMDCA, SCFV, Supervisão dos serviços e Vigilância Socioassistencial	CMDCA, CRAS e SEMAS
Contínuo	Atendimento	Promover ações intergeracionais nos SCFV, de forma contínua e em horários que viabilizem a participação de famílias, considerando a centralidade da escuta da comunidade na construção desses horários	Ações intergeracionais realizadas de forma contínua pelos SCFV	SCFV e Supervisão dos serviços	SCFV
	Atendimento	Ampliar a presença e frequência de crianças e adolescentes com deficiência nos SCFV	Aumento do número de crianças e adolescentes com deficiência frequentando os SCFV	SCFV e Supervisão dos serviços	SEMAS



Objetivo

Garantia da participação das crianças e adolescentes nos serviços que frequentam

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Realizar assembleias com crianças e adolescentes nos serviços frequentados por elas, garantindo que seja um espaço de escuta, discussão e deliberação sobre as regras, combinados, planejamentos, avaliação de ações e dos serviços	Assembleias realizadas periodicamente nos serviços	CRAS, CREAS, Serviços de Acolhimento, República Jovem, SCFV, Supervisão dos serviços e Vigilância Socioassistencial	Serviços socioassistenciais
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Realizar projeto piloto de criação de estratégias para discutir, apresentar e ofertar acesso a internet e às redes sociais como forma de participação e expressão, refletindo junto aos adolescentes sobre os cuidados e responsabilidades envolvidos para que seja um processo seguro e que fomente à convivência	Projeto piloto realizado	CMDCA, CRAS, CREAS, Serviços de Acolhimento, República Jovem, SCFV, Supervisão dos serviços e Vigilância Socioassistencial	CMDCA e SEMAS



Objetivo

Promoção de autonomia e inserção no mercado de trabalho para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Estabelecer um fluxo para cadastro de adolescentes e jovens a partir de 14 anos para vagas de jovem aprendiz e estágio no Mogi Conecta	Fluxo de cadastro de adolescentes e jovens estabelecido	CIEE, SEMAS, SMDES e Serviços socioassistenciais	SMDES
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Ampliar as vagas de jovem aprendiz dentro da administração pública	Vagas de jovens aprendiz ampliadas na administração pública	Serviços socioassistenciais, SEMAS e SMDES	SEMAS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Priorizar jovens egressos de acolhimento, adolescentes em situação de acolhimento, em cumprimento de medida socioeducativa ou exploração do trabalho infantil e frequentadores de atividades em SCFV em programas de transferência de renda municipal.	Jovens priorizados em programas de transferência de renda municipal	Serviços socioassistenciais, SEMAS e SMDES	SEMAS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Implantar Núcleo de Apoio à Inclusão Social para Pessoas com Deficiência (NAISPD)	NAISPD Implantado	SEMAS	SEMAS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Priorizar jovens egressos de acolhimento, adolescentes em situação de acolhimento, em cumprimento de medida socioeducativa ou exploração do trabalho infantil e frequentadores de atividades em SCFV em cursos de iniciação profissional e técnico-profissionalizantes ofertados pelo município ou em parceria com o Sistema S (CRESCER, Empodera Juventudes, Cursinho Público Pré-Vestibular etc)	Jovens priorizados em cursos de iniciação profissional e técnicos profissionalizantes	Serviços socioassistenciais, SEMAS e SMDES	SMDES
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Realizar projeto piloto de atendimento / acompanhamento em grupo para adolescentes e jovens entre 14 e 21 anos com foco em autonomia, entrada no mundo do trabalho, educação financeira, circulação no território e fortalecimento de vínculos comunitários	Projeto piloto realizado	CMDCA, CREAS, PAF, República Jovem, Serviços de Acolhimento, SCFV e Supervisão dos serviços	CMDCA e SEMAS
Longo prazo (5 anos)	Atendimento	Ampliar o Programa de Apadrinhamento Afetivo para adolescentes em situação de vulnerabilidade que frequentam serviços socioassistenciais (SCFV, CRAS, CREAS, medidas socioeducativas etc) e crianças e adolescentes com deficiência	Programa de Apadrinhamento Afetivo ampliado	CMDCA, CMAPD, CREAS, PAF, República Jovem, Serviços de Acolhimento, SCFV e Supervisão dos serviços	CMDCA e SEMAS
Contínuo	Mobilização, articulação e participação	Articular parcerias com instituições da sociedade civil e empresas para inserção de jovens no mercado de trabalho	Parcerias estabelecidas	Serviços socioassistenciais e CMDCA	CMDCA, SEMAS e SMDES



Objetivo
Ampliação da oferta de atendimento especializado a famílias e indivíduos

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Ampliar as equipes dos CREAS existentes no município, de forma a viabilizar a ampliação do horário de atendimento	Equipes dos CREAS ampliadas; horário de atendimento ampliado	CREAS e DPSE	SEMAS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Ampliar equipe CREAS e/ou equipe específica para atendimento imediato das situações identificadas de trabalho infantil	Equipe responsável pelo atendimento às situações identificadas de trabalho infantil ampliada	CREAS, SEASCA e DPSE	SEMAS



Objetivo
Fortalecimento do atendimento em medidas socioeducativas em meio aberto

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Adicionar elementos ao PIA que permitam avaliação sistematizada da garantia do direito à convivência familiar e comunitária de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	Instrumento do PIA revisto	CREAS e DPESP	SEMAS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Atualizar e implementar o Plano de Medidas Socioeducativas do Município	Plano de Medidas socioeducativas atualizado e implementado	CREAS e DPSE	CMDCA
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Garantir a oferta do serviço de medidas socioeducativas em meio aberto com equipe técnica própria para o atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade	Equipe técnica para serviço de Medidas socioeducativa contratada	CREAS e DPSE	SEMAS



Objetivo

Preservação de vínculos entre crianças, adolescentes e familiares vivendo situações de privação de liberdade na família

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Contínuo	Atendimento	Criar e implementar ações que incentivem o contato de crianças e adolescentes cujos pais e mães encontram-se privados de liberdade	Vínculos preservados entre crianças, adolescentes e familiares vivendo situações de privação de liberdade	CRAS e CREAS	Equipe de supervisão e apoio, Serviços de Acolhimento e SEMAS



Objetivo

Prevenção e enfrentamento da violência doméstica contra mulheres

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Implementar grupos de reflexão com autores de violência doméstica contra a mulher	Grupos de reflexão implementados em serviços da rede socioassistencial; diminuição das situações de reincidência de violência contra a mulher	CREAS e Sistema de Justiça	SEMAS, Sistema de Justiça
Contínuo	Atendimento	Implementar atividade socioeducativas nos serviços socioassistenciais, educacionais, culturais e de esporte e lazer de caráter preventivo e reflexivo sobre diversidades educacionais, culturais e de lazer, gênero, orientação sexual, masculinidades, feminilidades, direitos das mulheres e rede protetiva	Atividades socioeducativas implementadas e realizadas	CRAS, CREAS, SAICAS, SCFVs e República Jovem	SEMAS, SMC, SME e SMEL
Contínuo	Atendimento	Realizar monitoramento contínuo por órgãos de Segurança Pública em relação às medidas protetivas conferidas aos autores de violência contra a mulher	Monitoramento realizado; diminuição das situações de reincidência de violência contra a mulher	Delegacia da Mulher e Patrulha Maria da Penha	Delegacia da Mulher e Patrulha Maria da Penha
Contínuo	Mobilização, articulação e participação	Participar, promover, realizar e apoiar campanhas de enfrentamento da violência doméstica contra mulheres, desmitificando estereótipos e representações de gênero, mitos e preconceitos em relação à violência contra a mulher e orientando em relação os serviços disponíveis para atender as mulheres e os autores da violência	Campanhas de enfrentamento à violência domésticas contra as mulheres realizadas	CC, COMMULHER, CREAS e SEMAS	CC e COMMULHER



Objetivo

Garantia de acolhimento e atendimento socioassistencial às mulheres em situação de violência doméstica, visando à promoção da autonomia e enfrentamento às situações de violência

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Criar e divulgar iniciativas de inserção no mercado de trabalho e empregabilidade qualificada priorizando mulheres em situação de violência	Iniciativas implementadas e divulgadas na rede de serviço socioassistencial	CRAS, CREAS, SEMAS, SMDES e outros serviços da rede socioassistencial	SEMAS e SMDES
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Implantar Serviço de Acolhimento Institucional Não Sigiloso Municipal (Casa de Passagem) para mulheres em situação de violência sem risco de morte	Serviço de Acolhimento Institucional Não Sigiloso Municipal implantado	SEMAS	SEMAS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Definir fluxo e protocolo de atendimento às mulheres em situação de violência e seus filhos	Fluxo de atendimento às mulheres em situação de violência definido	Delegacia da Mulher, DGSUAS, SEMAS, SMS, Serviço de Acolhimento Institucional Sigiloso para Mulheres em Situação de Violência Doméstica com Risco Iminente de Morte e Patrulha Maria da Penha	SEMAS e COMMULHER
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Construção e implementação de fluxo para disponibilizar aluguel social ou colocação temporária de mulheres em situação de violência doméstica e seus/as filhos/as em hotéis e pousadas parcerias da municipalidade conforme a especificidade de sua situação.	Aluguel social e programas habitacionais disponibilizados; parcerias com hotéis e pousadas estabelecidas	CREAS, Delegacia da Mulher, Patrulha Maria da Penha, SEMAS, SMHSRF e Serviço de Acolhimento Institucional Sigiloso para Mulheres em Situação de Violência Doméstica com Risco Iminente de Morte	SEMAS e SMHSRF
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Implantar um Centro de Defesa e Convivência da Mulher no município	Centro de Defesa e Convivência da Mulher implantado	Secretaria de Governo e SEMAS	Secretaria de Governo e SEMAS
Longo prazo (5 anos)	Atendimento	Garantir prioridade para acesso a outros programas habitacionais no município para mulheres em situação de violência doméstica e seus/as filhos/as	Prioridade garantida para mulheres em situação de violência doméstica e seus/as filhos/as no acesso a outros programas habitacionais no município	SEMAS e SMHSRF	SMHSRF

**Objetivo**

Ampliação das formas de convivência familiar e comunitária em sua diversidade a todas as crianças e adolescentes em situação de acolhimento

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Realocar os SAICAs em diferentes territórios do município	SAICAs existentes em diferentes territórios do município	OSCs e Vigilância Socioassistencial	SEMAS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Acolher as crianças e adolescentes em SAICAs mais próximos de suas residências de origem	Crianças e adolescentes acolhidos em SAICAs próximos a seus territórios de origem	OSCs e Vigilância Socioassistencial	SEMAS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Viabilizar acesso da família de crianças e adolescentes em situação de acolhimento aos serviços de acolhimento do município por meio de repasse de vale transporte	Vale transporte viabilizado aos familiares de crianças e adolescentes em situação de acolhimento para visitas nos SAICAs	DPSE, Serviços de Acolhimento e SMMU	SEMAS
Médio prazo (3 anos)	Marcos regulatórios e normativos	Garantir repasse de orçamento para viabilizar transporte para crianças, adolescentes e seus familiares / responsáveis	Orçamento repassado	DPSE, SMF e SMMU	SMMU
Contínuo	Atendimento	Mapear ações e atividades de esporte, cultura e lazer nos territórios e na cidade para oferecer às crianças e adolescentes	Oferta de cultura, esporte e lazer do município mapeada	Serviços de Acolhimento e SMEL	Serviços de Acolhimento
	Atendimento	Fomentar a convivência em espaços e/ou relações afetivas importantes para a criança/adolescente anteriores a seu acolhimento e/ou de seu interesse durante o tempo de acolhimento	Convivência de crianças e adolescentes com suas relações importantes e espaços afetivos garantida	Serviços de Acolhimento e Supervisão dos serviços	Serviços de Acolhimento
	Atendimento	Ampliar formas de convivência e fortalecimento de vínculos com familiares, considerando uma concepção de família baseada em laços de afeto e não apenas de consanguinidade	Relações familiares das crianças e adolescentes em situação de acolhimento fortalecidas	Serviços de Acolhimento e Supervisão dos serviços	Serviços de Acolhimento

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Contínuo	Atendimento	Ampliar e criar novas estratégias para utilizar redes sociais e meios digitais como aliados na convivência e fortalecimento de vínculos das crianças e adolescentes com seus familiares, amigos e relação com território e comunidade	Crianças e adolescentes em situação de acolhimento em contato / comunicação frequente com familiares e amigos	Serviços de Acolhimento e Supervisão dos serviços	Serviços de Acolhimento
	Atendimento	Promover ações e recursos necessários para que todas as crianças e adolescentes consigam construir vínculos afetivos e circular pelo território, considerando sua singularidade (idade, deficiências, histórico de vida, repertório etc)	Crianças e adolescentes em situação de acolhimento com vínculos fortalecidos e circulação nos territórios	Serviços de Acolhimento e Supervisão dos serviços	Serviços de Acolhimento
	Atendimento	Acompanhar processos de adoção de crianças e adolescentes com participação dos educadores sociais e equipe técnica dos SAICAs	Processos de adoção acompanhados pelas equipes	Serviços de Acolhimento, Supervisão dos serviços e VIJ	Serviços de Acolhimento e VIJ
	Atendimento	Ofertar espaços de escuta e reflexão, individual e coletiva, para temas relacionados à convivência (sexualidade, autocuidado, história de vida, situações de discriminação, pertencimento etc)	Espaços de escuta e reflexão criados, com participação efetiva das crianças e adolescentes	Serviços de Acolhimento e Supervisão dos serviços	Serviços de Acolhimento



Objetivo

Garantia de que o PIA seja um instrumento efetivo e participativo no acompanhamento das crianças e adolescentes em situação de acolhimento e suas famílias

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Marcos regulatórios e normativos	Criar GT para reformular o instrumental do PIA, com participação das equipes dos serviços de acolhimento, rede intersetorial local e referenciada e equipes do Poder Judiciário envolvidas no atendimento da criança/adolescente em situação de acolhimento	Instrumental do PIA reformulado	CRAS, CREAS, CT, DGSUAS, DPESP, DPSE, MP, Serviços de Acolhimento, VIJ e outros atores necessários	SEMAS
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Realizar reuniões periódicas com a rede de atendimento intersetorial local e referenciada para construção inicial e acompanhamento do PIA, definindo metas e processos	Reuniões de rede intersetorial local e referenciada realizadas; PIAs construídos e acompanhados pela rede intersetorial local e referenciada	CREAS, CT, DPSE, VIJ, Serviços de Acolhimento e outros atores necessários	Serviços de Acolhimento
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Reapresentar o PIA para crianças e adolescentes atualmente em situação de acolhimento e suas famílias, garantindo sua participação no processo de acompanhamento e revisão do plano proposto	Crianças e adolescentes que estão em situação de acolhimento no presente momento e suas famílias apropriados do seu processo e se sentindo escutados em relação aos seus interesses e percepções sobre o mesmo	Serviços de Acolhimento e Supervisão dos serviços	Serviços de Acolhimento

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Médio prazo (3 anos)	Análise da situação e sistemas de informação	Levantar e sistematizar principais entraves enfrentados pelas famílias na efetivação do PIA para encaminhamento de demandas coletivas	Levantamento e sistematização realizada	Serviços de Acolhimento e Vigilância Socioassistencial	SEMAS, SMS, SME e Supervisão dos serviços de acolhimento
Contínuo	Atendimento	Garantir atendimento inicial de elaboração do PIA com a participação das crianças, adolescentes e suas famílias, explicando os motivos do acolhimento, metas e processos de acompanhamento	Crianças, adolescentes e suas famílias com clareza sobre o processo de acolhimento, os projetos e as respectivas responsabilidades	DPESP, Serviços de Acolhimento, Supervisão dos serviços e VIJ	Serviços de Acolhimento
	Atendimento	Realizar revisão periódica do PIA junto às crianças, adolescentes e suas famílias, validando progressos e repactuando metas quando necessário	PIA revisado com crianças, adolescentes e suas famílias com periodicidade mínima de 6 meses	DPESP, Serviços de Acolhimento, Supervisão dos serviços e VIJ	Serviços de Acolhimento
Contínuo	Atendimento	Garantir escuta e participação dos educadores (e educadores de referência) na construção e acompanhamento do PIA de cada criança/adolescente	Impressões e responsabilidades dos educadores incluídas nos PIAs	Serviços de Acolhimento e Supervisão dos serviços	Serviços de Acolhimento



Objetivo

Promoção da participação das crianças e adolescentes em situação de acolhimento nas decisões relacionadas ao cotidiano nos SAICAs

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Promoção da autonomia das crianças e adolescentes e da sua rede de vínculos	Crianças e adolescentes utilizando internet e redes sociais de forma consciente e segura	SAICAs e Supervisão dos serviços	SAICAs
Contínuo	Atendimento	Realizar assembleias com crianças e adolescentes em situação de acolhimento, proporcionando um espaço de escuta, discussão e deliberação sobre as regras, combinados, planejamentos e outras questões emergentes	Assembleias realizadas quinzenalmente	SAICAs e Supervisão dos serviços	SAICAs
Contínuo	Atendimento	Criar estratégias que possibilitem que crianças e adolescentes possam participar de decisões e tarefas cotidianas presentes no cotidiano dos SAICAs	Crianças e adolescentes participantes das decisões e tarefas no cotidiano dos SAICAs	SAICAs e Supervisão dos serviços	SAICAs
Contínuo	Atendimento	Criar estratégias que possibilitem que crianças e adolescentes possam participar da escolha e planejamento de atividades de lazer, culturais e esportivas	Crianças e adolescentes participantes no planejamento das atividades dos SAICAs	SAICAs e Supervisão dos serviços	SAICAs



Objetivo

Promoção da autonomia das crianças e adolescentes acolhidos, garantindo seu processo de construção sustentado fortalecimento de vínculos

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Viabilizar acesso ao transporte público para adolescentes em acolhimento institucional/familiar do município por meio de repasse de vale transporte	Vale transporte viabilizado a adolescentes em situação de acolhimento; acesso a atividades de esporte, cultura e lazer garantidos com independência e autonomia	DPSE, Serviços de Acolhimento, SMMU e Supervisão dos serviços	SMMU
Longo prazo (5 anos)	Atendimento	Implantar Programa de Transferência de Renda para crianças e adolescentes em situação de acolhimento e jovens egressos de acolhimento	Programa de Transferência de Renda para crianças e adolescentes em situação de acolhimento implantado	DPSE, Serviços de Acolhimento, SMF e Supervisão dos serviços	Secretaria de Governo e SEMAS
Contínuo	Atendimento	Promover ações com as crianças e adolescentes sobre sexualidade, consentimento e intimidade, ampliando repertório sobre cuidado e decisões sobre seu corpo	Crianças e adolescentes em situação de acolhimento com repertório de conhecimento sobre o próprio corpo	República Jovem, SAICAs, SFA e Supervisão dos serviços	SEMAS e Serviços de Acolhimento
Contínuo	Atendimento	Promover ações que proporcionem circulação autônoma pela cidade, utilizando, preferencialmente, transporte público	Crianças e adolescentes em situação de acolhimento com maior autonomia de circulação pela cidade	República Jovem, SAICAs e Supervisão dos serviços	Serviços de Acolhimento
Contínuo	Atendimento	Ampliar e fortalecer iniciativas e atividades que envolvam todas as crianças e adolescentes no planejamento e execução de atividades necessárias no cotidiano doméstico e do serviço de acolhimento	Crianças e adolescentes em situação de acolhimento com maior autonomia nas atividades domésticas	Serviços de Acolhimento e Supervisão dos serviços	Serviços de Acolhimento
Contínuo	Atendimento	Propor ações específicas para as crianças e adolescentes com dificuldade de desenvolver autonomia (pelo histórico de vida, deficiência, transtorno mental etc)	Crianças e adolescentes em situação de acolhimento com maior autonomia, tendo como referência suas singularidades	Serviços de Acolhimento, SME, SMS e Supervisão dos serviços	SEMAS e Serviços de Acolhimento



Objetivo

Garantia de atendimento em caráter prioritário a crianças e adolescentes em situação de acolhimento em casos que somam vulnerabilidades de alta complexidade

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Imediato	Atendimento	Criar e executar plano emergencial de ação em rede intersetorial, local e referenciada para o público que está há mais de três anos em situação de acolhimento, com base no estudo de cada caso e em suas especificidades, reconstruindo os PIAs e garantindo a prioridade de atendimento e intervenção para estes casos.	Plano emergencial construído e aplicado, com participação de todos os atores envolvidos, incluindo as crianças, adolescentes e seus familiares	DPESP, MP, SAICAS, SEMAS, Supervisão dos serviços e VIJ	MP, SEMAS, SME, SMS e VIJ
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Criar de plano de ação em rede intersetorial, local e referenciada para garantir prioridade de atendimento e celeridade nos encaminhamentos para o público em situação de acolhimento que soma vulnerabilidades de alta complexidade (vivência de rua, usuário de drogas, deficiência e transtornos mentais)	Plano construído com estratégias de encaminhamento e atendimento aplicáveis	CAPS AD, CAPS IJ, DPESP, MP, RAPS, SAICAS, Supervisão dos serviços e rede socioassistencial e VIJ	SEMAS, SME, SMS e VIJ



Objetivo

Ampliação e fortalecimento do acolhimento familiar no município

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Preencher 100% das vagas do Serviço Família Acolhedora	100% das vagas do SFA preenchidas	MP, SFA, Supervisão dos serviços e VIJ	SEMAS
Curto prazo (1 ano)	Mobilização, articulação e participação	Inserir banner do Serviço Família Acolhedora no site da Prefeitura e divulgar em suas redes sociais, fornecendo link para formulário FORMS para as famílias e indivíduos interessados	Banner inserido e formulário ativado	CC, CMDCA, DPSE e SFA	CC, CMDCA e SEMAS
Curto prazo (1 ano)	Mobilização, articulação e participação	Apresentar à Câmara dos/as Veradores/as o Serviço Família Acolhedora visando comunicar seus benefícios e fomentando apoio para ampliação e fortalecimento do SFA	Apresentação realizada	CC, CMDCA, DPSE e SFA	SEMAS e CMDCA
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Contratar consultoria externa para realizar supervisão/formação, contemplando discussão de casos e fortalecimento de estratégias de divulgação e articulação em rede	Consultoria externa contratada e realizada	DGSUAS, DPSE, NUMEP e SFA	SEMAS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Ampliar a equipe do Serviço Família Acolhedora, com contratação em execução direta de mais uma dupla de técnicos (psicólogo e assistente social)	Equipe ampliada com contratação de mais um psicólogo e um assistente social	SEMAS e CMDCA	SEMAS

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Ampliar o número de vagas oferecidas para 30 vagas	30 vagas de acolhimento em família acolhedora ofertadas	SEMAS e CMDCA	SEMAS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Garantir equipe mínima para o Serviço de Família Acolhedora, com a contratação de pedagoga	Equipe mínima do Serviço de Família Acolhedora garantida	SEMAS e CMDCA	SEMAS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Garantir que ao menos 90% dos acolhimentos de crianças de zero a seis anos no município seja em acolhimento familiar	Mínimo de 90% das crianças de zero a seis anos acolhidas em acolhimento familiar	SEMAS e CMDCA	SEMAS
Contínuo	Mobilização, articulação e participação	Estimular a interlocução entre os Serviços em Famílias Acolhedoras existentes em outros municípios, visando ao fortalecimento de metodologias	Interlocução fortalecida	CMDCA, DPSE, SFA e GTSUAS	SEMAS
	Mobilização, articulação e participação	Estimular e apoiar o estabelecimento de um programa continuado de comunicação para divulgar o Serviço Família Acolhedora, fomentando a colaboração efetiva da sociedade civil na execução do Programa	Programa de comunicação elaborado e em realização; aumento do número de famílias inscritas na reunião de apresentação do Programa Família Acolhedora; aumento de famílias habilitadas para ser família acolhedora em número suficiente para preenchimento de todas as vagas disponíveis no Programa	CC, CMDCA, SFA e SEMAS	CC, CMDCA e SEMAS
Contínuo	Atendimento	Estimular a interlocução dos Serviços em Famílias Acolhedoras com a rede socioassistencial, visando à divulgação do serviço e ao acompanhamento dos casos	Interlocução fortalecida	SFA e rede socioassistencial	SFA
Contínuo	Mobilização, articulação e participação	Divulgar o serviço em rádios, podcasts e canais de Youtube locais	Divulgação realizada	CC, CMDCA, SFA e SEMAS	CC, CMDCA e SEMAS



Objetivo

Estruturação e ampliação do Programa Guarda Subsidiada

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Marcos regulatórios e normativos	Elaborar o Projeto Político Pedagógico do Programa Guarda Subsidiada	Projeto Político Pedagógico elaborado	CREAS, equipe do PGS e SEMAS	CREAS e Equipe do PGS

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Estabelecer fluxo de encaminhamento e acompanhamento dos casos	Fluxo de encaminhamento e acompanhamento estabelecido	CT, CREAS, DGSUAS, PGS e rede socio-assistencial	CREAS, DGSUAS e PGS
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Aumentar o número de bolsas concedidas pelo Programa Guarda Subsidiada para 30 bolsas	30 bolsas concedidas pelo PGS	CREAS, PGS, CMDCA e SEMAS	CMDCA e SEMAS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Garantir equipe técnica mínima (psicólogo e assistente social) para o Programa Guarda Subsidiada	Equipe mínima garantida para o Programa Guarda Subsidiada	CREAS, PGS, CMDCA e SEMAS	CMDCA e SEMAS
Longo prazo (5 anos)	Atendimento	Aumentar o número de bolsas concedidas pelo Programa Guarda Subsidiada para 60 bolsas	60 bolsas concedidas pelo PGS	CMDCA e SEMAS	CMDCA e SEMAS
Longo prazo (5 anos)	Análise da situação e sistemas de informação	Realizar uma avaliação do Programa Guarda Subsidiada em sua eficácia e resultados alcançados, estimando também seu crescimento, ampliação da equipe e a quantidade de bolsas necessárias para continuidade do Programa	Avaliação realizada, com estimativas para crescimento e ampliação do Programa	CREAS, DGSUAS, GTSUAS, PGS e rede socioassistencial	DGSUAS e GTSUAS
Longo prazo (5 anos)	Atendimento	Contratar técnicos (assistente social e psicólogo) para o Programa Guarda Subsidiada, com base na avaliação do Programa	Equipe composta por coordenação própria do Programa e psicólogos e assistentes sociais em quantidade baseada na avaliação do Programa	CMDCA e SEMAS	CMDCA e SEMAS



Objetivo

Implementação do Programa de Apadrinhamento Afetivo por execução direta

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Contratar um psicólogo e um assistente social para execução do Programa de Apadrinhamento Afetivo	Técnicos contratados	CMDCA e SEMAS	CMDCA e SEMAS
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Realizar capacitação inicial para os técnicos do Programa de Apadrinhamento Afetivo, gestão e equipes dos SAICAs e República Jovem	Capacitação inicial realizada	CMDCA, GTSUAS, República Jovem, SAICAs, Supervisão dos serviços e PAF	SEMAS e CMDCA
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Elaborar Projeto Político Pedagógico do Programa de Apadrinhamento Afetivo, considerando sua interlocução com os SAICAs	Projeto Político Pedagógico elaborado	PAF, República Jovem, SAICAs e Supervisão dos serviços	PAF

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Estabelecer um fluxo de encaminhamento e acompanhamento entre o Programa de Apadrinhamento Afetivo e os Serviços de Acolhimento e República Jovem	Fluxo estabelecido e em funcionamento	PAF, Serviços de Acolhimento, Supervisão dos serviços e República Jovem	GTSUAS
Contínuo	Mobilização, articulação e participação	Estimular e apoiar o estabelecimento de um programa continuado de comunicação para divulgar o Programa de Apadrinhamento Afetivo, fomentando a colaboração efetiva da sociedade civil na execução do Programa	Programa de comunicação elaborado e em realização	CC, CMDCA, PAF e SEMAS	CC, CMDCA e SEMAS



Objetivo

Adequação da estrutura física e organizacional dos SAICAs

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Médio prazo (3 anos)	Marcos regulatórios e normativos	Reduzir a capacidade dos SAICAs de 20 para 15 crianças/adolescentes, sem redução no repasse financeiro e sem redução de RH	Capacidade dos SAICAs reduzida para 15 crianças/adolescentes	DPSE, GTSUAS, SAICAs, Supervisão dos serviços e Vigilância Socioassistencial	CMDCA e SEMAS
Médio prazo (3 anos)	Marcos regulatórios e normativos	Garantir estrutura física adequada, incluindo espaço externo para brincadeiras e convivência, com área verde para as crianças e adolescentes	Estrutura física garantida, com espaço externo e área verde	SEMAS e CMDCA	SEMAS
Médio prazo (3 anos)	Marcos regulatórios e normativos	Realizar aumento do repasse do valor de subvenção municipal dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, em estudo pelas entidades em parceria com a Secretaria de Assistência Social, com base no custo real do serviço e custo de vida da cidade de Mogi das Cruzes, garantindo melhores condições de trabalho e salário aos seus colaboradores e sustento das necessidades dos acolhidos	Aumento do repasse realizado	DPSE, DGSUAS, GTSUAS e OSCs	SEMAS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Adequar a estrutura física dos SAICAs em conformidade com as Orientações Técnicas do CONANDA e Referencial Técnico do Serviço	SAICAs com espaços físicos adequados, garantindo ambiente acolhedor e em padrões de dignidade e atendimento personalizado.	DGSUAS, DPSE e OSCs	SEMAS

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Longo prazo (5 anos)	Análise da situação e sistemas de informação	Contratar consultoria externa para realizar uma avaliação dos serviços de acolhimento (institucional e familiar), República Jovem e Programa Guarda Subsidiada	Consultoria externa contratada e avaliação realizada	CMDCA, DGSUAS, DPSE, GTSUAS, Serviços de Acolhimento, Supervisão dos serviços, República Jovem e PGS.	SEMAS e CMDCA
Contínuo	Marcos regulatórios e normativos	Elaborar e atualizar os Projetos Políticos Pedagógicos dos SAICAs anualmente	Projetos Político Pedagógicos atualizados anualmente	DPSE, GTSUAS, Serviços de Acolhimento, Supervisão dos serviços e Vigilância Socioassistencial	SAICAs
Contínuo	Atendimento	Contratar consultoria externa para realizar capacitação/supervisão periódica para as equipes dos serviços de acolhimento, de acordo com as demandas levantadas pelos serviços e SEMAS	Capacitações / supervisões realizadas	DGSUAS, DPSE, GTSUAS, NÚMEP, Serviços de Acolhimento e Supervisão dos serviços	SEMAS



Objetivo

Qualificação das equipes dos serviços de acolhimento

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Realizar formação para as equipes dos SAICAs sobre saúde mental, sofrimento psíquico e convivência, à luz de princípios da reforma antimanicomial	Formação realizada; aumento de repertório no cuidado às crianças e adolescentes; qualificação dos estudos de caso	DPSE, GTSUAS, NÚMEP, Serviços de Acolhimento, Supervisão dos serviços e SMS	SEMAS e SMS
Médio prazo (3 anos)	Análise da situação e sistemas de informação	Elaborar um estudo técnico avaliando possibilidade de criação de um Plano de Carreira/Permanência para os profissionais dos Serviços de Acolhimento contratados via OSC's	Estudo técnico realizado	GTSUAS e OSC's	OSC's
Contínuo	Atendimento	Realizar supervisão interna mensal entre coordenadores, equipe técnica e educadores/apoio, para discussão dos casos atendidos e troca de informações sigilosas	Supervisões internas realizadas periodicamente; atendimento mais particularizado das crianças e adolescentes acolhidos pelos educadores	Equipes dos serviços de acolhimento e Supervisão dos serviços	SEMAS
Contínuo	Atendimento	Realizar integração de novos funcionários em todos os Serviços de Acolhimento	Ações de integração realizadas periodicamente	OSC's	OSC's



Objetivo Profissionalização do trabalho do educador social

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Formalizar e qualificar a atuação específica dos educadores de referência nos SAICAs	Atuação dos educadores de referência nos SAICAs formalizada no Projeto Político Pedagógico	DGSUAS, DPSE, GTSUAS, Serviços de Acolhimento e Supervisão dos serviços	SEMAS
Médio prazo (3 anos)	Mobilização, articulação e participação	Elaborar curso inicial para educadores sociais no município	Curso sobre educadores sociais elaborado e ofertado periodicamente	DGSUAS, DPSE, GTSUAS, NUMEP, Serviços de Acolhimento e SMDES.	SMDES e SEMAS



Objetivo Ampliação da equipe dos SAICAs

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Contratar um educador folguista por SAICA	Educador folguista contratado por SAICA	DGSUAS, DPSE, GTSUAS, SAICAs e Supervisão dos serviços	SAICAs e SEMAS



Objetivo Fortalecimento das equipes técnicas em seus saberes específicos

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Flexibilizar horário da equipe técnica de modo a viabilizar sua presença no período noturno e aos finais de semana	Escala de horário atualizada possibilitando maior contato técnico com crianças, adolescentes e seus familiares	Coordenadores dos SAICAs, GTSUAS e Supervisão dos serviços	Coordenadores dos SAICAs
Contínuo	Atendimento	Estimular e apoiar a realização de encontros periódicos entre os técnicos psicólogos e assistentes sociais dos Serviços de Acolhimento para troca de saberes e estratégias entre eles	Encontros periódicos realizados	DGSUAS, GTSUAS, NUMEP, OSCs, Serviços de Acolhimento e Supervisão dos serviços	SEMAS e OSCs



Objetivo

Fortalecimento dos coordenadores dos Serviços de Acolhimento

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Realizar uma capacitação para os coordenadores dos serviços de acolhimento sobre gestão de pessoas e do serviço	Capacitação para os coordenadores realizada; Qualificação dos coordenadores em seu papel de gestão de pessoas	DGSUAS, GTSUAS, NUMEP, OSCs, Serviços de Acolhimento e Supervisão dos serviços	SEMAS e OSCs
Contínuo	Atendimento	Estimular e apoiar a realização de encontros periódicos entre os coordenadores dos Serviços de Acolhimento para troca de saberes e estratégias entre eles	Encontros periódicos realizados	DGSUAS, GTSUAS, NUMEP, OSCs, Serviços de Acolhimento e Supervisão dos serviços	SEMAS e OSCs



Objetivo

Ampliação e fortalecimento da equipe de supervisão dos SAICAS

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Ampliar e adequar equipe de supervisão à rede de serviços, garantindo técnicos de serviço social, psicologia e pedagogia	Equipe de supervisão adequada à demanda da rede de serviços	DGSUAS, DPSE, GTSUAS, e Avaliação e Supervisão dos serviços	SEMAS

Área temática

Saúde



Objetivo

Fortalecimento e ampliação da atenção primária em saúde mental no município

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Implantar equipe/serviço da Atenção Básica - e-multi (equipe multidisciplinar de atenção especializada em saúde mental), a partir das necessidades dos territórios	Equipes e-multi instaladas nos territórios	CMS e SMS	CMS e SMS
Contínuo	Atendimento	Promover a criação de espaços saudáveis de escuta, convivência e vínculo entre profissionais e usuários nos serviços de saúde	Espaços saudáveis de convivência, escuta e vínculo criados; melhoria do clima organizacional	CAPSi, CAPSAD, RAPS, SMS e UBSs	SMS



Objetivo

Garantia de oferta adequada de equipamentos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Implantar CER (Centro Especializado em Reabilitação) no município	CER implantado	CMS e SMS	CMS e SMS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Implantar segundo CAPSi no município	Município com dois CAPSi implantados e em funcionamento	CMS e SMS	CMS e SMS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Implantar na integralidade os equipamentos de saúde previstos no Plano de Ação Complementar Regional da Rede de Atenção Psicossocial do Alto Tietê - RRAS 2 de 2022	Equipamentos previstos implantados	CMS, DRS e SMS	CMS, DRS e SMS



Objetivo Coletivização das estratégias de cuidado em saúde mental de crianças e adolescentes

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Realizar formação para as equipes dos SAICAs (gerência, técnicos, educadores e educadores de referência) sobre saúde mental, sofrimento psíquico e convivência, à luz de princípios da reforma antimanicomial	Formação realizada; aumento de repertório no cuidado às crianças e adolescentes	Equipes dos serviços de acolhimento, SEMAS e SMS	SMS
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Elaborar um fluxo de acompanhamento e discussão de casos entre os equipamentos da saúde e o Criadundo	Fluxo estabelecido	CREAS, Criadundo, CREAS, equipamentos do SUS, RAPS e SEMAS	Criadundo e RAPS
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Realizar matriciamento do CAPS AD visando à prevenção ao uso de álcool e outras drogas na APS	Matriciamento realizado pelo CAPS AD	CAPS AD, Consultório de rua e rede socioassistencial	CAPS AD e RAPS
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Realizar matriciamento infantil do CAPS IJ junto às equipes que atendem na área de Saúde Mental, na Atenção Primária em Saúde, territorialmente	Matriciamento realizado pelo CAPSi	CAPS e equipamentos do SUS	CAPS
Curto prazo (1 ano)	Análise da situação e sistemas de informação	Identificar se a quantidade de leitos de Saúde Mental infanto-juvenis em hospitais gerais municipais e/ou regionais está adequada para a demanda municipal e ampliar conforme necessário, possibilitando uma qualificação do atendimento de emergência em saúde mental e potencializam intervenções céleres e de curta duração, próximas do território de origem e da comunidade do/a atendido/a	Demanda de leitos identificada e adequada à necessidade do público infanto-juvenil do município	CAPSi, CMDCA, CMS, SEMAS e RAPS	CMDCA, CMS e SMS
Médio prazo (3 anos)	Análise da situação e sistemas de informação		Redução a zero (0) o encaminhamento de crianças e adolescentes acolhidos a hospitais psiquiátricos (e instituições congêneres)	CAPSi, CMDCA, CMS, SEMAS e RAPS	CMDCA, CMS e SMS
Contínuo	Mobilização, articulação e participação	Rever fluxo envolvendo o Sistema de Justiça e a rede de serviços para discussão de pedidos de internação de crianças e adolescentes via judicial, com vistas mesmo a se evitar a internação e potencializar ações de cuidado e promoção de Saúde Mental no território de origem	Fluxo entre Sistema de Justiça, RAPS e SGDCA estabelecido e operando	CAPSi, SAICAs, SEMAS, CMDCA, RAPS, MP, VIJ e CMS	SMS, SESSP e Sistema de Justiça



Objetivo Garantia de atendimento adequado e multidisciplinar no CAPSi

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Elaborar e executar o Projeto Terapêutico Singular (PTS) dos casos atendidos, priorizando o atendimento multidisciplinar e em grupos	PTS elaborado e em execução; atendimentos multidisciplinares e em grupo garantidos	CAPSi, RAPS e SMS	CAPSi
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Garantir o atendimento Porta Aberta	Atendimento Porta Aberta realizado pelo CAPSi	CAPSi, RAPS e SMS	RAPS e SMS



Objetivo Atualização da RAPS para novas abordagens terapêuticas em momentos de crise

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Criar GT multiprofissional para ampliar e fortalecer boas práticas de abordagens terapêuticas em momentos de crise	GT multiprofissional criado; boas práticas terapêuticas de atendimento de crise fortalecidas diminuindo internações e medicalizações excessivas	RAPS, SAICAs, SEMAS, SAICAs, SED, SFA, SME e SMS	SMS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Qualificar a rede de urgência (UPA) para acolhimento e novas abordagens terapêuticas em momentos de crise	Rede de urgência qualificada para novas abordagens terapêuticas em momentos de crise, diminuindo internações e medicalizações excessivas	RAPS e SMS	SMS



Objetivo

Garantia de atendimento integral e inclusão social de crianças e adolescentes com deficiência

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Médio prazo (3 anos)	Análise da situação e sistemas de informação	Realizar um levantamento detalhado das crianças e adolescentes com deficiência no município, contemplando o tipo de deficiência (física, sensorial, intelectual, múltipla) e suas necessidades específicas	Levantamento realizado	CCIS, CMDCA, CMPD, CMS, RAPS, SEMAS, SME e SMS	SMS
Médio prazo (3 anos)	Análise da situação e sistemas de informação	Realizar um levantamento sobre as demandas de atendimento, cuidado e apoio (incluindo condições socioeconômicas e de vida dos familiares) das crianças e adolescentes em acolhimento que possuem deficiência intelectual	Levantamento realizado	CCIS, CMDCA, CMPD, CMS, RAPS, SAICAS, SEMAS, SME, SFA e SMS	SMS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Construir e aplicar plano intersetorial de ação e intervenção a partir dos estudos e do levantamento sobre demandas de crianças e adolescentes com deficiência e seus familiares	Plano construído e implementado	CCIS, CMDCA, CMPD, CMS, RAPS, SAICAS, SEMAS, SME, SFA e SMS	SMS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Assegurar o acesso integral das crianças e adolescentes com deficiência aos serviços de saúde, priorizando o atendimento multidisciplinar, com foco em fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e psicologia	Acesso integral das crianças e adolescentes com deficiência aos serviços de saúde garantido	CCIS, CMDCA, CMPD, CMS, RAPS e SMS	SMS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Promover programas de estimulação auditiva e fonoterapia para crianças e adolescentes com deficiência auditiva, oferecendo acompanhamento especializado desde a identificação precoce da deficiência, disponibilizando aparelhos auditivos e outros recursos tecnológicos de forma gratuita para as famílias que não possuem condições de adquiri-los	Promoção de recursos e terapia necessárias às crianças e adolescentes com deficiência auditiva	CCIS, CMPD, CMS, RAPS e SMS	SMS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Criar protocolos de atendimento prioritário para crianças e adolescentes com deficiência em unidades de saúde, garantindo o atendimento rápido e eficaz	Protocolos de atendimento prioritário criados e em funcionamento	CCIS, CMDCA, CMPD, RAPS e SMS	SMS
Médio prazo (3 anos)	Marcos regulatórios e normativos	Criar programas de auxílio financeiro ou benefícios específicos para as famílias que necessitam conciliar os cuidados com as crianças e adolescentes e a manutenção de suas condições socioeconômicas	Programas de de auxílio financeiro ou benefício específico ofertados às famílias	CCIS, CMDCA, CMPD, COMAS, RAPS, SEMAS e SMS	SMS, SEMAS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Estabelecer grupos de apoio que reúnam famílias de crianças e adolescentes com deficiência, oferecendo um espaço de troca de experiências, orientações e suporte mútuo	Grupos de apoio estabelecidos	Equipe dos CERs, RAPS, SMS	SMS

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Implementar programas de capacitação para profissionais da educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e demais áreas, focados nas melhores práticas de inclusão e acessibilidade	Programas de capacitação implementados	CCIS, CMDCA, CMPD, CMS, CT, equipamentos do SUS, escolas municipais e estaduais, profissionais que atuam em serviços de cultura, esporte e lazer, RAPS, rede socioassistencial, SMC, SME, SMEL e SMS	SMS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Criar cursos especializados para formação de cuidadores e assistentes que atendam diretamente crianças e adolescentes com deficiência, garantindo um acompanhamento qualificado	Cursos criados e realizados periodicamente	CCIS, CMDCA, CMPD, CMS, CT, equipamentos do SUS, escolas municipais e estaduais, profissionais que atuam em serviços de cultura, esporte e lazer, RAPS, rede socioassistencial, SMC, SME, SMEL e SMS	SMS
Médio prazo (3 anos)	Mobilização, articulação e participação	Realizar campanha informativa sobre inclusão e rede de atendimento a crianças e adolescentes com deficiência no município	Campanha realizada	CCIS, CC, CMDCA, CMPD, CMS, SEPLAG e SMS	CC, CMS e SMS
Longo prazo (5 anos)	Atendimento	Disponibilizar acompanhamento psicossocial, preferencialmente nos CERs, para as famílias de crianças e adolescentes com deficiência, promovendo o fortalecimento emocional e a orientação adequada para o manejo de suas necessidades	Atendimento psicossocial disponibilizado às famílias de crianças e adolescentes com deficiência	Equipe dos CERs, RAPS, SMS	SMS



Objetivo

Garantia do cuidado integral à saúde de adolescentes e jovens em serviços ambulatoriais do Sistema Único de Saúde (SUS)

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Implantar Linha de Cuidado para Adolescentes e Juventudes no SUS	Linha de Cuidado implantada	CMS e SMS	CMS e SMS
Longo prazo (5 anos)	Atendimento	Realizar uma formação para os serviços de saúde envolvidos na Linha de Cuidado para Adolescentes e Juventudes, com pactuação de fluxo e atribuições	Formação realizada, com pactuação de fluxos e atribuições	Equipamentos do SUS, SMS	SMS



Objetivo

Ampliação e fortalecimento da oferta de atendimento na RAPS para crianças e adolescentes em situação de uso e/ou abuso de substâncias psicoativas

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Garantir atendimento da política de saúde mental a crianças e adolescentes em situação de uso e/ou abuso de substâncias psicoativas, incluindo público em situação de rua, situação de acolhimento ou em cumprimento de medidas socioeducativa	Atendimento garantido a crianças e adolescentes em situação de uso e/ou abuso de substâncias psicoativas	SMS, SEMAS, Serviços de Acolhimento	SMS
Médio prazo (3 anos)	Mobilização, articulação e participação	Realizar ações de prevenção e promoção de saúde para crianças e adolescentes referente a abuso e dependência de álcool e outras drogas na rede de saúde em parceria com as redes de educação e de assistência social	Estratégias de prevenção realizadas	CC, CMDCA, CMS, COMAD, RAPS, rede socioassistencial, SEMAS, SED, SME e SMS	CMS e SMS
Contínuo	Mobilização, articulação e participação	Realizar campanhas preventivas ao uso e abuso de substâncias psicoativas	Campanhas preventivas realizadas	CC, CMDCA, CMS, COMAD, RAPS, rede socioassistencial, SEMAS, SME e SMS	COMAD



Objetivo

Promoção dos direitos sexuais e reprodutivos

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Garantir orientação e oferta de diferentes métodos contraceptivos àqueles que desejarem	Pessoas orientadas com acesso à contraceptivos	CC, CMS, COMMULHER e SMS	CC, CMS, COMMULHER e SMS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Lançar edital para seleção de coletivos de mulheres e LGBTQ+ para realização de diagnóstico, formação para profissionais e realização de rodas de conversa nos SAICAs, República Jovem e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos sobre gênero, sexualidade e direitos sexuais e reprodutivos	Edital lançado e coletivo contratado	CC, CMDCA, CMS, coletivos de mulheres e LGBTQIA+, COMMULHER, SEMAS e SMS	CMDCA
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Fortalecer ações que fomentem à promoção dos direitos sexuais e reprodutivos inclusive com equidade de gênero, conduzindo, assim, ao exercício seguro da sexualidade e ao planejamento familiar	Adolescentes atendidos acolhidos em suas dúvidas e cientes de seus direitos	CMDCA, CMS, COMAD, COMMULHER, RAPS, rede socioassistencial, SEMAS, SED, SME e SMS	SMS

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Médio prazo (3 anos)	Mobilização, articulação e participação	Realizar campanhas para promoção dos direitos sexuais e reprodutivos inclusive com equidade de gênero e incluindo às necessidades de orientação da adolescência, conduzindo, assim, ao exercício seguro da sexualidade e ao planejamento familiar	Campanhas realizadas	CC, CMDCA, CMS, COMMULHER e SMS	CC, CMS, COMMULHER e SMS
Longo prazo (5 anos)	Atendimento	Criar e Implementar Linha de Cuidado com foco na saúde sexual e prevenção de IST's e gravidez na adolescência	Linha de Cuidado criada e implementada	SMS	SMS



Objetivo

Garantia de assistência ao Pré-Natal, parto, puerpério, nascimento e acompanhamento nos dois primeiros anos

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Garantir o acompanhamento dos bebês desde o nascimento com equipe responsável por estabelecer o primeiro laço e monitoramento de vacinas, peso e desenvolvimento	100% dos bebês acompanhados por equipe de saúde	CMDCA, CMPI, CMS, COMMULHER, rede socioassistencial, SEMAS e SMS	SMS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Implantar um programa de capacitação de mulheres da comunidade para os cuidados com os recém nascidos e puérperas com destinação de remuneração a essas mulheres	Programa implantado	CMDCA, CMPI, CMS, COMMULHER, SMS e SMDES	CMS, COMMULHER e SMS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Fortalecer e apoiar ações de prevenção à gravidez na adolescência e atendimento integral e articulado com sistema de garantia de direitos às adolescentes gestantes	Redução de adolescentes gestantes; 100 % das adolescentes gestantes acompanhadas	CMDCA, CMPI, CMS, COMMULHER, rede socioassistencial, SEMAS e SMS	SMS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Implantar maternidade municipal garantindo atendimento integral à mulher, à proteção contra violência obstétrica e violência sexual e ao direito ao aborto legal	Maternidade municipal implantada e em funcionamento de acordo com as premissas apontadas	CMDCA, CMPI, CMS, COMMULHER, DRS, SESSP e SMS	CMS, COMMULHER, DRS, SESSP e SMS



Objetivo

Garantia de atendimento especializado e integral às vítimas de violência sexual no município

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Garantir atendimento psicossocial e jurídico para devidas providências de responsabilização do agressor na unidade de referência, visando a qualificação e especialização do atendimento e superação de práticas revitimizadoras, incluindo a peregrinação pelos serviços	Atendimento psicossocial e jurídico garantido e revitimização dos casos evitados	CMS, COMMULHER, SMS, SESSP, SUSP e Vigilância em Saúde	SMS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Estabelecer uma interlocução entre UAPS II e Criadundo	Interlocução estabelecida	Equipes Criadundo e UAPS II, SEMAS e SMS	SEMAS e SMS
Médio prazo (3 anos)	Mobilização, articulação e participação	Publicizar fluxo de atendimento para crianças e mulheres vítimas de violência sexual, garantindo escuta e orientações adequadas	Fluxo de atendimento publicizado e profissionais cientes dos procedimentos e orientações adequados	CAM, CC, CMS, CT, COMMULHER, DPESP, patrulha maria da Penha, SEMAS, Serviço de Acolhimento Institucional Sigiloso para Mulheres em Situação de Violência Doméstica com Risco Iminente de Morte, Serviços de Acolhimento, SME, SMS, SUAS, SUS e SUSP	CC e SMS
Longo prazo (5 anos)	Atendimento	Implantar Centro de Atendimento Especializado em Violência Sexual e Acesso ao Abortamento Legal como serviço de referência para atendimento médico emergencial e legal em um único espaço, preferencialmente na maternidade municipal, com equipe multiprofissional (serviço social, psicologia, ginecologia, proctologia, enfermagem, pediatria e infectologia)	Centro de atendimento especializado em violência sexual e acesso ao abortamento legal e perícia médico legal no serviço de saúde de referência implantado e em funcionamento	CMS, COMMULHER, SMS, SESSP, SUSP e Vigilância em saúde	CMS, COMMULHER, SESSP e SMS



Objetivo

Atendimento especializado a mulheres e gestantes com intuito de encaminhar o nascituro para adoção

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Elaborar fluxos de atendimento para mulheres gestantes com intenção de encaminhar o nascituro para adoção	Fluxo elaborado e em funcionamento	160 Alô mãe, COMMULHER, CMS, COMAS, CT, Hospitais e maternidades, Mãe Mogiana, SCMMC, SEMAS, SMS, UBS, USF e VIJ	SMS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Capacitar as equipes de saúde para acolhimento, escuta e atendimento de mulheres gestantes com intenção de encaminhar o nascituro para adoção, bem como das disposições legais sobre o tema	Capacitação realizada	160 Alô mãe, COMMULHER, CMS, COMAS, CT, Hospitais e maternidades, Mãe Mogiana, SCMMC, SEMAS, SMS, UBS, USF e VIJ	SMS



Objetivo

Aprimoramento dos procedimentos de comunicação às autoridades competentes e encaminhamento dos casos de violação de direitos de crianças e adolescentes nos estabelecimentos de educação básica e saúde, conforme previsto no ECA

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Articular e garantir o envolvimento dos Agentes Comunitários de Saúde no processo de identificação de famílias com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, trabalho infantil e/ou com direitos violados	Agentes Comunitários de Saúde envolvidos no processo de identificação de crianças e adolescentes com direitos violados	CMDCA, CT, escolas municipais e estaduais, PETI, rede socioassistencial, SEMAS, SME, SMS e UBS	SMS
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Aprimorar os procedimentos de comunicação às autoridades competentes dos casos de violação de direitos de crianças e adolescentes nos estabelecimentos de saúde	Violações notificadas e casos encaminhados em articulação com a rede socioassistencial	CMDCA, CT, equipamentos do SUS, PETI, SEMAS, SME e SMS	SMS

Área temática

Educação



Objetivo

Fortalecimento da rede escolar municipal como participante ativa da rede de garantia de direitos de crianças e adolescentes

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Mobilização, articulação e participação	Promover a participação dos diretores e coordenadores das escolas municipais nos encontros dos GILs (Grupo Intersetorial Local) dos territórios	Professores, gestores escolares e psicólogos presentes e participando dos encontros dos GILs nos territórios	CRAS, CREAS, CT, escolas, SCFV, UBS e outros serviços do território	SME
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Promover a participação de coordenadores e diretores da rede municipal nos encontros para pactuação e discussão dos PIAs das crianças e adolescentes em situação de acolhimento ou em cumprimento de medida socioeducativa	Diretores e coordenadores da rede municipal participando dos encontros para discussão e pactuação do PIA de crianças e adolescentes em situação de acolhimento ou em cumprimento de medida socioeducativa	CREAS, SAICA, SME e SMSE-MA	SEMAS e SME
Médio prazo (3 anos)	Mobilização, articulação e participação	Estabelecer um fluxo de interlocução entre a SEMAS, SME e SMS do município	Fluxo de interlocução entre SEMAS, SME e SMS estabelecido	SEMAS, SME e SMS	SME



Objetivo

Fortalecimento da rede escolar estadual como participante ativa da rede de garantia de direitos de crianças e adolescentes

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Sensibilizar e promover a participação de professores e coordenadores da rede estadual nos encontros para pactuação e discussão dos PIAs das crianças e adolescentes acolhidos ou em cumprimento de medida socioeducativa	Professores e coordenadores participando dos encontros para discussão e pactuação do PIA de crianças e adolescentes em situação de acolhimento ou em cumprimento de medida	CREAS, DRE, SAICA e SMSE-MA	DRE e SEMAS

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Médio prazo (3 anos)	Mobilização, articulação e participação	Estabelecer um canal de comunicação formal para discussão de situações específicas (casos, etc) e reuniões semestrais entre a rede de garantia de direitos das crianças e adolescentes e a rede de Educação Estadual	Comunicação estabelecida e reuniões realizadas semestralmente entre os diversos atores da rede de garantia de direitos das crianças e adolescentes, incluindo rede de Educação	DRE e SGDCA	DRE
Médio prazo (3 anos)	Mobilização, articulação e participação	Conhecer os fluxos e protocolos de interlocução entre a DRE, SEMAS e SMS do município já estabelecidos e abrir articulação para possíveis alterações	Fluxo de interlocução entre a DRE, SEMAS e SMS estabelecido e em uso	CMDCA, DRE, MP, SEMAS e SMS	CMDCA, DRE, MP, SEMAS e SMS
Médio prazo (3 anos)	Mobilização, articulação e participação	Criar um fluxo e protocolos entre escolas estaduais e demais serviços da rede para discussão e intervenção em caso de discriminação, violência ou outros conflitos dentro do ambiente escolar	Fluxo e protocolos criados e em uso	CMDCA, CGC, DRE, MP, SEMAS e SMS	CMDCA, CGC, DRE, MP, SEMAS e SMS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Oferecer formação sobre convivência envolvendo escolas e serviços de outras secretarias, favorecendo a diversidade e heterogeneidade dos serviços da rede em cada turma	Formação sobre convivência oferecida	DRE, SMC e SMEL	SME
Contínuo	Atendimento	Reuniões de apresentação dos SAICAs, SFA e SMSE-MA nas escolas (para docentes, coordenadores/as pedagógicos/as, psicólogos/as e diretores/as), municipais e estaduais, sobre a natureza e objetivos de cada serviço	Reuniões realizadas anualmente	DRE, SAICA, SEMAS, SFA e SMSE-MA	SEMAS e DRE



Objetivo

Fortalecimento das escolas municipais e estaduais como espaços promotores de convivência e fortalecimento comunitário no território

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Viabilizar a abertura de escolas aos finais de semana, quando possível e em parceria com a comunidade, principalmente nos territórios de maior vulnerabilidade, com programação específica voltada a Cultura, Esportes e Lazer e organizada a partir das demandas do território	Escolas abertas aos finais de semana, com oferta de atividades diversas	DRE, SMC, SME e SMEL	SME
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Realizar atividades e práticas extra muros, que propiciem circulações e explorações pelo território do município (rede de serviços, cartografias de bairros, espaços culturais, etc), a partir do conceito de Cidade Educadora	Atividades pedagógicas extramuros sendo realizadas com crianças e adolescentes	DRE e SME	DRE e SME

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Desenvolver parceria e iniciativas conjuntas entre a SMAPA e o departamento pedagógico da SME, promovendo a ecoeducação e a participação cidadã nas escolas	Iniciativas conjuntas realizadas	SMAPA e SME	SMAPA e SME
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Promover projetos educacionais que possam ser concretizados em ações no município, integrando a sala de aula com espaço público (por exemplo: criação de horta comunitária, parceria com SMAPA para plantio de árvores etc)	Projetos concretizados e publicizados	SMAPA e SME	SMAPA e SME



Objetivo

Fortalecimento do papel protetivo da escola na prevenção às violências sexuais e de gênero

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Médio prazo (3 anos)	Mobilização, articulação e participação	Construir um fluxo interno e protocolos para identificação, acolhimento e atendimento (para estudantes, docentes, funcionários, familiares, etc) para situações que envolvam discriminação e violência de gênero originadas dentro do espaço escolar	Fluxo e protocolos criados e em uso	CGC, CMDCA, DRE, SEMAS e SME	CGC, CMDCA, DRE e SME
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Oferecer formação que possibilite aos educadores identificar situações de vulnerabilidade ou violência vividas, acolhendo os estudantes e acionando a rede para discussão e encaminhamentos	Formação realizada	CGC, DRE e SME	DRE e SME
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Ofertar aos estudantes espaços pedagógicos de escuta, reflexão e promoção de auto cuidado, informação sobre sexualidade, consentimento e gênero	Estudantes mais bem informados sobre sexualidade, consentimento e gênero	DRE e SME	DRE e SME



Objetivo

Garantia dos recursos necessários para acesso, permanência e inclusão na escola para crianças e adolescentes com deficiência física ou intelectual em uma perspectiva inclusiva

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Divulgar e ampliar acesso a programas de capacitação contínua em Libras (Língua Brasileira de Sinais) para profissionais da saúde e educação, assim como para familiares de crianças e adolescentes com deficiência auditiva	Acesso a programas de capacitação contínua em Libras ampliado a profissionais e familiares	DRE, EGG e SME	EGG
Médio prazo (3 anos)	Análise da situação e sistemas de informação	Levantar e sistematizar principais dificuldades enfrentadas na inclusão e escolarização de crianças e adolescentes que possuem deficiência física e intelectual	Levantamento e sistematização realizados	AACD, CMPD, COPED, DRE, SME, SMEL e SMS	CMPD, DRE e SME
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Garantir veículos adaptados para transporte escolar de crianças e adolescentes com deficiência	Transporte escolar em veículos adaptados garantidos	CMPD, COPED, DRE, SME, SMS e SMMU	CMPD, DRE e SME
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Promover formação sobre saúde mental à luz dos princípios da luta antimanicomial	Formação sobre saúde mental realizada	AACD, CMPD, COPED, DRE, SME, SMEL e SMS	DRE, SME e SMS
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Criar e viabilizar a utilização de salas de recursos multifuncionais nas escolas	Salas multifuncionais das escolas em uso	DRE e SME	DRE e SME
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Garantir o acesso a tecnologias assistivas e recursos digitais (como computadores adaptados, softwares de leitura de tela e dispositivos de ampliação sonora) para facilitar o aprendizado e a comunicação de crianças e adolescentes com deficiência	Recursos digitais e tecnologias assistivas disponíveis para o aprendizado de crianças e adolescentes	DRE e SME	DRE e SME
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Possibilitar o acesso gratuito a tecnologias assistivas e recursos digitais (como computadores adaptados, softwares de leitura de tela e dispositivos de ampliação sonora) para as famílias que não possuem condições de adquiri-los por conta própria	Recursos digitais e tecnologias assistivas disponíveis para apoiar familiares e responsáveis por crianças e adolescentes com deficiência física e intelectual	DRE e SME	DRE e SME
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Ampliar a equipe de itinerância, (profissionais especializados do Pró-Escolar) para atendimento a estudantes com deficiência	Equipe de itinerância ampliada	DRE e SME	DRE e SME
Médio prazo (3 anos)	Mobilização, articulação e participação	Fortalecer a ação em rede entre escolas e serviços de saúde, a fim de promover uma inclusão eficaz, com apoio técnico contínuo para professores e equipe pedagógica	Ação em rede fortalecida entre escolas e serviços de saúde	DRE, SME e SMS	DRE, SME e SMS

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Médio prazo (3 anos)	Análise da situação e sistemas de informação	Levantar e disseminar as iniciativas e boas práticas de inclusão e escolarização de crianças e adolescentes com deficiência intelectual	Boas práticas de inclusão mapeadas e disseminadas	AACD, CMPD, COPED, DRE, SME, SMEL e SMS	DRE e SME
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Elaborar e implementar, junto às SME e DRE, um Plano de Ação para garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de crianças e adolescentes em situação de acolhimento ou medida socioeducativa com deficiência intelectual	Plano de Ação elaborado e implementado	AACD, CMPD, COPED, DRE, SME, SMEL e SMS	DRE e SME
Médio prazo (3 anos)	Mobilização, articulação e participação	Estabelecer um fluxo de discussão de casos específicos para questões de deficiência física e intelectual entre serviços da assistência social, serviços de acolhimento, medida socioeducativa, rede de saúde e escolas	Fluxo de discussão de casos de deficiência física e mental estabelecido e em andamento	AACD, CMPD, COPED, DRE, SME, SMEL e SMS	DRE e SME
Longo prazo (5 anos)	Atendimento	Garantir a adaptação de todas as escolas municipais para receber crianças e adolescentes com deficiência, incluindo acessibilidade física (rampas, elevadores, banheiros adaptados) e pedagógica (material didático adaptado, tecnologias assistivas)	Escolas municipais adaptadas para receber crianças e adolescentes com deficiência	CMPD, COPED, DRE, SME e SMIU	CMPD, DRE e SME



Objetivo

Fortalecimento das escolas como espaço de promoção à convivência entre estudantes, docentes e funcionários e atuantes na prevenção de situações discriminatórias e de bullying

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Promover atividades intergeracionais que integrem os estudantes da escola, favorecendo a construção de outros vínculos entre eles	Atividades intergeracionais promovidas	DRE e SME	DRE e SME
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Realizar formação para equipe escolar sobre discriminação, violações e violências incluindo um recorte de gênero e cor	Formação sobre discriminação e violência realizada	CGC, CT, DRE, GCM, e SME	DRE e SME
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Realizar ações destinadas a promover e debater sobre convivência a partir de situações vividas pelos estudantes	Debates sobre situações de convivência vividas pelos estudantes sendo realizados	DRE e SME	DRE e SME
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Construir um fluxo interno e protocolos para identificação, acolhimento e atendimento (para estudantes, docentes, funcionários, familiares, etc) para acontecimentos que envolvam discriminação e violências originadas dentro do espaço escolar	Fluxo e protocolos criados e em uso	CGC, CT, DRE, GCM, e SME	DRE e SME
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Retomar projetos de mediação nas escolas	Projetos de mediação nas escolas realizados	DRE, SME e MPSP	DRE e SME



Objetivo

Garantia de vagas na Educação Infantil

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Priorizar o acesso à educação infantil a famílias monoparentais femininas, de acordo com o Índice de Necessidades de Creches, desenvolvido pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal	Maior número de crianças de famílias monoparentais em creches	SME	SME
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Fomentar a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência desde a primeira infância, garantindo o acesso a creches e programas de estimulação precoce adaptados às suas necessidades	Acesso a creche e aos programas de estimulação precoce garantidos	SME	SME



Objetivo

Diminuição do índice de evasão escolar, em especial no Ensino Médio, na educação estadual e em relação à públicos mais vulneráveis

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Análise da situação e sistemas de informação	Realizar anualmente avaliação do ambiente escolar com estudantes e familiares para conhecer a perspectiva deles sobre os desafios e potências que encontram em suas escolas	Avaliação do ambiente escolar realizada anualmente	DRE e SME	DRE e SME
Médio prazo (3 anos)	Análise da situação e sistemas de informação	Elaborar estudo para analisar e entender os motivos que levam crianças e adolescentes à infrequência, abandono e evasão escolar; estruturar encaminhamentos; garantir escuta dos estudantes e seus familiares nesse processo	Motivos para a evasão escolar mapeados e encaminhamentos desenhados	DRE e SME	DRE e SME
Médio prazo (3 anos)	Mobilização, articulação e participação	Criar um GT envolvendo rede socioassistencial e representantes da rede escolar estadual, para trabalhar na diminuição dos índices de evasão no Ensino Médio	GT instituído e ativo	CMDCA, DRE, MPSP, NAT, SEMAS e SME	MPSP
Médio prazo (3 anos)	Mobilização, articulação e participação	Criação de Procedimento Administrativo de Acompanhamento (PAA), de âmbito do MPSP, com vistas ao acompanhamento de medidas que visem à diminuição dos índices de evasão no Ensino Médio, que seja composto por estratégias diversas de acompanhamento, inclusive por meio de diálogos com os atores citados e com participação da assessoria técnica do NAT	PAA instituído	CMDCA, DRE, MPSP, NAT, SEMAS e SME	MPSP
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Criar / reformular estratégias de busca ativa articuladas com a rede intersetorial local	Estratégias de busca ativa criadas / reformuladas	DRE e SME	DRE e SME
Médio prazo (3 anos)	Mobilização, articulação e participação	Estabelecer fluxo e protocolos de comunicação entre diferentes atores da rede (CT, serviços de Assistência Social e Saúde) para os casos de infrequência e evasão escolar	Fluxo e protocolos criados e em uso	CMDCA, CT, DRE, SEMAS, SME e SMS	CMDCA, DRE, SME e SMS



Objetivo

Fortalecimento das escolas como espaços promotores de convivência e fortalecimento de vínculos familiares

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Elencar um profissional de referência por período nas escolas estaduais e municipais para receber os familiares e encaminhar suas demandas	Um profissional de referência por período por escola para as famílias	DRE e SME	DRE e SME
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Ampliar a presença e a participação de familiares - considerando família estendida - em atividades escolares	Maior número de familiares presentes e participantes de ações nas escolas	DRE, Estudantes e SME	DRE e SME



Objetivo

Promoção do protagonismo e da participação das crianças e adolescentes em decisões sobre o cotidiano da escola e suas atividades

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Fomentar a criação de grêmios estudantis como estratégia de participação	Grêmios escolares constituídos	DRE, Estudantes e SME	DRE e SME
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Oferecer formação para professores e gestores escolares sobre estratégias de escuta e participação	Formação realizada	DRE e SME	DRE e SME
Contínuo	Atendimento	Realizar assembleias / rodas de conversa / espaços de escuta para discussão e deliberação sobre planejamento de atividades e situações vividas na escola	Assembleias / rodas de conversa / espaços de escuta realizados periodicamente	DRE, Estudantes e SME	DRE e SME



Objetivo

Promoção do acesso à Educação Superior e à cursos de formação profissional

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Médio prazo (3 anos)	Mobilização, articulação e participação	Estabelecer parcerias visando o acesso a programas preparatórios para o vestibular, cursos do Crescer, SENAI e ETEC	Parcerias realizadas	DRE e SMDES	DRE
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Fomentar a integração da Educação de Jovens e Adultos com a formação profissional inicial, em cursos planejados considerando a demanda dos mesmos, inclusive na modalidade de Educação à Distância	Cursos de formação profissional inicial ofertados a partir do interesse de jovens e adultos em articulação com EJA	SME	SME



Objetivo

Fortalecimento e ampliação de relações de parceria e cooperação entre a Universidade de Mogi das Cruzes e a SEMAS

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Mobilização, articulação e participação	Criar um GT com a finalidade de elaborar um Termo de Parceria entre SEMAS e UMC, contemplando ações de ensino, pesquisa e extensão universitária	GT elaborado, Termo de Parceria firmado	GTSUAS, NUMEP e UMC	SEMAS
Contínuo	Mobilização, articulação e participação	Realizar ampla divulgação e fomentar a participação de usuários e trabalhadores da Assistência Social em visitas guiadas na Universidade, grupos de orientação profissional, atendimento grupais ligados à saúde do trabalhadores, entre outros atendimentos ofertados na clínica escola	Ampla divulgação realizada; maior participação e trabalhadores e usuários em ações da Universidade	GTSUAS, NUMEP e UMC	UMC



Objetivo

Garantia de cuidados ligados à saúde no cotidiano escolar

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Contratar técnico de enfermagem para compor equipe e ser responsável pela medicação dos alunos (bombinha, psiquiátrico, insulina)	Técnico de enfermagem contratado como parte da equipe escolar	SME	SME

Cultura, Esportes e Lazer



Objetivo

Fortalecimento e integração das políticas de Cultura, Esportes e Lazer junto ao SGDCA

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Mobilização, articulação e participação	Promover a participação de trabalhadores da gestão e/ou de equipamentos de Cultura, Esportes e Lazer nas reuniões intersetoriais locais, em todas as microrregiões de Mogi das Cruzes	Profissionais da Cultura, Esportes e Lazer do município participando de reuniões intersetoriais locais	Trabalhadores da gestão e/ou equipamentos de cultura, esportes e lazer e atores do SGDCA	SMC e SMEL
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Produção de materiais em parceria entre SEMAS, SMC e Escola de Governo sobre Manejo e Conceituação em Saúde Mental e os Impactos da violência na saúde e desenvolvimento integral e a atenção a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.	Materiais produzidos	SEMAS, SMC, Escola de Governo	SEMAS, SMC, Escola de Governo



Objetivo

Articulação das iniciativas de Cultura, Esportes e Lazer às políticas públicas intersetoriais locais

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Construir projetos em articulação com escolas e SCFV para viabilizar a participação de crianças, adolescentes e jovens (incluindo primeira infância e públicos mais vulneráveis como em situação de acolhimento, medidas socioeducativas e PCD) na organização das atividades dos eventos culturais do município (festival de culturas pretas, festival Sertanejo e Circo Corredor, por exemplo) ao longo do ano	Crianças, adolescentes e jovens participantes da organização de eventos do município	Trabalhadores da gestão e/ou equipamentos de cultura, esportes e lazer e atores do SGDCA	SMC e SMEL



Objetivo

Fomento à produção cultural local como meio de fortalecer a diversidade cultural e a convivência familiar e comunitária no município

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Ampliar editais de Cultura para a contratação de oficineiros e artistas para realização de atividades culturais e de iniciação artística para crianças e adolescentes	Oficineiros e artistas contratados	SMC	SMC
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Criar editais de cultura voltados a fomentar e fortalecer coletivos e iniciativas culturais já existentes no município, valorizando a diversidade e a relação com a comunidade	Coletivos e iniciativas culturais existentes fortalecidos por meio de editais	SMC	SMC
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Criar concursos culturais envolvendo diferentes linguagens artísticas (curta-metragens, música, artes visuais, literatura, etc) voltado às diversas faixas etárias, dando visibilidade à diversidade de pessoas e culturas no município	Concurso lançado e efetivado anualmente	SMC	SMC



Objetivo

Fomento ao esporte como meio para fortalecer a convivência familiar e comunitária no município

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Implementar ruas de lazer, com o fechamento de vias públicas ao tráfego de veículos por um período de tempo para caminhada, prática de ciclismo e espaços de brincar temporários	Ruas de lazer implementadas	SMEL	SMEL
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Ofertar atividades esportivas para crianças, adolescentes e seus familiares em parques, praças, quadras e outros equipamentos públicos no período de férias escolares	Atividades esportivas realizadas nos períodos de férias escolares	SMEL	SMEL
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Criar editais voltados a fomentar e fortalecer coletivos e iniciativas de esporte já existentes no município, valorizando a diversidade e a relação com a comunidade	Coletivos e iniciativas esportivas já existentes fortalecidas por meio de editais	SMEL	SMEL
Longo prazo (5 anos)	Atendimento	Ampliar e diversificar oferta de atividades esportivas, priorizando territórios vulneráveis	Maior oferta de atividades esportivas nos territórios vulneráveis	SMEL	SMEL



Objetivo

Garantia de inclusão e acessibilidade à cultura, lazer e esporte

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Análise da situação e sistemas de informação	Realizar estudo de principais demandas relacionadas aos desafios de acessibilidade e inclusão para crianças, adolescentes e seus familiares a espaços e equipamentos de cultura, lazer e esporte	Demandas de acessibilidade mapeadas	COPED, SMIU e SMC	COPED e SMIU
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Investir em equipamentos e promoção de atividades de cultura, esportes e lazer nos territórios com identificação de presença do tráfico de drogas de forma a promover a convivência comunitária dos adolescentes e prevenir o envolvimento em atos infracionais	Atividades de esporte, cultura e lazer mais presente em territórios com a identificação da presença do tráfico de drogas	SMC e SMEL	SMC e SMEL
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Ofertar atividades culturais e esportivas voltadas a pessoas idosas e com perspectiva intergeracional	Atividades culturais e esportivas voltadas a pessoas idosas, com perspectiva intergeracional	SMC e SMEL	SMC e SMEL
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Estabelecer protocolos para a disponibilização de intérpretes em eventos e atividades de cultura, esportes e lazer, promovendo a plena participação de crianças e adolescentes com deficiência auditiva	Equipamentos e eventos culturais e esportivos acessíveis para pessoas com deficiência auditiva	COPED e SMC	COPED e SMC
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Implementar iniciativas para que eventos comunitários e atividades culturais e esportivas sejam inclusivos e acessíveis a todas as crianças e adolescentes, independentemente de suas deficiências	Eventos comunitários e atividades culturais e esportivas inclusivas	COPED e SMC	SMC
Longo prazo (5 anos)	Atendimento	Garantir acessibilidade aos serviços públicos e atividades culturais e esportivas por meio da construção de rampas, manutenção das cadeiras elevatórias, aparelhos de audiodescrição, audioguias e videoguias, além das obras a serem planejadas quanto ao acesso da rua para a calçada	Serviços e equipamentos esportivos, culturais e de lazer acessíveis	COPED, SMIU e SMC	COPED e SMC



Objetivo

Ampliação do acesso e utilização de equipamentos públicos para fins de cultura, esportes e lazer

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Oferecer visitas monitoradas a crianças, adolescentes e suas famílias em situação de vulnerabilidade social para conhecerem equipamentos públicos culturais do município, a dinâmica e trabalho e as atividades desenvolvidas nesses espaços	Crianças, adolescentes e famílias apropriadas dos equipamentos públicos culturais da cidade	CRAS, CREAS, SAICA, SMC, SMEL e SCFV	SMC e SMEL
Curto prazo (1 ano)	Marcos regulatórios e normativos	Assegurar gratuidade a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e responsáveis em atividades culturais e espetáculos realizados nos equipamentos públicos culturais do município	Crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade social com acesso gratuito a atividades e espetáculos realizados em equipamentos públicos culturais do município	SMC	SMC
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Ofertar atividades diversificadas de cultura, esportes e lazer em espaços públicos (como escolas, SCFV, praças, quadras esportivas, etc) em áreas periféricas da cidade, aos finais de semana e período noturno	Atividades de cultura, esportes e lazer ofertadas com regularidade em todos os territórios	SMC e SMEL	SMC e SMEL
Médio prazo (3 anos)	Análise da situação e sistemas de informação	Mapear entraves e facilitar processos burocráticos de acesso e utilização dos centros de Cultura, Esportes e Lazer do município	Acesso e utilização de centros de esporte, cultura e lazer facilitados	SMC e SMEL	SMC e SMEL
Longo prazo (5 anos)	Atendimento	Criar pelo menos três pontos de cultura nos territórios mais afastados e vulneráveis, que não tenham CEU	Pelo menos três pontos de cultura criados em territórios mais afastados e vulneráveis, que não tenham CEU	SMC e SEPLAG	SMC

**Objetivo**

Garantia do direito à moradia, favorecendo a convivência familiar e comunitária e considerando os públicos prioritários da Assistência Social

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Análise da situação e sistemas de informação	Realizar estudo junto à SEMAS para entender as principais demandas e desafios latentes em relação à habitação na prevenção e proteção de vulnerabilidades e violações de direito e construir um plano de ação a ser implementado	Demandas relacionadas à habitação mapeadas e plano de ação implementado e compartilhado com a rede socioassistencial	COMAS, IR-SAS, rede socioassistencial, SEMAS e SMHSRF	SMHSRF
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Priorizar mulheres em situação de violência doméstica na oferta de aluguel social e programas habitacionais, criando programas e fluxo específico se necessário	Aluguel social e programas habitacionais ofertados prioritariamente para mulheres em situação de violência doméstica	SEMAS e SMHSRF	SMHSRF
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Implantar Programa de Auxílio Aluguel voltado para jovens egressos de acolhimento, gestantes e famílias em situação de rua e famílias sem moradia com crianças e adolescentes com medida de acolhimento, buscando prevenir o agravamento de condições sociais violadoras	Programa Auxílio Aluguel implantado para jovens egressos de acolhimento, gestantes, famílias em situação de rua e famílias sem moradia com crianças e adolescentes em situação de acolhimento	SEMAS e SMHSRF	SMHSRF
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Priorizar a inclusão de jovens egressos de acolhimento, gestantes e famílias em situação de rua e famílias com crianças e adolescentes em situação de acolhimento nos programas habitacionais existentes	Programas habitacionais ofertados prioritariamente para jovens egressos de acolhimento, gestantes e famílias em situação de rua e famílias com crianças e adolescentes em situação de acolhimento	Centro POP, CRAS, CREAS, CT, CREAS, Delegacia da Mulher, Patrulha Maria da Penha, SEASCA, SEMAS, Serviço de Acolhimento Institucional Sigiloso para Mulheres em Situação de Violência Doméstica com Risco Iminente de Morte, Serviços de Acolhimento e SMHSRF	SEMAS e SMHSRF

Planejamento urbano e meio ambiente



Objetivo

Garantia de acessibilidade e mobilidade

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Recuperar e adaptar calçadas no entorno de escolas, unidades de saúde e outros equipamentos públicos; construir rampas de acesso aos mesmos	Serviços públicos acessíveis	CMPD, COPED, SMIU e SMPU	CMPD e SMPU
Médio prazo (3 anos)	Marcos regulatórios e normativos	Implementar gratuidade de transporte público no município aos finais de semana, priorizando públicos mais vulneráveis	Públicos mais vulneráveis com transporte gratuito aos finais de semana	SMMU	SMMU
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Criar um serviço de transporte público adaptado e gratuito, voltado para o deslocamento de crianças e adolescentes com deficiência para escolas, centros de saúde, atividades comunitárias e tratamentos terapêuticos	Serviço de transporte público gratuito e adaptado implementado	CMPD, COPED, SMMU e SMPU	CMPD, SMMU e SMPU
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Assegurar a presença de tradutores e intérpretes de Libras em serviços públicos essenciais, como hospitais, escolas e centros comunitários, para garantir que crianças e adolescentes com deficiência auditiva recebam atendimento adequado	Presença de tradutores e intérpretes de Libras em serviços públicos essenciais assegurada	CMPD e COPED	COPED
Médio prazo (3 anos)	Análise da situação e sistemas de informação	Realizar diagnóstico sobre desafios de acesso aos serviços relacionados ao transporte público, para proposição de ações	Diagnóstico sobre desafios de acesso aos serviços relacionados ao transporte público mapeados, com propostas de ações	SMMU	SMMU
Longo prazo (5 anos)	Atendimento	Implementar ações a partir do estudo diagnóstico dos desafios de acesso aos serviços	Ações implementadas	CMPD, COPED, SMIU, SMMU e SMPU	CMPD, SMMU e SMPU
Longo prazo (5 anos)	Atendimento	Adaptar todos os espaços públicos utilizados por crianças e adolescentes (praças, parques, centros comunitários, bibliotecas, etc) para que sejam acessíveis a crianças e adolescentes com deficiência, incluindo a instalação de brinquedos adaptados e rampas de acesso	Espaços públicos adaptados a crianças e adolescentes com deficiência	CMPD, COPED, SMIU, SMMU e SMPU	CMPD e SMIU
Longo prazo (5 anos)	Atendimento	Implementar Plano de Mobilidade de Mogi das Cruzes para o sistema de circulação de pedestres, garantindo acessibilidade em calçadas e outros espaços destinados à circulação	Plano de Mobilidade de Mogi das Cruzes implementado	SMPU, SMIU, COPED	SMMU



Objetivo Participação de crianças e adolescentes no planejamento urbano da cidade

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Mobilização, articulação e participação	Promover estratégias de escuta e participação de crianças e adolescentes nas decisões sobre o planejamento urbano da cidade	Crianças e adolescentes participantes do planejamento urbano da cidade	CMDCA e SMPU	SMPU
Médio prazo (3 anos)	Marcos regulatórios e normativos	Elaborar regulamento do Comitê de Crianças para o Desenvolvimento Sustentável (CC-DUS), fomentando a participação em discussões de ações de projetos e planejamento urbano da cidade	Comitê de Crianças para o Desenvolvimento Sustentável regulamentado e em atividade	CMDCA, SME e SMPU	CMDCA
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Desenvolver mecanismos que garantam a participação ativa das crianças e adolescentes com deficiência em decisões que afetam suas vidas, respeitando sua capacidade de expressão e opinião e garantindo sua inclusão nos debates municipais	Crianças e adolescentes com deficiência participantes em ações de planejamento	CMDCA, CMPD e SMPU	SMPU



Objetivo Garantia de espaços de convivência na natureza para crianças, adolescentes, jovens e seus familiares

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Criar e revitalizar parques e praças com áreas destinadas ao brincar e à prática de esportes, principalmente em territórios mais vulneráveis	Parques e praças criados em territórios mais vulneráveis	SMAPA, SMEL e SMPU	SMAPA e SMPU
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Implementar espaços para brincar e áreas de convivência na natureza nos parques urbanos de Mogi das Cruzes que estão sob responsabilidade da Secretaria do Verde e Meio Ambiente	Espaços para brincar e áreas de convivência e lazer na natureza implementados	SMAPA	SMAPA

Conselho Tutelar



Objetivo

Identificação e sistematização de demandas de políticas públicas

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Garantir uso e preenchimento adequado do SIPIA- WEB e envio de relatório trimestral ao CMDCA	SIPIA- WEB preenchido para 100% dos atendimentos e relatórios enviados trimestralmente ao CMDCA	CT	CMDCA
Médio prazo (3 anos)	Mobilização, articulação e participação	Encaminhar às respectivas Secretarias sistematizações das demandas recebidas em cada Conselho Tutelar (vagas em creche e escola, saúde, etc), para contribuir com a construção e implementação de políticas públicas	Sistematização de demandas recebidas pelo CT encaminhadas às respectivas secretarias	CT, SEMAS, SME e SMS	CMDCA



Objetivo

Ampliação do diálogo e fortalecimento do trabalho em rede entre os conselheiros tutelares e os demais atores do SGDCA

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Mobilização, articulação e participação	Garantir a participação periódica dos conselheiros tutelares em reuniões de rede intersetorial local nos territórios onde os conselhos tutelares atuam	Conselheiros tutelares participantes das reuniões de rede intersetorial local dos territórios	CRAS, CREAS, CT, Casas de Cultura, escolas, SCFV, UBS e outros serviços do território	CT
Curto prazo (1 ano)	Mobilização, articulação e participação	Garantir a participação dos conselheiros tutelares nos encontros de estudos diagnósticos em supervisão em rede	Conselheiros tutelares participantes dos encontros de estudos diagnósticos e supervisão em rede	CRAS, CREAS, CT, Casas de Cultura, escolas, SCFV, UBS e outros serviços do território	CT
Curto prazo (1 ano)	Mobilização, articulação e participação	Refinar e pactuar critérios para acolhimento de crianças e adolescentes junto aos SAICAs, CREAS e VIJ	Critérios para acolhimento pactuados	CT, CMDCA, SAICAs, Supervisão dos serviços e VIJ	SEMAS e VIJ
Curto prazo (1 ano)	Mobilização, articulação e participação	Realizar campanhas de divulgação sobre o papel do Conselho Tutelar para a população	População apropriada do papel do Conselho Tutelar	CMDCA, CC, CT e VIJ	CT e VIJ
Médio prazo (3 anos)	Mobilização, articulação e participação	Refinar e fortalecer os protocolos de encaminhamento para o Conselho Tutelar e os fluxos de devolutiva do conselho para a rede de SGDCA	Protocolos de encaminhamento e fluxos de devolutiva e implementados	CT, CRAS, escolas e UBS	CT



Objetivo Avaliação e monitoramento do trabalho dos Conselhos Tutelares

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Contratar consultoria externa para realizar uma avaliação dos Conselhos Tutelares, incluindo escuta com usuários e atores do SGDCA, e apoiar a elaboração um Plano de Ação e Metas para a gestão	Avaliação realizada; Plano de Ação e Metas construído e em andamento	CMDCA, CT e SGDCA	CMDCA
Contínuo	Atendimento	Ampliar as fiscalizações realizadas pelo MP nos Conselhos Tutelares	Fiscalizações realizadas	CMDCA, CT e MP	MP



Objetivo Aprimoramento da metodologia de trabalho dos Conselhos Tutelares junto ao SGDCA

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Mobilização, articulação e participação	Construir, formalizar e publicar a metodologia de trabalho do Conselho Tutelar para a rede	Metodologia construída e publicizada na rede	CT	SEMAS e CMDCA
Contínuo	Mobilização, articulação e participação	Fomentar a participação dos conselheiros tutelares em eventos, reuniões, seminários e conferências relacionadas ao direito à convivência familiar e comunitária	Participação dos conselheiros tutelares nos eventos	CT	CMDCA
Contínuo	Mobilização, articulação e participação	Realizar capacitação continuada para conselheiros tutelares com ênfase na convivência familiar e comunitária, visando ampliar a compreensão do SGDCA e a adequação de suas práticas aos princípios do ECA e do SUAS	Capacitação continuada realizada	CT	CMDCA

Área temática
Jurídico



Objetivo

Garantia da articulação, participação, qualidade e transparência das audiências concentradas

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Aprimorar a síntese das discussões de caso prévias às audiências, aprofundando conteúdos específicos no que tange à elucidação dos aspectos controversos entre as partes	Síntese das discussões de casos prévias aprimoradas; maior transparência aos aspectos técnicos analisados	DPESP, MP, rede socioassistencial, Serviços de Acolhimento, Supervisão dos serviços de acolhimento e VIJ	Defensoria, Supervisão dos acolhimentos e VIJ
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Garantir a escuta e a participação de crianças e adolescentes em situação de acolhimento nas audiências concentradas, considerando e dando suporte dentro das suas possibilidades e vontades e promovendo compreensão sobre o processo e decisões tomadas	Crianças e adolescentes esclarecidos e sentindo-se escutados no processo de tomada de decisão sobre a medida de acolhimento	CT, Serviços de Acolhimento, Supervisão dos serviços de acolhimento e VIJ	VIJ e SEMAS
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Garantir a escuta e a participação das famílias nas audiências concentradas, viabilizando às mesmas a compreensão das propostas, objetivos e responsabilidades de todos os atores envolvidos na medida de acolhimento	Famíliares cientes das propostas, objetivos e responsabilidades definidas na audiência concentrada; Famíliares sentindo-se capaz de contribuir no processo de tomada de decisão sobre a medida de acolhimento	CT, DPESP, Serviços de Acolhimento, Supervisão dos serviços de acolhimento e VIJ	VIJ e SEMAS
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Garantir orientação jurídica e a promoção do acesso à justiça, de forma integral e gratuita, à população em situação de vulnerabilidade, mediante os princípios da efetividade e da intersetorialidade, por meio da orientação da rede serviços às famílias (especialmente serviços de acolhimento e CREAS) quanto ao direito ao atendimento da DPESP e o encaminhamento quando do acolhimento de crianças e adolescentes, bem como para comparecerem para orientação jurídica pré-audiências	Orientação jurídica e acesso à justiça garantido às famílias	CREAS, CT, DPESP e Serviços de Acolhimento	DPESP

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Estabelecer critérios de acompanhamento e avaliação dos casos discutidos em audiência concentrada	Critérios de acompanhamento e avaliação dos casos estabelecidos e compartilhados na rede socioassistencial	CT, DPESP, Serviços de Acolhimento, Supervisão dos serviços de acolhimento e VIJ	SEMAS e VIJ
Contínuo	Atendimento	Garantir a participação e a legitimidade dos saberes da rede de atendimento nas reuniões de discussão de caso prévias e durante às audiências concentradas, viabilizando a construção conjunta da pauta e tempo de qualidade para discussão de cada caso	Discussões de caso realizadas de forma colaborativa e respeitando a complexidade das situações de cada família; saberes técnicos considerados na preparação e nas audiências concentradas	CT, rede socioassistencial, Serviços de Acolhimento, Supervisão dos serviços de acolhimento e VIJ	VIJ e SEMAS



Objetivo

Mapeamento, análise e fortalecimento das iniciativas de adoção e sua adequação aos marcos legais

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Levantar perfil de crianças e adolescentes que esperam por adoção considerando: gênero, etnia, condição de saúde, grupo de irmãos e idade; número de adoções que tramitaram pelo cadastro das Varas da Infância e Juventude em relação ao universo de crianças e adolescentes “prontas para adoção”, por ano; número de entrega de bebês às autoridades judiciárias para adoção, por ano, observadas as variações de arranjos familiares, meio rural ou urbano e pertencimento étnico, inclusive comparando-se as médias nacionais e regionais	Levantamento realizado e discutido com a rede de socioassistencial	CMDCA, CT, DPESP, maternidades, rede socioassistencial, Serviços de Acolhimento, Supervisão dos serviços de acolhimento, SEMAS, SMMC e VIJ	CMDCA e VIJ
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Construir, implementar e divulgar na rede socioassistencial um plano de ação para estimular a adoção com base no levantamento de perfil realizado, fortalecendo iniciativas e programas já existentes no município como o "Adote um boa noite"	Plano construído, implementado e divulgado na rede socioassistencial; procedimentos de adoção aprimorados; aumento do número de pessoas e famílias pretendentes à adoção disponíveis em acolher crianças maiores e adolescentes independente da raça/etnia, 18 deficiência ou estado de saúde	CMDCA, CT, DPESP, maternidades, rede socioassistencial, Serviços de acolhimento, Supervisão dos serviços de acolhimento, SEMAS, SMMC e VIJ	VIJ



Objetivo

Fortalecimento e ampliação da atuação da equipe técnica da Vara da Infância e Juventude em Mogi das Cruzes

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Ampliar o número de atendimentos das técnicas da Vara da Infância e Juventude para acolhidos e familiares em acordo com demanda dos serviços de acolhimento	Atendimento ampliado em consonância com demanda da rede	MP, SEMAS, Serviços de Acolhimento, Supervisão dos serviços de acolhimento e VIJ	SEMAS e VIJ
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Aprimorar instrumentos regulatórios de proteção contra a suspensão ou destituição do poder familiar a partir de discussões com os Serviços de Acolhimento, CREAS, CT e SEMAS	Instrumentos aprimorados e publicizados na rede socioassistencial	CMDCA, CT, DPESP, NAT, MP, rede socioassistencial, Serviços de Acolhimento, Supervisão dos serviços de acolhimento, SEMAS e VIJ	MP, VIJ e SEMAS
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Fomentar a participação dos técnicos da VIJ em discussões e eventos da rede, ampliando a comunicação entre os atores e fortalecendo a relação com serviços que compõe o SGDCA	Técnicos da VIJ com vínculos fortalecidos com a rede de SGDCA; comunicação e articulação fortalecida, assegurada e frequente entre VIJ e SGDCA	CT, SEMAS, Serviços de Acolhimento, SGDCA e VIJ	VIJ e SGDCA
Curto prazo (1 ano)	Atendimento	Garantir e fomentar a ação da equipe técnica da VIJ na execução e revisão do PIA e na criação de estratégias em casos de crianças e adolescentes em situação de acolhimento há mais de dois anos (ou com perspectiva de acolhimento prolongado), nos casos de reacolhimento e nos processos de desacolhimento, em articulação com a rede socioassistencial	Técnicos da VIJ participantes na construção e na execução dos PIAs, especialmente em casos de acolhimentos longos, reacolhimentos e processos de desacolhimentos; rede socioassistencial e técnicos da VIJ somando esforços e construindo estratégias conjuntas para acompanhamento de casos mais desafiadores	CT, rede socioassistencial, SEMAS, Serviços de Acolhimento, Supervisão dos serviços de acolhimento e VIJ	SEMAS e VIJ
Médio prazo (3 anos)	Atendimento	Garantir a disponibilização de equipe técnica (setor de Psicologia e Serviço Social) exclusiva para a VIJ, atendendo à demanda de crianças e adolescentes no município	Equipe técnica para VIJ; demanda relacionada ao judiciário de crianças e adolescentes do município atendida integralmente	CMDCA, CNJ, MP, Tribunal de Justiça Estadual e VIJ	Poder judiciário e VIJ

Monitoramento



Objetivo

Fortalecimento das ações nos SCFV com foco na convivência familiar e comunitária

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Imediato	Mobilização, articulação e participação	Definir e pactuar responsabilidades e competências na gestão, execução e financiamento das ações propostas neste Plano	Responsabilidades e competências definidas	CMDCA, COMAS e Comissão Intersetorial	CMDCA
Imediato	Marcos regulatórios e normativos	Garantir recursos orçamentários na LDO e na LOA, bem como em outras fontes alternativas de recursos como o FMS e o FMDCA, para implementação do Plano Municipal	Recursos orçamentários garantidos	CMDCA, COMAS e Comissão Intersetorial	CMDCA
Imediato	Mobilização, articulação e participação	Sistematizar informações sobre o Orçamento Municipal destinado às ações de fortalecimento à convivência familiar e comunitária, visando à publicização dessas informações	Informações sobre o Orçamento Municipal levantadas e publicizadas	CMDCA, COMAS e Comissão Intersetorial	CMDCA



Objetivo

Planejamento da elaboração próximo Plano Municipal de Convivência, Familiar e Comunitária

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Longo prazo (5 anos)	Mobilização, articulação e participação	Elaborar e lançar edital para contratação de consultoria especializada para a construção do próximo Plano Municipal de Convivência Familiar e Comunitária	Consultoria contratada para a construção do próximo PMCFV	CMDCA, Comissão Intersetorial e MP	Comissão Intersetorial



Objetivo

Cumprimento integral deste Plano Municipal

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Imediato	Marcos regulatórios e normativos	Constituir formalmente a Comissão Intersetorial responsável pela implementação integral deste Plano Municipal, bem como seu monitoramento e avaliação	Comissão Intersetorial constituída para a implementação do Plano e avaliação e monitoramento sendo realizados durante sua implementação	CMDCA	CMDCA
Curto prazo (1 ano)	Marcos regulatórios e normativos	Elaborar projeto de lei municipal que garanta a implementação do Plano	Projeto de lei criado e aprovado na Câmara dos Vereadores	CMDCA	CMDCA
Médio prazo (3 anos)	Mobilização, articulação e participação	Assegurar articulações que forem necessárias para apresentação do Plano e garantia de sua implementação quando houver troca de gestão	PMCFC implementado, mesmo em caso de troca de gestão	CMDCA e Comissão Intersetorial	Comissão Intersetorial
Médio prazo (3 anos)	Análise da situação e sistemas de informação	Realizar avaliação e sistematizar o andamento da implementação do Plano, com análises e recomendações para a continuidade	Avaliação realizada, com indicações para adequação	CMDCA, COMAS, Comissão Intersetorial e MP	Comissão Intersetorial
Contínuo	Mobilização, articulação e participação	Assegurar a execução integral deste Plano, com adequações se necessário	PMCFC executado	CMDCA, COMAS, Comissão Intersetorial e MP	CMDCA, Comissão Intersetorial



Objetivo

Mobilização e garantia de efetiva participação dos conselhos e da rede intersetorial no cumprimento das ações deste Plano Municipal

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Mobilização, articulação e participação	Articular com a rede de atenção à criança e ao adolescente para viabilizar e garantir adesão na implementação do PMCF	Rede articulada e comprometida com a implementação do Plano	CMDCA, Comissão Intersectorial, MP e secretarias municipais	Comissão Intersectorial
Médio prazo (3 anos)	Análise da situação e sistemas de informação	Realizar um seminário após 3 anos do início do Plano, para publicizar ações realizadas até o momento, avaliar implementação, adequar propostas se necessário e mobilizar os atores da rede para a continuidade na sua implementação	Seminário realizado, PMCF adequado após avaliação e rede mobilizada na sua implementação	CMDCA, Comissão Intersectorial e Sistema de Garantia de Direitos	CMDCA e Comissão Intersectorial
Contínuo	Mobilização, articulação e participação	Assegurar ações conjuntas entre a Comissão Intersectorial de acompanhamento do plano, o COMAS e o CMDCA, incluindo a elaboração de estratégias de formação continuada para os conselheiros, para implantação, implementação e monitoramento e avaliação da implementação deste Plano	Conselhos atuando conjuntamente na implementação, monitoramento e avaliação deste Plano	CMDCA, COMAS e Comissão Intersectorial	CMDCA



Objetivo

Garantia da participação de crianças, adolescentes e familiares no acompanhamento e avaliação do Plano

Prazo	Eixo	Ações	Resultados Esperados	Atores envolvidos	Responsáveis
Curto prazo (1 ano)	Mobilização, articulação e participação	Realizar ação de escuta de crianças, adolescentes e familiares no processo de avaliação do Plano	Avaliação realizada com escuta de crianças, adolescentes e familiares sobre temáticas do PMCF	CMDCA, Comissão Intersectorial, CRAS, CREAS, SCFV, SEPLAG e Serviços de Acolhimento	CMDCA e Comissão Intersectorial
Contínuo	Mobilização, articulação e participação	Realizar ações de comunicação acessíveis, para garantir que crianças, adolescentes e famílias acompanhem e sejam escutadas na implementação e avaliação do Plano	Ações de comunicação acessíveis realizadas, garantindo acompanhamento e escuta da sociedade civil na implementação e avaliação do Plano	CMDCA, Comissão Intersectorial, CRAS, CREAS, SCFV, SEPLAG e Serviços de Acolhimento	CMDCA e Comissão Intersectorial
	Mobilização, articulação e participação	Realizar processos de participação com crianças, adolescentes e familiares para fomentar que as demandas levantadas a partir da implementação do Plano sejam endereçadas a Conferências e outros espaços de participação popular	Crianças, adolescentes e famílias apropriados das ações do Plano e envolvidos no processo	CMDCA, Comissão Intersectorial, CRAS, CREAS, SCFV, SEPLAG e Serviços de Acolhimento	CMDCA e Comissão Intersectorial





